

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

CAROLINA MÜLLER SARCINELLI LUZ

**Disputas sobre transformações urbanas:
Práticas estatais e ambivalências no caso do Morro da Providência**

Rio de Janeiro

2017

CAROLINA MÜLLER SARCINELLI LUZ

**Disputas sobre transformações urbanas:
Práticas estatais e ambivalências no caso do Morro da Providência**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rabossi

2017

LL979d Luz , Carolina Müller Sarcinelli
Disputas sobre transformações urbanas: Práticas estatais e ambivalências no caso do Morro da Providência / Carolina Müller Sarcinelli Luz . -- Rio de Janeiro, 2017.
112 f.

Orientador: Fernando Rabossi.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2017.

1. Políticas Públicas. 2. Favela. 3. Remoção. 4. Morro da Providência. 5. Práticas Estatais. I. Rabossi, Fernando, orient. II. Título.

CAROLINA MÜLLER SARCINELLI LUZ

Disputas sobre transformações urbanas:
Práticas estatais e ambivalências no caso do Morro da Providência

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada em 11 de Maio de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Rabossi – PPGSA/UFRJ

Orientador

Profa. Dra. Mariana Cavalcanti – IESP/UERJ

Membro titular

Prof. Dr. Bruno Cardoso – PPGSA/UFRJ

Membro titular

Profa. Dra. Julia O'Donnell – PPGSA/UFRJ

Suplente

Dra. Juliana Farias – PPCIS/UERJ

Suplente

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho não é fruto apenas do empenho e dedicação individual, mas reflete, em dada medida, o investimento de um conjunto de pessoas que participaram dessa empreitada nos últimos anos. Assim sendo, esse momento dedica-se ao agradecimento àqueles que contribuíram direta ou indiretamente nessa desafiante e pedagógica etapa. Em ressalva aos possíveis e eventuais esquecimentos, justifico os mesmos dado o real cansaço proveniente do caminho percorrido.

Gostaria de agradecer inicialmente toda a equipe docente, discente, técnica e terceirizada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pela confiança e pela possibilidade de realização dessa pesquisa. Muito obrigada às secretarias do programa pelo profissionalismo com que desempenham suas funções, principalmente à Claudinha, sempre tão solícita. Agradeço também aos professores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ pelo importante papel que tiveram na minha formação e na construção desse trabalho. Agradeço, ainda, ao Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflitos e Violência Urbana (Necvu) pelos debates, pelos convívios e pelo ambiente de aprendizado e parceria proporcionado ao longo dos anos. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pelo importantíssimo apoio financeiro concedido durante o período do mestrado. Ele foi essencial para o desenvolvimento e a viabilização dessa dissertação.

Ao meu orientador, Fernando Rabossi, meus mais calorosos agradecimentos. Obrigada não só pela liberdade com que me permitiu me aventurar e desenvolver meu tema de pesquisa, como pelo apoio, compreensão e incentivo ao longo de todo o processo. A sutileza do olhar do antropólogo e o modo com que Fernando estabelece as discussões, foram, nesses últimos anos, aprendizados centrais. O respeito, a paciência e a generosidade com que lida com o outro, nos faz realmente acreditar na academia como um rico espaço de trocas, onde a produção de conhecimento se dá, de fato, a partir do estabelecimento de práticas colaborativas.

Ao professor Bruno Cardoso, que acompanhou a concepção desse trabalho, participando ainda das bancas de qualificação e defesa, agradeço pelo acolhimento, pelos diálogos e direcionamentos, assim como pelos imprescindíveis estímulos ao longo dessa trajetória. À professora Mariana Cavalcanti, também integrante das bancas de qualificação e defesa, agradeço imensamente pelos apontamentos e pelas instigantes contribuições. Elas foram fundamentais para a elaboração da pesquisa. À Julia O'Donnell e Juliana Farias, agradeço por aceitarem o convite de participação na banca examinadora dessa dissertação.

Gostaria de agradecer enormemente a todos com quem convivi no Morro da Providência, que participaram diretamente da minha trajetória e tornaram essa pesquisa possível. Em especial reitero

minha gratidão à Alexandre e Eron pelas valiosas conversas, pelos encontros, passeios, reflexões e por tudo que foi compartilhado. Estendo ainda este agradecimento a todas e todos os moradores, assim como movimentos sociais, especialmente aos integrantes do GEP, por me receberem e tanto me ensinarem ao longo desse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que foram importantíssimas durante a construção desse projeto, meus grandes amigos e amigas, ótimos incentivadores, debatedores e parceiros queridos. À Luciana Chernicharo pelas incansáveis trocas e pelas considerações fundamentais, à Felipe Villela pelas leituras, sugestões e pelo carinho proporcionado nas horas mais difíceis. À Rafaela Carvalho, Juliana Queiroz, Ricardo Senra, Gabriela Patiño, Máira Mansur, Fernanda Martins, Gustavo Uchôa, Felipe Baptista, Elton Menezes, Leonardo Lucas, Allan Gaban, muito obrigada pelas conversas, pelos diálogos próximos durante esse caminho e pelos intensos momentos de apoio e entusiasmo. À Camila Batista, Singoala Luz, Felisa Carvalho, Fátima Portilho, Paulo Sabino e Karina Mello por serem fontes de inspiração e acolhimento. Às amigas que de algum modo ficaram mais distantes durante esse período, mas nem por isso se ausentaram, obrigada por compreenderem a razão dos inúmeros convites negados. Às boas e velhas amigas, à Paula Morgado, Marushka Pina, Mariana Leon, Nina Pamplona, Julia e Bianca Torracca, Jordana e Ludmilla Vieira, Manuella Carvalho, Rafaela Matos e Paulina Apolinário. Todos vocês me ensinam muito sobre diferença, sobre escolhas e trajetórias distintas, mas também sobre cumplicidade e construção conjunta.

Aos amigos de faculdade e de vida, à André Lobo, Bárbara Fontes, Michele Souza, Guilherme Santana, Paula Jatahy, Veronica Tomsic, Danilo Mariano, Emmanuel Caldas, Diego Fraga, Marcelo Ribeiro, Sofia Monti, Dário, André Carvalho, Antônio Pilão, Antônio Bastos, Willyan Viégas, Luciana Aguiar, Rodrigo Duarte, Renata Garrido, Thiago Pereira, Bernardo, João Felipe Brito, André Pontes, Danielle Oliveira, Camila Bacellar, Camila Greiner, Tássia Áquila, Flora Lucas, Gabriela Fernandez, Priscila Medeiros, Fernanda Costa, Bruna Ramalho, Susi Resende, Samantha Gifalli, Klarissa Platero, Vittorio Talone, Fábio Santos e David Maciel. Todos vocês se encontram participando, de muitas maneiras, dessa pesquisa. Aos amigos da Biodanza, obrigada por me lembrarem da importância de se abrir mão do controle para então poder se movimentar, fundamental exercício para a execução do trabalho e para a minha vida.

Agradeço imensamente o apoio da minha família, sem o qual jamais conseguiria aqui chegar. À minha mãe Bárbara, meu pai Heitor, meus irmãos Leonardo e Gabriel, agradeço pelo amor, pelo suporte, pela paciência e até mesmo pelas provocações. À Adriana e aos meus sobrinhos Bernardo e Guilherme, pelos contínuos questionamentos e pela alegria que tanto nos contagia.

À Belle e Sebastian, fiéis companheiros de escrita e fontes inesgotáveis de ternura.

Mais do que tudo, meus profundos agradecimentos vão para Nadja. Teu apoio foi indispensável.

Agradeço pela paciência, pela compreensão e pelo irrestrito afeto e companheirismo ao longo de todo o processo, inclusive durante os momentos mais difíceis. Tua generosidade me emociona. Obrigada por estar ao meu lado e por compartilhar caminhos, planos e sonhos.

O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas.

(Harvey, 2013: 34)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo discutir a ação estatal. Para tanto, o ponto de partida desta análise é o conflito estabelecido em torno do processo de remoção experimentado, a partir de 2011, por um grupo de moradores do Morro da Providência, localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro. Esse processo está vinculado à implementação de uma série de políticas públicas direcionadas a esse território, onde a remoção se configura como uma dessas frentes de intervenção. Há uma sobreposição de projetos que procuram promover a inclusão social através da mediação urbanística, porém, a forma como estes se complementam e se integram, se constitui um grande desafio, uma vez que a articulação entre eles não é claramente apresentada. A complexidade dos arranjos e as configurações necessárias para a operacionalização de tais projetos é colocada em foco. Aqui, as práticas estatais de remover e realocar pessoas não só configura um intenso campo de tensões envolvendo e afetando moradores em termos materiais e simbólicos, como produz evidências de uma série de ambivalências e contradições estabelecidas dentro e fora da estrutura estatal, gerando efeitos que não são apenas circunscritos à realidade situada do Morro da Providência, mas que parecem traduzir os mecanismos de construção e produção de nossas cidades.

Palavras chaves: Políticas Públicas; Favela; Remoção; Morro da Providência; Práticas Estatais

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to discuss the state's actions. To do so, the starting point of this analysis is the conflict established around the removal process experienced, from 2011, by a group of residents of Morro da Providência, located in the central region of Rio de Janeiro city. This process is linked to the implementation of a series of public policies directed to this territory, where the removal consists as one of these intervention's fronts. There is an overlapping of projects that seek to promote social inclusion through urbanization mediation, however, the way these complement each other and integrate themselves, consists as a great challenge, since the articulation between them is not clearly presented. The complexity of the arrangements and the necessary configurations for the operationalizations of such projects it is put on focus. Here, State practices of removing and relocating people not only set up an intense field of tensions, involving and affecting residents in material and symbolic terms, as produces evidences of a series of ambivalences and contradictions established in and outside state structure, generating effects that are not only circumscribed to the situated reality of Morro da Providência, but seem to translate our cities construction and production's mechanisms.

Key words: Public Policy; Favela; Removal; Morro da Providência; State practices

SUMÁRIO

Introdução	15
[CAPÍTULO 1] Morro da Providência como um espaço complexo, denso e diversificado	17
1.1 Reflexos da cidade sobre esse território	17
1.2 Políticas de Estado recente e a remodelação urbana	25
1.2.1 Unidade de Polícia Pacificadora	27
1.2.2 Programa de Aceleração do Crescimento	30
1.2.3 Morar Carioca	34
1.2.4 Porto Maravilha	41
[CAPÍTULO 2] Descortinando processos	51
2.1 O embrião do problema de pesquisa	51
2.2 O Trabalho de Campo – O caso do Teleférico e do Plano Inclinado	62
2.2.1 As marcações SMH	63
2.2.2 Justificativas e a institucionalidade das negociações	74
2.2.3 Articulações de resistência e a judicialização do processo	92
[Considerações Finais]	104
Referências Bibliográficas	108

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quadro de Justificativas das Remoções da Região da Providência -----	77
Gráfico 2: Panorama de Distribuição das Remoções -----	77

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Visão do Morro da Providência e os bairros vizinhos -----	18
Figura 2: Visão do Morro da Providência e os morros adjacentes -----	19
Figura 3: Regiões do Morro da Providência e os locais de interesse turístico -----	24
Figura 4: Limite da UPP Providência, das comunidades que a compõem e das Regiões Administrativas -----	28
Figura 5: Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro -----	42
Figura 6: Vista do Morro da Providência -----	71
Figura 7: Casa Marcada -----	71
Figura 8: Escadaria do Barroso -----	84
Figura 9: Renderização do Plano Inclinado -----	84

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Valores do PAC II no Morro da Providência -----	34
Tabela 2: População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo as Comunidades na UPP Providência e Município do Rio de Janeiro -----	38
Tabela 3: Previsão de Empreendimentos Habitacionais para Reassentamento no entorno imediato do Morro da Providência -----	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACP	Ação Civil Pública
AEIS	Área de Especial Interesse Social
AEIU	Área de Especial Interesse Urbanístico
ALFA	Alfabetização de Adultas e Adultos do GEP
AMMP	Associação de Moradores do Morro da Providência
AP	Área de Planejamento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CECA	Comissão Estadual de Controle Ambiental
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro
CEPAC	Certificado de Potencial Adicional de Construção
CGPAC	Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
COJO	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos 2016
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
ConCidades	Conselho das Cidades
CPCO	Comitê Popular da Copa e Olimpíadas
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CVM	Comissão de Valores Imobiliários
DOU	Diário Oficial da União
EIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ELEPP	Espaço Livre de Educação Popular da Providência
EOM	Empresa Olímpica Municipal
ETTERN	Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCP	Fórum Comunitário do Porto
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado

FLP	Frente de Luta Popular
GEO-Rio	Fundação Instituto de Geotécnica da Secretaria Municipal de Obras
GEP	Grupo de Educação Popular
GPAAE	Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPP	Instituto Pereira Passos
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPTU	Imposto Predial e Território Urbano
MAR	Museu de Arte do Rio
MCIDADES	Ministério das Cidades
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
NECVU	Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana
NUTH	Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do RJ
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
OUC	Operação Urbana Consorciada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PPGSA	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia
PPI	Projetos Prioritários de Investimentos
PPP	Parceria Público-Privada
PTTS	Projeto do Trabalho Técnico Social
RIMA	Relatório do Impacto Ambiental
RIV	Relatório de Impacto de Vizinhança
SABREN	Sistema de Assentamentos de Baixa Renda
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SMO	Secretaria Municipal de Obras

SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UHs	Unidades Habitacionais
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

[Introdução]

Esta dissertação tem como propósito apresentar e discutir o conflito que se estabeleceu em torno do processo de remoção vivenciado por alguns moradores a partir do ano de 2011 no Morro da Providência, enquadrado em um contexto mais amplo de transformações da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.

O Morro da Providência localiza-se na área central da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde. Por ser uma região já submetida a múltiplos projetos que tiveram dificuldade de se implantar e sustentar ao longo dos anos, muitas vezes foram dirigidas acusações de decadência e precarização a seus territórios e populações (Gonçalves, 2014). No entanto, hoje, devido a uma mudança conjuntural que conjuga um extraordinário volume de investimentos, capitais das mais diversas ordens e o empenho de atores, privados e públicos, articulados nas mais diversas escalas territoriais, a região vem recebendo intensas intervenções urbanísticas. A remodelação é fruto da aposta no projeto olímpico que propõe o resgate da centralidade urbana da região e a ressignificação da área, buscando atender às futuras demandas com forte ênfase no mercado turístico e imobiliário.

As transformações são desencadeadas por um imbricamento de projetos, que hora se integram e complementam e ora são contraditórios, se espelham pelo território da região de formas distintas e seus efeitos se distribuem de modo nada homogêneo, afetando estratos da população habitante de modos múltiplos, ainda que com uma série de peculiaridades. Tais projetos trazem consigo inúmeras promessas de mudanças e conseqüente e concomitantemente acabam por acionar e acirrar diversas disputas, afetando em termos materiais e simbólicos a vida de moradores. Se erguendo entre a zona portuária e a estação ferroviária Central do Brasil, o Morro da Providência não fica de fora, este também entra em xeque e é atravessado por tais disputas, ainda que algumas sejam mais circunscritas do que outras. O objetivo da pesquisa é investigar o conflito que se desdobrou no Morro da Providência, especificamente em torno da implantação de equipamentos de mobilidade urbana, como o Teleférico e o Plano Inclinado. A análise se construiu a partir mobilização dos sujeitos dessa pesquisa, dois grupos de atores inseridos em tal campo – moradores diretamente atingidos pelo processo de remoção que estava dando lugar às obras de intervenção no local, e o Estado. O que se busca aqui não é oferecer soluções objetivas para os dilemas encontrados, mas tentar apresentar uma janela de leitura possível sobre o modo pelo qual tal processo pode ser visto, apontando como o mesmo pode estar reproduzindo mecanismos de não resolução das questões urbanas, se assim o podemos dizer. Buscarei deste modo, a partir da organização dos elementos e discussões surgidas ao longo da pesquisa, descortinar parte desse processo para que nesse labirinto

repleto de informações, regras e contradições, consigamos enxergar um percurso. A tentativa aqui é de que tal labirinto se transforme cada vez mais em um trajeto e um caminho a ser percorrido.

A relevância da etnografia como método de pesquisa e de conhecimento é um ponto chave e extensamente discutido nas ciências sociais (DaMatta, 1974; Velho, 1974; Evans-Pritchard, 2005). Essa é uma pesquisa qualitativa e por ter como proposta um projeto etnográfico, o emprego de algumas de suas técnicas foram centrais para o aprendizado e o desenvolvimento deste trabalho. Além de relatos e depoimentos informais de moradores que passaram por esse processo, contando suas situações específicas, assim como o diálogo com integrantes de movimentos sociais que atuam na região, me beneficieei muito do material disponível na internet como vídeos, artigos e reportagens. Paralelamente estabeleci diálogos com alguns agentes públicos, localizados nos diferentes arranjos da estrutura estatal e por vezes agentes privados que atuaram ou acompanharam em algum nível o desenrolar desse processo. Além da observação em campo e o uso de entrevistas semiestruturadas, principais técnicas até então utilizadas, tive acesso aos documentos da Ação Civil Pública, processo jurídico que resultou no embargo das obras do Morar Carioca, projeto responsável por algumas modificações no Morro da Providência que aqui serão analisadas. Estes documentos trouxeram consigo um grande volume de material e dados essenciais de difícil acesso, acarretando uma reorganização e adequação do roteiro desta dissertação. Essa mudança foi de suma importância, pois me auxiliou a costurar e conectar pontos fundamentais para um maior aprofundamento das reflexões e entendimento do objeto de estudo aqui proposto. Diante disto, sem pretensão de esgotar o assunto ou apresentar resultados definitivos, o que se pretende aqui é, a partir de minha experiência de campo conjugada a análise de materiais que integram o processo judicial que culminou no embargo das obras e do projeto Morar Carioca, responsável pelo processo de remoção no local, levantar algumas considerações que possam contribuir para uma maior problematização acerca das regras e práticas estatais, pensando como a reorganização desses arranjos institucionais vêm afetando o espaço urbano e a vida daqueles que dele participam. Tentarei analisar e demonstrar como dentro deste cenário repleto de tensões, a configuração em que os arranjos e acordos são negociados e implementados, dentro dessas situações específicas, acabam perpetuando desigualdades sociais históricas e criando novas formas de exclusão.

[CAPÍTULO 1]

Morro da Providência como um espaço complexo, denso e diversificado

1.1 Reflexos da cidade sobre esse território

Meu interesse pelas remoções que ocorreram no Morro da Providência deu-se pela especificidade deste lugar. O famoso Morro da Favela, considerado pelos pesquisadores e reivindicado por seus moradores como a primeira favela do Rio de Janeiro. Ora do Brasil. Ora da América Latina. O local, segundo Valladares (2005), foi onde pela primeira vez o termo favela passou a ter tal designação. Determinar precisamente o momento em que as primeiras favelas surgiram e se desenvolveram é uma tarefa complexa, ainda que tal tema já tenha sido abordado diversas vezes por estudiosos da área (Abreu, 2013; Gonçalves, 2013; Valladares, 2005). Apesar de interessante, este não é um debate ao qual pretendo aqui me estender, ainda que não se discuta a relevância histórica do Morro da Providência e a contribuição do mesmo para a construção das representações sociais do que entendemos pela categoria favela. Essa porém não é a linha que busco seguir em minha abordagem. Como se pode começar a perceber, a história da comunidade do Morro da Providência, se é que podemos falar em *uma* comunidade, é uma história antiga e sua construção é atravessada por elementos centrais na constituição da cidade do Rio de Janeiro. Palco de inúmeras disputas e atividades, a evolução e modificação da paisagem da região central é dotada de sentidos, significados e repleta de tensões e sua história, refletida também no Morro e através do Morro da Providência, pode fornecer chaves de leitura para uma maior compreensão sobre o modo como a cidade é negociada e produzida.

Localizado na Zona Portuária da cidade, o Morro da Providência está inserido na Área de Planejamento 1 (AP-I) da 1ª Região Administrativa, entre os bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde (Figura 1). Contígua as comunidades da Pedra Lisa e Morro do Livramento, atualmente integrado ao bairro da Gamboa e vizinha a comunidade Moreira Pinto, São Diogo, Morro da Conceição, Morro da Gamboa, Morro da Saúde e Morro de São Bento (Figura 2), a história da Providência é atravessada pela história da cidade.

Parte dessa região já foi conhecida pela designação Valongo, local que, com a construção do Cais do Valongo em 1811, se constituiria como principal porta de entrada e comércio de escravos, onde passaram cerca de um milhão de negros provenientes de regiões africanas como Congo e Angola (Gutterres, 2014). Durante esse período o Morro da Providência era conhecido pelo nome de Livramento, em função da Capela Nossa Senhora do Livramento, construída em 1670 na chácara de João Caieiro no alto do morro. Na época haviam poucas habitações visíveis no morro e as moradias, que se resumiam às casas de chácaras tendo como origem o antigo sistema das sesmarias, eram

oriundas da venda de terras concedidas pelo mesmo.

Figura 1: Visão do Morro da Providência e os bairros vizinhos



(Fonte: GoogleEarth¹, 2015)

Em 1839, em uma das chácaras cujo terreno se estendia até a parte baixa do morro, um trecho até hoje chamado de Livramento, nasce Machado de Assis, autor negro e grande literário brasileiro. O nascimento do escritor, foi um ponto por vezes evocado ao longo de minhas incursões ao campo, em especial quando conversávamos sobre a história do morro. Se, em referência à memória da comunidade, a história de Machado de Assis e até mesmo de Canudos, eram motivos de orgulho e exaltação entre alguns de meus interlocutores, outros, no entanto, não se viam representados e nem mobilizados por tais elementos. A alegação era de que esses aspectos apenas tinham ganhado força a partir de uma valoração externa, com a tentativa de implementação do circuito turístico, vinculado ao projeto Célula Urbana, debate ao qual abordarei mais adiante. Por hora pretendo mostrar como ao longo da transição entre o século XIX e XX a Providência se moldou e se transformou a partir do uso desses espaços do entorno. Aqui, os trabalhos e atividades exercidas pelos que ali viviam são centrais para compreender as formas de ocupação da região.

Em 1850, com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, inicia-se a exploração sistemática das encostas dos morros por pedreiras. Tal prática, que contou com o apoio do poder público e

¹ GoogleEarth. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/Morro+da+Providencia+-+Gamboa,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.9002774,-43.1952778,2871m/data=!3m2!1e3!4b1!4m2!3m1!1s0x997f3fe0797d35:0xd2c7973a79c1c170> >. Acesso em janeiro 2015.

empregou muitos moradores do morro e do entorno como britadores, se intensificou ao longo do século XIX até meados do século XX, acarretando modificações e reduções expressivas da área do Morro da Providência.

Figura 2: Visão do Morro da Providência e os morros adjacentes



(Morro de São Bento (1), Morro da Conceição (2), Morro do Livramento (3), Morro da Providência (4), Morro da Saúde (5), Morro da Gamboa (6), Morro de São Diogo (7) e Moreira Pinto (8). Fonte: Literatura e Rio de Janeiro²)

Junto à expansão e transformação da cidade, uma série de medidas são implementadas acompanhando tal desenvolvimento como a inauguração da Estação Central – mais tarde conhecida como Central do Brasil –, de trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II em 1858, além da inauguração da Estação Marítima em 1879 nas proximidades do terminal ferroviário³. O avanço das atividades portuárias constituem-se elemento essencial na consolidação da cidade enquanto grande polo econômico do país. Esse crescimento, consolidado mais tarde com o aterramento da Baía de Guanabara e a construção do porto, trouxe consigo a instalação e adaptação de uma série de equipamentos e infraestrutura para dar conta de tal atividade, resultando na construção de depósitos, armazéns, implantação do Moinho Fluminense, das indústrias de alimentos e gráfica, e do aumento das importações. Essas transformações influem diretamente na circulação de pessoas e mercadorias, contribuindo para a abertura, prolongamento e consolidação de ruas e caminhos nas bases ao redor

² Literatura e Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com.br/2012/04/morros-da-zona-portuaria.html>>. Acesso em dezembro de 2015.

³ Desde dessa época as linhas do trem demarcaram a área que ficaria comprimida, se não isolada, entre os trilhos e a Baía de Guanabara, conhecida como região portuária.

dos morros da região. Dada a relevância das atividades portuárias para a economia da época, o centro do Rio de Janeiro apresenta uma elevação da concentração populacional, onde passam a se estabelecer por toda a região aglomerados populacionais – como hospedarias populares e cortiços, modalidade que contava com expressivo número de habitações.

O aumento da concentração populacional da época, já influenciado pela Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888), também se reflete no Morro da Providência. Parte ocupada por ex escravos, operários do porto ou de atividades complementares a tal setor, como estivadores, trabalhadores do comércio, do setor de serviços e trabalhadores das primeiras pedreiras, a ocupação do Morro da Providência se amplia e é indiretamente incentivada pelas instituições ligadas ao governo a partir das políticas de demolição dos cortiços (Gutterres, 2014).

Em função das condições de insalubridade e tendo em vista o agravamento das epidemias que ocorriam em toda a cidade no fim do século XIX e início do século XX, a política sanitária do poder público municipal vinculada a um discurso higienista, teve como foco a execução violenta da erradicação dos cortiços e das habitações populares do centro do Rio de Janeiro. A região onde se encontra o Morro da Providência e uma série de áreas vizinhas correspondiam à antiga Freguesia Santana. Este local, e toda a região de modo mais amplo, englobando desde da Pequena África⁴ até as cercanias da Praça XI, na zona central da cidade, foram alvo de tal reforma, intensificada a partir de 1870. Em especial, a demolição do cortiço Cabeça de Porco⁵ em 1893 por ordem do prefeito Barata Ribeiro, contribuiu para o crescimento do Morro da Providência, uma vez que sem ter lugar onde morar, parte desse segmento da população passou a ocupar as encostas das mediações de suas antigas residências e os morros nas adjacências do centro⁶. Esse foi o cenário encontrado por ex combatentes da Guerra de Canudos quando chegaram ao local.

A origem do termo favela faz referência a uma planta euforbiácea muito comum no sertão da Bahia, cujo nome era “*favella*” (*Jathropa phyllanconcha*). Após a Guerra de Canudos (1896-1897) muitos soldados que regressaram ao Rio de Janeiro em busca do pagamento do governo por seus serviços prestados a União, instalaram-se em construções erguidas provisoriamente e com certa tolerância do Exército em um dos morros da cidade que se encontrava atrás do prédio do antigo Ministério da Guerra. Amontoados em casebres e becos estreitos que se assemelhavam ao Arraial de Canudos, o

⁴ Para mais informações sobre a Pequena África ver Guimarães, R. S. 2014, *A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*.

⁵ O antigo cortiço, ocupado por uma população de imigrantes nacionais e estrangeiros, interdito pela Inspetoria Geral de Higiene, localizava-se no bairro da Gamboa, junto a antiga pedreira conhecida como Cajueiro, no sopé do Morro da Providência e abrigava mais de duas mil pessoas (Gutterres, 2014).

⁶ Além do prefeito Barata Ribeiro autorizar os habitantes a utilizarem restos de materiais do cortiço demolido, permitindo assim que alguns se instalassem no morro construindo seus barracos com tais materiais, segundo Abreu (1987, apud Gonçalves, 2013), um dos proprietários do Cabeça de Porco possuía terrenos no morro e passou a alugar os mesmos para habitantes expulsos do antigo cortiço.

Morro da Providência, em alusão à favela original – planta nativa, um arbusto espinhento, típico do sertão nordestino que encobria um dos morros da região de Canudos usado como acampamento dos soldados – passou a ser conhecido popularmente como Morro da Favela⁷. O governo, porém nunca realizou o pagamento do soldo e muitos soldados não saíram de lá. Se por um lado Canudos pode ser visto como importante elemento na construção do que Lícia Valladares (2005) chama de mito fundador das favelas, onde o termo favela passa a designar um conjunto de habitações precárias e improvisadas sem infraestrutura que abrigavam os marginais da sociedade, por outro lado vale lembrar que o morro já estava ocupado antes mesmo da chegada dos soldados.

Alvo de disputas centrais na produção da cidade, as proximidades do Morro da Providência também foram palco de revoltas do início do século XX como Revolta das Carnes Verdes (1902) e Revolta da Vacina (1904). *Locus* da desordem, impureza, doença e promiscuidade, aos olhos da moralidade dominante, o foco da reação ao combate às epidemias se debruçava em especial sobre os cortiços e aglomerados da zona portuária como um todo, onde, contando com aparato policial, influía diretamente sobre o controle dos corpos, alterando de forma autoritária, se não violenta, a rotina da maioria dos habitantes da região. As manifestações e reações de resistência eclodidas nas ruelas de bairros como Saúde e Gamboa contra as determinações e ações da política sanitaristas⁸ da época foram ganhando força, ressoando e se desdobrando por toda a região, onde a população mobilizada demandava mais informações e melhorias nas condições de vida.

Se o centro do Rio de Janeiro já vinha passando por uma série de intervenções, o período inaugurado pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906) com a Reforma Urbana intensifica tais transformações e vêm a se constituir como a crista de uma onda que se prolongou pelas décadas seguintes, culminando com as Reformas de 1920 sob a gestão do então prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio (1920-1922). O esforço do primeiro, centrou-se em trazer massivas alterações nos espaços urbanos, em especial em áreas da Gamboa, Praça Mauá e Caju, promovendo o *bota-abaixo*, demolindo cortiços e outros aglomerados populacionais, removendo moradores, eliminando becos, abrindo vias e acessos, e modificando as construções ali existentes. O segundo, por sua vez, teve como intuito melhorar as condições de vida na cidade e prepará-la para a recepção de eventos como a Exposição Internacional de 1922 e a comemoração do centenário da Independência do país. As obras executadas por Carlos Sampaio buscavam trazer novos ares a então capital do Brasil. O Rio de Janeiro passava por uma série de mudanças que não só buscava implementar um processo de embelezamento, com a construção de equipamentos como o Teatro Municipal, a Biblioteca

⁷ O oratório do “Cruzeiro”, localizado no alto do morro, construído pelos antigos soldados de Canudos e mais tarde reformado pela vivandeiras, mulheres que acompanhavam as tropas vendendo comida, hoje repousa como um marco de tal época.

⁸ Cabe destacar o papel central ocupado pelos médicos e engenheiros na regência do planejamento urbano da época. Pereira Passos, assim como Carlos Sampaio, eram engenheiros.

Nacional e a Escola de Belas Artes, mas alteravam por completo a geografia de alguns de seus bairros através de ações como a criação de aterros, retificação e canalização de mangues e riachos, extinção de ilhas e praias, incluindo nesse repertório o desmonte e arrasamento do Morro do Castelo. Paralelamente à urbanização promovida, esse processo, trouxe consigo o estabelecimento de uma série de normatizações voltadas para o espaço público, como alinhamento de ruas, limpeza, higiene, iluminação e descongestionamentos dos logradouros públicos de toda a região da cidade velha. Sob o discurso de embelezamento, a intervenção da prefeitura sob vários morros da cidade se dava não apenas por razões estéticas mas por motivos de higiene e, especialmente, por questões morais (Gonçalves, 2013).

Nas primeiras décadas do século XX temos a construção e a inauguração das grandes avenidas da cidade, como a abertura da Avenida Central em 1905, que sete anos mais tarde, em 1912, teve o nome alterado para Avenida Rio Branco e na década de 1940 a construção da Avenida Presidente Vargas e Avenida Brasil. É inegável o acesso criado por essas grandes vias, porém, ao mesmo tempo que contribuiu para a intensificação da construção de moradias nesse território, em contrapartida contribuiu ainda mais para a demarcação e o isolamento das áreas que ficavam entre a beira da Baía de Guanabara e aquelas localizadas do outro lado das vias recém-inauguradas.

Atraídos pela possibilidade de emprego na construção civil, muitos trabalhadores oriundos da região nordeste saem de suas terras de origem na expectativa de contratação nas obras e de melhores condições de vida. Os processos migratórios pelos quais passavam os grandes centros urbanos, do qual o Rio de Janeiro não ficava de fora, também se espelhavam sobre a localidade estudada, trazendo novos moradores para essa favela, já conhecida na década de 1940 como Morro da Providência⁹. O intenso processo de remoção pelo qual passava o estado da Guanabara durante o governo de Carlos Lacerda (1962-1965), seguido por Francisco Negrão de Lima (1966-1971) também foi um fator que contribuiu para a composição heterogênea do Morro da Providência, atraindo moradores de outras favelas e conjuntos habitacionais. A cidade continua a se expandir e com a elevada concentração de trabalho e o crescente fluxo de pessoas na região é instalado em 1978 o Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, localizado na base do Morro da Providência.

Antes disso, porém, em 1968, a atividade de exploração de pedreiras do Morro da Providência é interdita quando um desabamento ocasiona a morte de mais de 50 pessoas soterradas na parte da Pedra Lisa, vertente que dá para a Central do Brasil. Esta prática foi encerrada anos mais tarde por

⁹ No que se refere a essa designação, alguns indicam que o Morro da Providência ficou conhecido como tal em referência à capela da Divina Providência, que ficava no local. Outros apontam alguns elementos vinculados a história de Canudos, como a postura adotada por ex militantes que ali passaram a habitar, exigindo o pagamento do soldo e providências do poder público. Há também sinalização de que havia na Bahia, um rio que se chamava Providência e que cortava a região de Canudos. Ao que tudo indica, muitas são as versões vinculadas à origem desse nome, no entanto, nenhuma dessas se mostra de forma muito precisa.

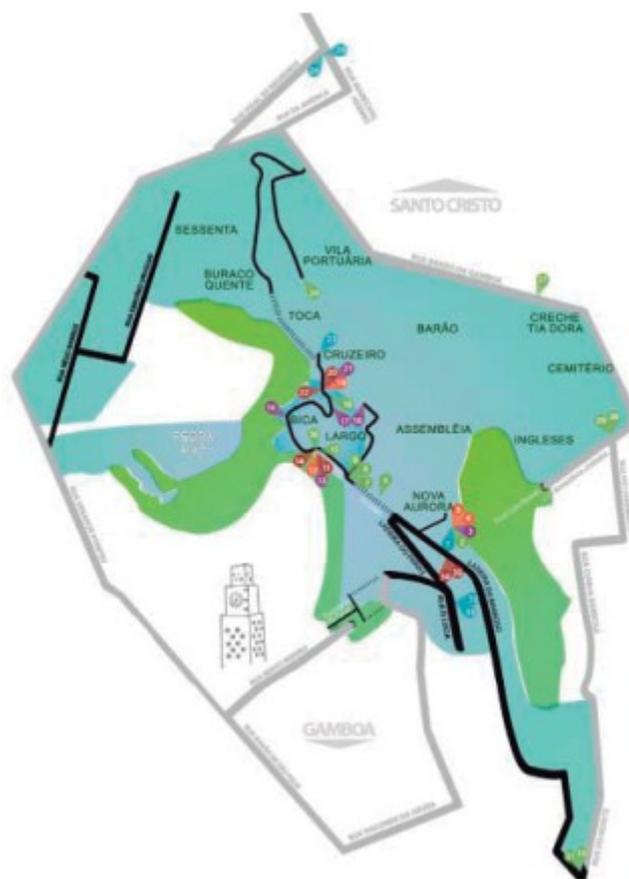
meio de um decreto governamental que impedia a exploração de rochas e pedreiras dentro do perímetro urbano. Os riscos de deslizamento, porém, persistiam – muitos em função de anos de exploração de tal atividade e outros decorrentes do tipo de ocupação de determinadas áreas. Em 1975 ocorre outro deslizamento e com este é determinada a retirada dos barracos localizados próximos à Praça Américo Brum. Importante local de sociabilidade e lazer, a praça localiza-se em uma das partes altas do morro próxima a área do Barroso. Utilizando aqui um certo senso comum, de modo geral as pessoas mais pobres se alocam nas partes mais altas e menos acessíveis das favelas de encostas do Rio de Janeiro. Isso, todavia, não parece se aplicar de modo *stricto sensu* no caso do Morro da Providência.

Repleta de peculiaridades, o território da Providência apresenta divisões internas próprias. Alguns traços, ora físicos, ora simbólicos, parecem demarcar tais fronteiras entre as diferentes áreas. Algumas dessas delimitações por vezes são mais evidentes e nítidas em determinados lugares do que em outros. Segundo meus interlocutores essa distribuição se dava do seguinte modo: 1. Barroso, setor mais nobre da favela localizado no alto do morro; 2. Cruzeiro, um dos setores mais antigos, localizado na face posterior ou noroeste; 3. Buraco Quente, próximo ao Cruzeiro e um dos setores mais violentos e abandonados pelo poder público; 4. Barão da Gamboa, considerado um dos setores mais desenvolvidos em termos de infraestrutura, em especial no que se refere à habitação e saneamento, e ponto de residência de muitos estivadores; 5. Sessenta, setor mais carente; 6. Toca, setor que sob o ponto de vista ambiental se apresenta como o mais degradado; 7. Vila Portuária, setor com alta influência portuguesa, mas onde também concentra muitos trabalhadores do porto.

Já em uma reunião ocorrida em 19 de agosto de 2011, na sala do então secretário municipal da época, Jorge Bittar, com a Comissão de Prevenção de Conflitos junto ao Comitê de Representantes do Morro da Providência¹⁰ essa classificação das áreas se dava do seguinte modo: 1. Ladeira do Barroso e Ladeira do Faria; 2. Rua da Grotta e Américo Brum; 3. Cantão e Escadaria; 4. Comunidade do Barão; 5. Largo da Igreja; 6. Pedra Lisa; 7. Sessenta. Aqui parece haver um descompasso entre as classificações indicadas pelos meus interlocutores, que, vale a ressalva, de modo geral também não se davam de forma homogêneas, e aquelas apresentadas pelo estado, o que talvez abra espaço para uma discussão acerca do uso, das práticas e das apropriações cotidianas de tais lugares e os parâmetros urbanísticos utilizados pela classificação estatal, que organiza e rearranja as atividades pelo território. A figura 3 indica algumas das localizações acima discriminadas.

¹⁰ Essa reunião tinha como objetivo planejar uma série de encontros locais em cada uma das setes áreas da Providência visando explicar com detalhes o projeto de urbanização Morar Carioca.

Figura 3: Regiões do Morro da Providência e os locais de interesse turístico



(Fonte: Revista Porto Maravilha, nº8, 2012¹¹)

O que se buscou até aqui foi mostrar como a formação do Morro da Providência é multifacetada. Sua história, continuamente atravessada pela história do centro e da cidade do Rio de Janeiro, não nos serve como mera contextualização, é necessário pensá-la para além dos indivíduos, dos acontecimentos e dos espaços que participam de sua constituição (Park, 1968). A história desse local, tão marcado por pluralidades e tensões, não é somente um cenário ou um pano de fundo onde é possível verificar uma série de transformações, mas sim parte constitutiva delas, elemento central e operante no modo como estão sendo negociadas as dimensões de tais transformações urbanas (Benjamin, 1991). Tendo em vista que a história não é mobilizada homoganeamente, creio que analisar alguns processos que atravessaram o Morro da Providência nesses últimos anos, possa nos fornecer elementos para pensar o cerne da discussão sobre cidade.

¹¹ Disponível em < <http://www.portomaravilha.com.br/uploads/revistas/044632b11728a7fc3c320e3a9baa3f60.pdf> >. Acesso em outubro de 2016.

1.2 Políticas de Estado recente e a remodelação urbana

No início de 2013, quando comecei a me interessar pelo Morro da Providência, antes mesmo de ingressar no PPGSA¹², intensifiquei meus contatos com algumas pessoas que participavam do GEP – Grupo de Educação Popular, que atua no Morro da Providência, na área portuária e com populações vizinhas da região central da cidade com forte viés ideológico. Vinculados ao anarquismo, às práticas político-pedagógicas do grupo tem como foco uma educação libertária como estratégia de educação popular e fortalecimento da dimensão da luta em defesa da moradia e em contestação a excessiva regulação municipal do espaço urbano. Durante poucos meses participei de um subgrupo do GEP que tem como uma das diretrizes a alfabetização de jovens e adultos e adultos da comunidade – ALFA.

Recorrer ao GEP como porta de inserção e observação me pareceu uma boa oportunidade que me permitiu circular por diferentes espaços da comunidade e me deu acesso a uma rede de pessoas, possibilitando o contato não apenas com grupos específicos de moradores que ali participavam, me aproximando da realidade cotidiana daquele ambiente, mas também daqueles que ali não se encontravam. Durante esse período a zona portuária como um todo já passava por um intenso processo de ressignificação perante a cidade, incluindo aí também o Morro da Providência. Parte dessa ressignificação se dava em função de um conjunto de intervenções, em especial nos quesitos de infraestrutura geral, como por exemplo, na área de habitação, segurança pública, transportes e telecomunicações, necessários para recepcionar determinados eventos esportivos do qual o Rio de Janeiro sediaria¹³. Essas intervenções, implantadas através do megaprojeto de reestruturação urbana conhecido como Porto Maravilha, compunham parte do pacote olímpico que demandava também a construção e adaptação de instalações específicas atendendo às distintas modalidades, seguindo padrões normativos internacionais da FIFA e do COI¹⁴.

No momento que subi a Providência pela primeira vez em 2013, não era claro para mim em quais medidas o projeto Porto Maravilha intervia naquela localidade, se é que era o Porto Maravilha de fato. Outros programas provenientes das mais distintas esferas do governo federal, estadual e municipal estavam em curso ali e se apresentavam de modo imbricado, se não, por vezes confusos. Ainda que em alguns momentos os mesmos parecessem se integrar e complementar, fortalecendo as noções de unidade, organização e coesão tão comumente associadas ao Estado, em outros momentos, o modo como essa sobreposição era realizada não passava a impressão de que esses

¹² Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro no qual ingressei em janeiro de 2014.

¹³ A organização de megaeventos esportivos parece ter se tornado uma meta explícita de políticas públicas no Brasil (Mascarenhas, 2011) – Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016).

¹⁴ FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado e COI – Comitê Olímpico Internacional.

programas estivessem assim tão articulados e alinhados de fato, revelando um Estado fruto de suas relações e disputas sociopolíticas. Um Estado plástico, complexo e repleto de incongruências, mas que se constrói apesar e a partir de seus paradoxos.

Um ponto observado ao longo da pesquisa foi o nítido abismo existente entre o campo das ideias e o campo da *práxis*, se assim o podemos dizer, havendo uma grande diferença entre a concepção de um projeto e sua implementação. Creio que esse seja um debate que possa fazer-nos pensar nos diferentes arranjos e negociações que se dão entre as regras e as normas de um lado e as práticas do outro, sejam elas particulares ou coletivas, privadas ou públicas. Esse abismo entre idealizar um projeto e de fato executá-lo não se aplica apenas no nível macro estatal, mas se espelha também sobre o nível pessoal da pesquisadora, onde, por exemplo, eu iniciei a pesquisa buscando estruturar a mesma discutindo as remoções no Morro da Providência, a partir da leitura que os moradores que passaram por tal experiência fizeram sobre esse processo. No entanto, acabo por me encontrar realizando um investimento muito maior do que aquele previsto inicialmente, mergulhando muito mais numa investigação sobre o Estado, suas ações e a correlação de forças sociais que se refletem sobre a territorialidade. Talvez isso ocorra justamente pelo fato do Estado ser um dispositivo cravado na vida cotidiana, como apontado por Machado (2013), onde o mesmo se produz ao produzir suas próprias margens. A sedutora e fácil armadilha de demonização do Estado se desfaz para dar lugar a análise de uma estrutura que no fundo não é assim tão sólida, rígida e definida, mas que parece ir buscando meios de organizar, encaixar e por vezes até mesmo espremer a realidade dentro de determinadas configurações, introjetando o cotidiano a outras molduras, o que, de algum modo, também vai abrindo caminhos alternativos e consolidando novos percursos e conhecimentos. Um segundo ponto que pode ser levantado é o de como toda essa adaptação política, essa flexibilização da aplicação das disposições jurídicas, ou ainda a reconfiguração da malha institucional necessária para viabilizar determinado projeto, pode estar gerando consigo um rastro de aprofundamento da crise urbana e agravamento de nossas próprias contradições e desigualdades. O campo foi apresentado-se de modo muito caótico. Esse por vezes se assemelha a ideia de um labirinto, por onde o pesquisador a medida que vai avançando e adentrando o território, passa a catalogar, a desenhar um quadro de relações, monta um esquema no qual transforma o status daquilo, antes desconhecido, em algo compreensível. A passos miúdos vai dando nome as ruas, dotando de sentido e transformando o labirinto em um mapa. Nesse mar de informações, por vezes tão imprecisas e desconexas, buscarei aqui puxar alguns fios dos quais se mostraram relevantes. Apresentarei de modo muito breve um panorama de algumas políticas públicas direcionadas a Providência nesses últimos anos, para em seguida pensar como as mesmas surgiram ao longo do

meu campo e como suas informações circulavam e eram apresentadas de modo confuso não somente a mim, uma estrangeira, *outsider* a esse local, mas também a muitos moradores, em especial entre aqueles que foram direta ou indiretamente afetados por tais intervenções.

1.2.1 Unidade de Polícia Pacificadora – UPP

A Unidade de Polícia Pacificadora – UPP é um programa de Segurança Pública que engloba a parceria entre as três esferas do governo e diferentes atores da sociedade civil, com o objetivo de retomar permanentemente o território de comunidades dominadas pelo tráfico e garantir a proximidade entre o Estado a população. O programa, implantado pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro e planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional, foi iniciado em dezembro de 2008, com a instalação no bairro de Botafogo da primeira UPP no Morro Santa Marta. A UPP no Morro da Providência, instalada em abril de 2010 no topo da escadaria do Barroso, próxima ao Largo da Igreja, foi a sétima unidade a ser inaugurada.

Entre alguns contatos que tive em campo, por vezes surgiram oportunidades de conversar com Augusto¹⁵, que trabalhava no acompanhamento social da implementação desse programa de segurança pública, realizado em algumas comunidades do Rio de Janeiro, conhecido como UPP Social. O programa era gerido pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH/RJ, e era executado pela Subsecretaria de Defesa e Promoção de Direitos Humanos, Cidadania e Território. A UPP Social tinha como objetivo contribuir para consolidação do processo de pacificação, fortalecendo as redes locais e potencializando as lideranças que ali atuavam, através do auxílio na promoção da cidadania e o desenvolvimento urbano, social e econômico. O propósito de atuação dos agentes que ali participavam era de mediar o diálogo entre a comunidade e o Estado, buscando estimular a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade.

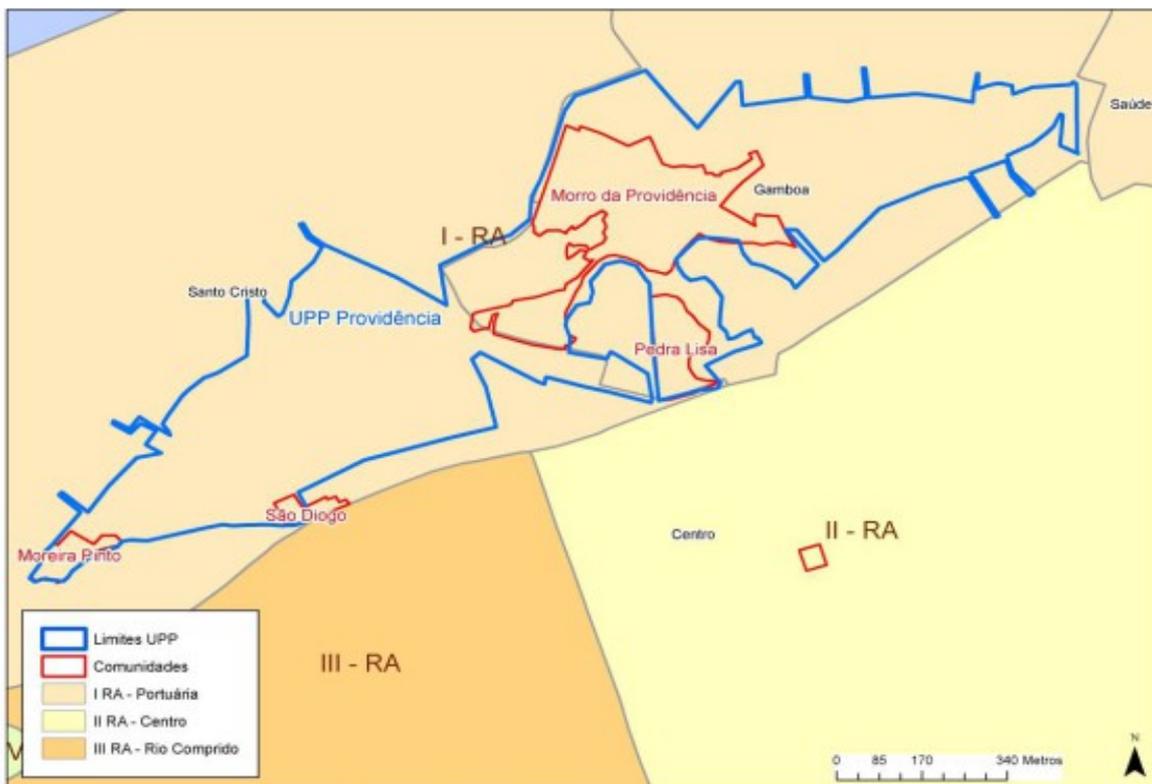
Por já ter participado do ELEPP – Espaço Livre de Educação Popular da Providência¹⁶, Augusto tinha algumas noções e conhecia parte da realidade da Providência, porém como sua área de atuação na UPP Social se restringia a comunidade Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o mesmo me encaminhou o contato de Luiza, que integrava a equipe atuante na Providência. Ambos me auxiliaram na expansão da minha rede de contatos e amplitude das possibilidades de entrada em campo. Nossas discussões foram essenciais na construção da recusa ao discurso dominante, e talvez até em algum cunho moralizante, de ausência de Estado em tais

¹⁵ Aqui e ao longo desta pesquisa utilizarei nomes fictícios. Esse recurso foi utilizado tendo em vista a necessidade de preservar a identidade dos meus interlocutores e seguir os procedimentos recomendados pela ética de pesquisa da área. Os únicos nomes que foram mantidos se referem às pessoas públicas.

¹⁶ O ELEPP é um coletivo criado em 2009 que atua com crianças da Providência, promovendo aulas de reforço escolar para crianças do Ensino Fundamental.

territórios. Creio que a forma do Estado se fazer presente em determinados territórios e junto a determinadas populações é proposital. As forças repressivas estatais já se faziam presente no morro em outras circunstâncias, ainda que seu discurso e ação adotassem uma outra forma ou moldura. Em agosto de 2006, por exemplo, é instalado na Providência uma unidade do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais/GPAE com o intuito de reduzir as constantes tensões existentes entre a polícia e o tráfico. Ainda assim no final de 2007, o conflito armado estabelecido entre polícia e traficantes, resultou em uma sucessão de ações estatais culminando com a ocupação do morro por parte das Forças Armadas. Depois disso o policiamento por parte do Estado parece não ter saído mais dali. O que temos são sucessivas modalidades de presença do Estado nesses locais, porém como apontam Machado (2008) e Das y Poole (2008), a organização e a ação estatal funciona em modalidades distintas nos territórios ditos da pobreza e da margem, territórios esses, ícones da repressão que remetem ao fantasma das classes perigosas – marginais, informais –, onde se encontra o elo mais fraco da exploração e da dominação estrutural urbana.

Figura 4: Limite da UPP Providência, das comunidades que a compõem e das Regiões Administrativas



(Fonte: SABREN/IPP, 2011; ISP, 2011 apud Rio + Social, 2015)

A implementação da UPP na Providência, no entanto, traz consigo uma lógica distinta daquela que

antes operava sob o comando do tráfico, impactando no cotidiano da favela, modificando códigos e práticas e afetando as formas de sociabilidade entre os de dentro e os de fora da comunidade. O controle policial e estatal nesse espaço, por um lado provocou o desarmamento dos traficantes locais, implicando uma adaptação e reorganização das atividades do comércio varejista de drogas, ainda que esse pareça continuar atuando com certa tolerância estatal. Isso aciona a ideia de que o período associado a conflitos e confrontos armados entre traficantes e policiais se encerraria, algo ainda hoje questionável. Assim, através da tentativa de quebra do estigma ou da desconstrução de elementos e signos qualificados negativamente como violência e perigo associado a tais locais, o Estado busca com a UPP, em algum âmbito, promover a integração entre o morro e o resto da cidade, tornando tais locais mais “seguros” e acessíveis pelas pessoas de fora.

A partir de uma lógica de fora e para fora, essa integração é promovida ao custo de uma reapropriação e realocação da própria violência, uma vez que o excessivo controle estatal, imposto por policiais militares ostensivamente armados, modo pelo qual os mesmos circulam pela comunidade e entre as operações, se estende direta ou indiretamente na rotina dos moradores, sobre seus corpos e sobre o espaço em que vivem. Segundo Gutterres (2014), a imposição de ordem e regras de convivência por parte da UPP, afeta e desestimula aglomerações de pessoas e manifestações de rua, em especial aquelas associadas à música e aos jovens, como por exemplo, a inviabilização dos bailes funks¹⁷ que ocorriam nos finais de semana na praça Américo Brum, que além de estimular a economia local, proporcionando, em função do evento, oportunidades de comércio e venda para moradores, o local também era o principal ponto de interação e sociabilidade da Providência.

A implementação de tal política de segurança pública aciona um debate complexo que tem como um dos eixos aquilo que Leite e Farias (2009) apontam como a promoção de uma “guerra” contra as favelas, seus territórios e populações. O abuso de poder e o desrespeito aos direitos civis da população residente é sistemático, assim como o homicídio de jovens tomados como suspeitos de envolvimento em crimes. Esse é um tema que abre um leque de discussões as quais não teria material para adentrar, no entanto, apesar de não ser o foco da pesquisa, o motivo pelo qual fez-se necessário pontuar tal política pública como relevante dentro do meu campo de análise se dá em função, ainda que tenha sido apontado de modo muito corriqueiro por meus interlocutores locais, de que para alguns deles é difícil pensar as recentes transformações na Providência sem pensar na UPP. A sua instalação pode ser associada a uma porta de entrada que abre frente para uma gama de

¹⁷ Esse debate se estende a uma discussão moral que se estabelece entre a associação das letras das músicas, do público-alvo e dos produtores dos bailes e as atividades do comércio varejista de drogas ilícitas. Implementavam-se no entanto atividades culturais que o Estado via como aceitas.

modificações no morro através do controle do espaço e das pessoas. Um dos meus interlocutores ao longo do campo chegou a sinalizar que não tem como falar de remoção sem falar da UPP. Repleta de nuances e até certa desconfiança por parte de alguns moradores, a instalação da UPP na Providência funciona como um marco, uma fronteira, que evidencia o início de uma série de intervenções urbanas ocorridas dentro e fora da comunidade.

1.2.2 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC foi criado em janeiro de 2007, no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e reuniu uma série de medidas com o intuito de incentivar a retomada de investimento público em setores estruturantes para o país¹⁸. Se configurando como um programa de investimentos conjugado a amplas medidas econômicas, o PAC teve como norte a modernização da infraestrutura e a expansão dos investimentos privados, tendo como premissa fazer o Brasil crescer de forma acelerada e sustentável (Trindade, 2012). Sua sustentação se dava sobre as seguintes linhas: Investimento em Infraestrutura; Estímulo ao Crédito e ao Financiamento; Melhora do Ambiente de Investimento; Desoneração e Administração Tributária; Medidas Fiscais de Longo Prazo; Consistência Fiscal.

No que se refere à linha de Investimento em Infraestrutura, segundo o Ministério do Planejamento, tal programa teve como ponto fundamental o incentivo e a execução de obras de grande porte, onde os projetos priorizados se debruçavam sobre três eixos estratégicos: *Infraestrutura Logística* – Rodovias; Ferrovias; Portos; Aeroportos; Hidrovias; Defesa; Comunicações; e Ciência e Tecnologia; *Infraestrutura Energética* – Geração e Transmissão de Energia Elétrica; Petróleo e Gás Natural; Combustíveis Renováveis; e Revitalização da Indústria Naval; e *Infraestrutura Social e Urbana* – Habitação através de ações como o Programa Minha Casa, Minha Vida; Urbanização de Assentamentos Precários; Financiamento Habitacional – SBPE; Transporte urbano e Mobilidade Urbana; Prevenção de Áreas de Risco; Saneamento; Recursos Hídricos; Equipamentos Sociais, tais como Creches e Pré-Escolas, Quadras Esportivas nas Escolas, Centro de Artes e Esportes Unificados, Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) e Cidades Digitais; Pavimentação; PAC Cidades Históricas; Luz para Todos; Infraestrutura Turística; Equipamentos de Esporte de Alto Rendimento; Educação; Saúde através de Unidade Básica de Saúde (UBS); Unidade de Pronto Atendimento (UPA); e SUFRAMA.

A primeira modalidade do programa, PAC I, em curso durante o período de 2007 a 2010, teve o investimento na faixa de R\$ 500,00 bilhões, sendo mais da metade dos recursos direcionados ao

¹⁸ O decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu comitê gestor, e dá outras providências. (Trindade, 2012)

eixo infraestrutura energética (54,5 %), seguido pelo eixo de infraestrutura social e urbana (33,9 %) e por último, pelo eixo infraestrutura logística (11,6 %). Com o fim da primeira etapa em 2010¹⁹, ainda que essa referência se dê razão do término dos prazos e não da finalização das obras de fato, é lançada em 2011 sua segunda versão, PAC II, que com acréscimo no valor dos investimentos, somaram aproximadamente R\$ 955 bilhões investidos até 2014²⁰. Esta segunda versão, contando com mais recursos e parcerias fechadas entre as diferentes esferas federativas, alinhamento este que buscava facilitar o modo pelo qual as políticas federais atravessam a malha institucional, se voltou de modo mais enfático para a resolução dos dilemas encontrados nos centros urbanos, tendo como propósito melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

A coordenação geral do PAC fica sob responsabilidade do Comitê Gestor (CGPAC) coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, contando como membros o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Segundo Trindade (2012), o eixo de Infraestrutura Social e Urbana, em especial as vertentes voltadas para o saneamento e a urbanização de assentamentos precários, se estruturou de modo complexo, perpassando por órgãos de diferentes instâncias. Grande parte dessa política pública porém cabe ao Ministério das Cidades²¹, uma vez que é o ente responsável por realizar o planejamento, regulação, normatização e gestão de aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito. A Caixa Econômica Federal atua como Unidade Gestora do Ministério das Cidades, operacionalizando programas e ações do mesmo, repassando recursos aos estados e municípios, ora com caráter não oneroso e como mandatária da União, ora com caráter oneroso e como agente financiadora (Trindade, 2012). Compõem também os investimentos as contrapartidas dos estados e municípios, que podem se apresentar como recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis (MCIDADES, 2010).

Sob a responsabilidade do Ministério das Cidades então, e conjugando a articulação entre as diferentes esferas federal, estadual e municipal, dentro do eixo de Infraestrutura Social e Urbana, foram incluídos também os Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) focados em intervenções em favelas. Popularmente conhecido como PAC Favelas, essa modalidade tinha como diretriz promover o apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Informais, em especial em favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do país.

¹⁹ Alavancando o emprego e a renda, os investimentos do PAC, focados em especial na indústria de construção, conjugada a uma série de outras medidas econômicas, possibilitaram que o Brasil não fosse afetado de modo tão intenso pela crise econômica mundial de 2008 (Gutterres, 2014).

²⁰ “Qual a diferença entre o PAC1 e o PAC2?”. *Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão*. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/qual-a-diferenca-entre-pac1-e-pac2> >. Acesso em agosto de 2016.

²¹ Fruto de lutas e reivindicação popular, o Ministério das Cidades, criado em 2003, no período do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é um órgão central de articulação das políticas de desenvolvimento urbano no país.

As prioridades seriam ações que visassem a regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando sua permanência ou relocação, através de obras integradas de habitação, saneamento e inclusão social (Andrade, 2009). No Rio de Janeiro, o carro-chefe das intervenções do PAC direcionadas a Urbanização de Favelas foram aquelas no Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos e Favela da Rocinha, obras essas amplamente noticiadas.

No que se refere à pesquisa que realizei no Morro da Providência durante o período de 2014 a 2016, os vestígios que tive sobre o empreendimento implementado pelo Programa de Aceleração do Crescimento nesta localidade integravam o plano de investimento da segunda etapa do programa – o PAC II. Os recursos advinham do Orçamento Geral da União – OGU, através do Agente Operador Caixa Econômica Federal, sendo a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro o Agente Promotor e a Secretaria Municipal de Habitação o órgão Executor da intervenção. As ações propostas pelo PAC na Providência tinham como base a transformação social e recuperação ambiental através da integração urbanística nas áreas de habitação e saneamento. A intervenção visava complementar as obras de infraestrutura já realizadas na comunidade²² e articular as mesmas com outras políticas setoriais, aumentando a disponibilidade e a cobertura de equipamentos e serviços urbanos e sociais, culminando num processo de inclusão social. As propostas ainda incluíam a aquisição assistida de imóveis, regularização urbanística e fundiária, produção de unidades habitacionais na área de reassentamento e em paralelo o desenvolvimento do Projeto do Trabalho Técnico Social – PTTS, que tinha como objetivo fortalecer a participação da população beneficiária em todas as etapas do programa – pré obras, obras e pós obras, desde a complementação das intervenções de urbanização até a regularização fundiária. Baseado nas experiências e no conhecimento acumulado da equipe técnico social da SMH sobre a área objeto, o projeto tinha como foco uma metodologia participativa, visando à disseminação da informação, a apreensão por parte da população destas informações, a discussão dos papéis e responsabilidades dos atores envolvidos e a articulação e integração entre as diversas equipes – social, projeto, obras e fundiário da SMH.

²² Como exemplo podemos citar o Programa Vida Nova Com Saúde do governo do Estado do Rio de Janeiro que a partir de 2001 executou obras de saneamento na parte alta do Morro. Outro exemplo seria o Favela-Bairro, programa municipal de urbanização que ocorreu entre 1994 e 2008, implementado por César Maia, então prefeito do Rio de Janeiro e idealizado por Luiz Paulo Conde, arquiteto e secretário municipal de urbanismo durante o primeiro governo de Maia. Cofinanciado pelo BID e executado pela SMH, o programa tinha como planejamento melhorias gerais em infraestrutura, regulamentação imobiliária, a implantação de serviços sociais e de creches nas favelas urbanizadas. Tinha como objetivo ainda promover ampla discussão do projeto urbanístico com os membros da comunidade. Em janeiro de 2000, a comunidade do Morro da Providência foi incluída na lista das 73 comunidades beneficiadas pela segunda etapa do projeto de urbanização. Implementado entre 2001 e 2004 pelo consórcio responsável pelo programa, BCM Engenharia/Fernanda Salles Arquitetura, o Favela-Bairro da Providência contou com orçamento de R\$ 14,3 milhões para a construção de redes de água e esgoto, praças, creches e quadra esportiva, além de implementar o Programa de Ação Social Integrada, com desenvolvimento de projetos de atenção à Criança e Adolescentes e Geração de Trabalho e Renda (Menezes, 2008).

O PTTS trabalharia os seguintes planos: 1. Mobilização e Comunicação: 1.1 Ações informativas sobre o Empreendimento através de 1.1.1 Assembleias, 1.1.2 Plantão Social/Atendimento Comunitário, 1.1.3 Material Didático e de Divulgação, 1.1.4 Plano de Comunicação e 1.1.5 Cadúnico; 1.2 Suporte às Intervenções Físicas e Sociais através de 1.2.1 Visitas Domiciliares, 1.2.2 Instalação do Escritório Técnico Social; 1.2.3 Articulação Técnica Social para parcerias; 1.2.4 Capacitação da Equipe Técnica e 1.2.5 Avaliação e Monitoramento com Diagnóstico Inicial, Monitoramento, Avaliação das Intervenções Pós Obras e Diagnóstico final; 2. Participação Comunitária e Desenvolvimento sócio organizativo: 2.1 Mobilização e Organização Comunitária; 2.2 Atividades socioculturais; 3. Empreendedorismo: 3.1 Geração de Trabalho e Renda e Capacitação Profissional; 4. Educação: 4.1 Educação Ambiental, Sanitária, Patrimonial, para a Mobilidade Urbana e para a Saúde; 4.2 Turismo; 5. Remoção e Reassentamento: 5.1 Apoio ao Remanejamento/Reassentamento de Famílias.

No que se refere ao último item acima elencado, as justificativas acionadas para as remoções e reassentamentos vinculadas ao projeto do PAC II no Morro da Providência giram entorno dos seguintes argumentos: 1. Área de risco geológico e/ou risco por insalubridade, tendo como ponto de partida os dados e os relatórios elaborados pela GEO-Rio. Segundo as classificações de tais relatórios, excluindo aqui a área da Comunidade da Pedra Lisa²³, só o Morro da Providência em si possui 139 moradias classificadas em situação de alto risco, o que equivale a 23% da área da comunidade. 2. Desadensamento em função da abertura de vias. 3. Acessibilidade às partes mais altas do Morro, através da construção de equipamentos de mobilidade urbana como o teleférico e o plano inclinado. 4. Remoção de edificações para posterior reflorestamento da área, este motivo se delimitando e direcionando em especial sobre a região da Pedra Lisa. A realocação compulsória das moradias, mesmo em casos justificados, teoricamente seria precedida de um entendimento e aceitação entre as partes, onde as famílias a serem relocadas seriam sensibilizadas a entender a necessidade da intervenção, seus objetivos, condições e benefícios. Na prática, no entanto, a realocação é atravessada por indefinições, falta de consenso e até de níveis mais básicos de esclarecimento. Quem fica, quem sai, por que e quando saem, para onde vão, qual o valor pago pelas indenizações, como tal valor é definido? Apesar dos esforços da equipe do PTTS que preconiza a participação e a mobilização comunitária, muitas são as perguntas que perduram sobre

²³ A Comunidade da Pedra Lisa integra aquilo que é conhecido como o Complexo da Providência, formado pelas Comunidades limítrofes, Morro da Providência e Pedra Lisa e outras duas comunidades mais isoladas, Moreira Pinto e São Diogo (Figura 4). No que se refere às habitações dessa região, conhecida entre os moradores como a mais carente do Complexo da Providência, as casas ali ocupam parte da antiga pedreira de brita, na face que dá para a Central do Brasil. Localizada entre o paredão de pedra e próxima a garagem rodoviária, a região já foi alvo de atuação de algumas políticas públicas, como por exemplo o Favela Bairro, que realizou obras de contenção no local, tendo em vista a grande quantidade de imóveis condenados pela Defesa Civil, baseados em laudos emitidos pela GEO-Rio. Só essa comunidade possuía 110 moradias localizadas em área classificada como de alto risco.

as implicações, o destino e o futuro das famílias diretamente afetadas pelas obras do PAC, como veremos mais a frente.

Já no que se refere ao quesito dos valores das intervenções no Morro da Providência, os mesmos seriam distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Valores do PAC II no Morro da Providência

	OBRAS/OUTROS	PTTS	TOTAL
Repasse	R\$ 97.997.648,16	R\$ 4.000.000,00	R\$ 101.997.648,16
Contrapartida (Financeira)	R\$ 33.221.150,01	***	R\$ 33.221.150,01
Contrapartida (Bens e serviços)	***	***	***
TOTAL	R\$ 131.218.798,17	R\$ 4.000.000,00	R\$ 136.216.796,17

Essa tabela foi extraída da Proposta Preliminar para Intervenção Social no Empreendimento do PAC II direcionado ao Morro da Providência, com data de assinatura em 28 de fevereiro de 2011, pelo Representante Legal do Proponente, o então secretário municipal de habitação, Jorge Bittar, pela Coordenadora de Inclusão Social, Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes e pela Técnica Social Responsável, Regina de Lourdes Mathias. Cabe ressaltar que a totalização final apontada na tabela²⁴, não corresponde ao somatório dos valores discriminados na última linha, tampouco corresponde ao somatório da última coluna. Em ambas as totalizações, ficam faltando o valor de R\$ 997.998,00. Não especifica também a origem da contrapartida, se é proveniente da esfera estadual, municipal, ou um somatório de ambas. No entanto, creio que a contrapartida ali indicada esteja vinculada aos investimentos provenientes de recursos do município, uma vez que o Agente Promotor do programa é a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Porém, como veremos a seguir, outros programas de urbanização já estavam em curso no local.

1.2.3 Morar Carioca

Lançado em julho de 2010, durante a gestão do Prefeito Eduardo Paes, reeleito em 2012, o Morar Carioca era um Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais, criado, coordenado e promovido pela Secretaria Municipal de Habitação – SMH, em articulação com os

²⁴ Segundo o Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o investimento do PAC II previsto para o Morro da Providência girava em torno de R\$ 142.731.938,60 o que mostra um valor bem diferenciado. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/obra/29651> >. Acesso em outubro de 2016.

demais órgãos públicos. Divulgado como o maior programa de urbanização em favelas do país, destinado a melhorar as condições de vida das populações de baixa renda residentes em assentamentos precários, tal política de Estado tinha como objetivo promover a inclusão social através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas da cidade até o ano de 2020. A partir do resultado das experiências acumuladas pela prefeitura, em especial nas precedentes ações da SMH em tais territórios, o Morar Carioca teria como foco a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços, e concomitantemente incorporaria conceitos mais abrangentes tais como um sistema de manutenção e conservação de obras, monitoramento e ordenamento da ocupação e uso do solo. Suas intervenções urbanas não se limitariam a beneficiar as comunidades, mas a concepção do projeto era que extrapolasse as fronteiras, se desdobrando também pelo seu entorno.

A iniciativa, que faria parte do legado Olímpico, teria como meta o investimento de R\$ 8,5 bilhões até o fim de 2020²⁵, contando com financiamento do governo federal, do município e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Esta verba seria dividida em três etapas. Na primeira etapa R\$ 2,1 bilhões seriam investidos até 2013, beneficiando 70 mil famílias. Na segunda etapa seriam investidos R\$ 2,65 bilhões de 2014 até 2016, alcançando 86 mil famílias. Por fim, a etapa final contaria com o valor de R\$ 3,75 bilhões para serem investidos de 2017 a 2020 beneficiando uma estimativa de 109 mil famílias²⁶. Em outubro de 2010, em parceria estabelecida com o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e a Secretaria Municipal de Habitação – SMH, é lançado o concurso Morar Carioca: conceituação e prática em urbanização de favelas, onde seleciona 40 escritórios de arquitetura para o desenvolvimento dos projetos de urbanização nas comunidades distribuídas nas cinco áreas de planejamento (Gifalli, 2014; Sampaio, 2014). As execuções das obras variariam de acordo com a configuração de cada comunidade beneficiada, seu porte e condição. Não se restringiria apenas a construção de casas e prédios, mas se ramificaria sobre o território, implantando redes de infraestrutura física e social.

No caso do Morro da Providência, que teve o projeto executivo elaborado pelo escritório Fernanda Salles Arquitetura²⁷, por se enquadrar na categoria de *comunidade urbanizável* e Área de Especial

²⁵ “Morar Carioca em compasso de espera”. *O GLOBO*. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/morar-carioca-em-compasso-de-espera-12521373> >. Acesso em outubro de 2016.

“Orçada em R\$ 8,5 bi, urbanização de favelas no Rio só conclui 3 projetos”. *BOL Notícias*. Disponível em: < <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2015/10/23/orcado-em-r-85-bilhoes-morar-carioca-tem-3-projetos-concluidos-em-5-anos.htm> >. Acesso em abril 2016.

²⁶ Também financiador do antigo Favela-Bairro. Ambos os programas eram acionados pelos moradores como marcadores de suas vidas. Ainda que com diferenças, o objetivo dos programas era integrar favela e cidade, investindo em urbanização, infraestrutura, redes de água e esgoto, obras viárias, equipamentos de lazer, educação – investimentos esses que eram e são desejados pelos moradores com quem conversei, afinal eram demandas da comunidade. O problema central era a forma com a qual os mesmos eram implantados, como as obras eram feitas.

²⁷ Esse escritório foi também o executor do programa de urbanização municipal anterior no Morro da Providência, o

Interesse Social²⁸, estavam previstas obras de implantação e conservação das redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública, pavimentação, melhorias na coleta de lixo e contenção de encostas suscetíveis a deslizamentos. Além das obras de urbanização focadas em especial nos sistemas de infraestrutura, segundo o Decreto nº 36388/2012, que institui o Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca –, por ser a Providência uma comunidade classificada com mais de 500 domicílios, ainda estariam previstas:

1. Implantação de equipamentos públicos, como a construção de um Espaço de Desenvolvimento Infantil para 170 crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses, Centro Esportivo e de Eventos na Ladeira do Faria, Centro de Trabalho, Emprego e Renda gerido pela Secretaria Municipal de Trabalho, Reforma da Escola Municipal Francisco Benjamin Gallotti e construção de uma praça com anfiteatro.
2. Resgate do Patrimônio Histórico da comunidade através da construção de um Centro Histórico e Cultural, reforma da Capela Nossa Senhora da Penha, reforma dos mirantes existentes executados pelo Favela Bairro, restauro do Oratório da Providência, bem tombado municipal que requalificará inclusive seu entorno, necessitando assim da realocação das casas existentes para que o Oratório possa “respirar” e resgatar sua visibilidade para a cidade, e, por fim, recuperação do antigo reservatório para a futura implantação de um Museu a Céu Aberto nos moldes propostos pelo Favela Bairro na comunidade, de modo a criar um potencial gerador de empregos e renda através da atividade turística.
3. Sistema de Ampliação da Mobilidade através da abertura de vias e alargamento de ruas de modo a permitir o tráfego de pequenas viaturas da COMLURB para o escoamento do lixo residencial, implantação de um sistema teleférico, tal como no Complexo do Alemão, na Região do Subúrbio da Leopoldina, porém com três estações, interligando a Providência, especificamente a praça Américo Brum, com a Central do Brasil e a Cidade do Samba, facilitando a integração dos moradores a outros modais de transporte, e construção de um plano inclinado, tal como na Favela Santa Marta, em Botafogo, na zona sul da cidade, como uma opção à grande escadaria existente, atendendo o setor mais alto da comunidade, ligando a Ladeira do Barroso à Capela Nossa Senhora da Penha e o Oratório da Providência.
4. Tratamento adequado das situações de risco com relocação das habitações assentadas em áreas de risco geotécnico, principalmente no entorno das Pedreiras existentes ao sul do Morro da

Favela Bairro.

²⁸ O Morro da Providência é instituído como uma Área de Especial Interesse Social (AEIS), regulamentada pela Lei nº 2.976 de 11 de janeiro de 2000, onde passa a possuir padrões específicos de urbanização e regularização dentro de padrões especiais de uso e ocupação.

Providência, conforme estudos definidos pela GEO-Rio. Também estão incluídos nesta relocação as áreas excessivamente adensadas e as edificações insalubres e com riscos estruturais.

5. Promoção de novas oportunidades habitacionais dentro ou no entorno da área dos assentamentos e regularização urbanística e fundiária, beneficiando não somente o morador, que passaria a ter direito ao título da propriedade regularizado e juridicamente reconhecido, mas também o poder público que passariam a ter o controle urbanístico e tributário de tal região. As famílias que habitassem domicílios diagnosticados pela prefeitura como em situação de risco ou inadequada ao uso residencial, seriam cadastradas²⁹ e reassentadas em unidades habitacionais produzidas no entorno, se assim se encaminhasse a negociação entre as partes. Cinco seriam os empreendimentos habitacionais para reassentamentos vinculados ao Morar Carioca produzidos no entorno imediato, totalizando 206 Uhs ofertadas pelo Projeto de Urbanização Municipal. Haveria também encaminhamento a outros três empreendimentos habitacionais vinculados ao programa federal Minha Casa, Minha Vida – MCMV, que ofertaria um total de 543 Uhs. Juntos, a produção habitacional ofertada pelos programas resultaria num total 749 Uhs.

Tais intervenções beneficiariam 5.504 moradores da comunidade. Os dados utilizados pela SMH não são aqueles provenientes do Censo de 2010 em função da discrepância apurada com o levantamento topográfico realizado pelo Morar Carioca em 2009/2010. Enquanto o Instituto Pereira Passos – IPP, com base no Censo Demográfico do IBGE de 2010, apontava no Morro da Providência uma população de 4.094 habitantes distribuídos por 1.237 domicílios (Tabela 2), o Morar Carioca utilizava a estimativa elaborada pelo SABREN – Sistema de Assentamentos de Baixa Renda. Essa estimativa é fruto da compatibilização entre os limites do cadastro de favelas do próprio IPP e dos setores censitários do IBGE, onde segundo o SABREN, o Morro da Providência possui uma população de 5.504 habitantes, distribuídos em 1720 domicílios³⁰.

As obras de urbanização do Morar Carioca integram o plano de investimentos da segunda etapa do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – do governo federal. No entanto, o modo como é realizada a captação e a distribuição dos recursos, no que tange o programa municipal no Morro da Providência, não se apresenta de forma tão clara e precisa. Segundo Jorge Bittar, então secretário municipal de habitação durante o ano de 2011, inicialmente a prefeitura se comprometeu a cobrir

²⁹ O cadastro, realizado através dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, funciona como “porta de entrada” para os programas sociais da prefeitura do Rio de Janeiro e para programas provenientes de outras instâncias federativas. A inscrição no CADÚNICO, é a forma em quem as famílias cadastram seus dados para ingressar em uma série de benefícios sociais tais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Crédito Fundiário, dentre outros.

³⁰ Para efeito de comparação, em Diagnóstico Urbanístico realizado pelo Consórcio BCM Engenharia/Fernanda Salles Arquitetura, responsáveis pelo Favela Bairro/SMH, em 2001 o Morro da Providência apontava uma população de 4.695 habitantes distribuídos em 1362 domicílios. Já segundo o PAC II, que utiliza o Censo Domiciliar do IBGE de 2000, a Providência contava com aproximadamente 2.464 domicílios

5% do custo total, o que equivaleria a uma média de R\$6,5 milhões. Os investimentos municipais, porém poderiam vir a ser maiores. Resultado da conjugação de recursos do BID, do PAC II (entre R\$ 131 – 136 milhões³¹) e da prefeitura do Rio de Janeiro, o total de investimentos no Morro da Providência através do Morar Carioca giraria entorno de R\$ 163 milhões (Gutterres, 2014), sendo R\$ 75 milhões, quase a metade do valor total, direcionados para a construção do teleférico.

Tabela 2: População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo as Comunidades na UPP Providência e Município do Rio de Janeiro

<i>Comunidades</i>	<i>População⁽¹⁾</i>	<i>Domicílios⁽¹⁾</i>	<i>Habitantes por Domicílio</i>	<i>Área (m²)⁽²⁾</i>	<i>Densidade demográfica (hab/ha)</i>
São Diogo	209	64	3,27	4.765	438,6
Moreira Pinto	326	104	3,13	8.617	378,3
Morro da Providência	4.094	1.237	3,31	102.088	401,0
Pedra Lisa	260	60	4,33	18.174	143,1
Total	4.889	1.465	3,34	133.644	365,8
Rio de Janeiro⁽³⁾	6.320.446	2.146.340	2,94	570.917.463	110,7

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)
 (2) Instituto Pereira Passos (2010)
 (3) Censo Demográfico IBGE (2010)

(Fonte: Rio + Social³²)

Ora, se o valor, amplamente divulgado, do total de investimento vinculado ao Morar Carioca no Morro da Providência, é da ordem de R\$ 163 milhões e a prefeitura afirma ter entrado com 5% do custo total, o que equivale a R\$ 6,5 milhões, algumas são as perguntas que surgem, tendo em vista que a conta apresentada não fecha. Em uma tentativa ingênua, ainda que a nível especulativo, me aventurarei aqui a discriminar algumas das questões, pedindo certa paciência e compreensão dos leitores, tendo em vista que as ciências exatas não são um forte domínio daquela que aqui vos fala.

Primeiramente, se optarmos por utilizar o valor da porcentagem indicada pela prefeitura como referência, os 5% do custo total de R\$ 163 milhões, equivale a R\$ 8,15 milhões e não R\$ 6,5 milhões. Invertida a operação, R\$ 6,5 milhões equivale a 3,99 % dos R\$ 163 milhões investidos e não 5%. Cabe ainda outras alternativas a serem consideradas, como a possibilidade de que o custo

³¹ Esse total varia caso seja excluído ou incluído o valor referente ao pagamento do PTTS como discriminado na tabela I dessa dissertação.

³² Disponível em: <http://www.riomaissocial.org/territorios/providencia/>; Acesso em junho de 2016.

total a que se refere o secretário, diz respeito única e exclusivamente aos investimentos por parte do estado, sendo esse o resultado da soma dos investimentos do programa do governo federal, PAC II, conjugados aos recursos investidos pela prefeitura do Rio de Janeiro, ou seja, excluindo os investimentos do BID. Nesse caso vale questionar qual é o valor do PAC II utilizado nesse somatório, se é aquele que inclui o pagamento do PTTS ou aquele que o exclui, assim como faz-se necessário a discriminação da proveniência da contrapartida, se ela é estadual, municipal ou uma conjugação de ambas. Como que os recursos do PAC II atravessam as esferas federativas? Há sobreposição de verba municipal? Esses investimentos do PAC II são direcionados parcial ou integralmente ao ente municipal através do Morar Carioca? Em que ponto os projetos se integram e como se integram? Ao encarar tais possibilidades orçamentárias, muitas são as perguntas e desafios que emergem frente ao cenário que se desenha. Cenário esse que se faz, se desfaz e refaz a cada ligeira alteração em suas variáveis, reacomodando e reconfigurando conseqüentemente o jogo de perguntas aqui acionado.

Apesar do Decreto nº 36388, que institui o Programa Morar Carioca ter sido lançado somente em 29 de outubro de 2012, muitas intervenções já estavam em curso na comunidade em questão. Em 24 de agosto de 2010 foi publicada pela SMH em Diário Oficial a licitação *Obras de Urbanização, Edificação e Implantação de Teleférico e Plano Inclinado na Comunidade Morro da Providência-Gamboa-Zona Portuária*. O Consórcio RioFaz, formado pelas construtoras Odebrecht, OAS e EIT, é quem assume o contrato, tendo valor estimado de R\$ 131.087.283,70 e um termo aditivo no valor de R\$ 32.767.670,61, totalizando 163 milhões 854 mil 954 reais (Guterres, 2014), basicamente o valor integral dos investimentos do Morar Carioca nessa localidade. É importante frisar que a recorrente falta de precisão dos dados disponíveis não diz respeito somente aos valores dos recursos financeiros, mas a falta de transparência se aplica à discriminação e o destino de tais verbas, assim como a sequência das ações estatais. Licitadas dois anos antes, as primeiras obras do Morar Carioca no Morro da Providência começam a ser efetivamente implantadas em janeiro e fevereiro de 2011, tendo o memorando de início publicado em Diário Oficial do dia 15 de março de 2011. Na data em que o decreto do Morar Carioca é instituído, 29 outubro de 2012, não só o projeto já se encontrava em andamento, tendo acarretado diversas modificações sobre esse território e sua população, como as obras já haviam sido suspensas e embargadas, tendo em vista as irregularidades da atuação municipal frente ao ordenamento jurídico vigente, tema que será elencado e discutido mais a frente. No mesmo mês, em outubro de 2012, é entregue o Diagnóstico Social Participativo do Morro da Providência, elaborado pela empresa Listen – Local Information System, que teve contrato firmado em 2011 com a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro via SMH através de licitação. Seu objeto de

trabalho era elaborar, executar e realizar um diagnóstico que desse suporte às intervenções físicas de projeto de urbanização e trabalho social em oito comunidades da cidade do Rio de Janeiro incluídas no Programa Morar Carioca, entre elas o Morro da Providência. Durante o ano de 2015 estabeleci contato com Laura, antropóloga contratada pela Listen que atuou diretamente no levantamento de dados e na elaboração do relatório do Morro da Providência. O campo de Laura, realizado de março a julho de 2012, era focado no levantamento sobre aspectos de infraestrutura, em especial na descrição de imóveis, ruas, análise de serviços do entorno, além de contemplar também elementos da história e das condições de vida na comunidade. O relatório, no entanto, nunca se tornou público. Busquei entrar em contato com a coordenadora do projeto executado pela empresa, pessoa que exercia uma função com viés mais administrativo e político, realizando a mediação com a área de assistência social da SMH, porém não tive sucesso. Para Laura, os levantamentos executados produziram dados bem relevantes das comunidades e do entorno, no entanto o grande problema centrava-se nos usos políticos feitos sobre esses dados, “gasta-se muito para fazer um levantamento desses. Os dados não são disponibilizados, mas é tudo feito com dinheiro público”.

Para além da questão sobre o percurso das verbas, que não acho algo que deva ficar de lado nessa discussão, chamo atenção para as datas. Ainda que lançadas de modo tão corriqueiro nos textos e nas informações que nos são disponibilizadas, creio que as mesmas não sejam irrelevantes. Um diagnóstico, seja no âmbito médico, ambiental, organizacional, social, entre tantas outras modalidades que pode ser aplicado, é uma ferramenta de conhecimento utilizada para compreender determinada realidade, onde o examinador, classificador ou pesquisador realiza uma descrição minuciosa sobre algo. É um mapeamento, uma busca das múltiplas causas que podem ter originado determinado fenômeno ou resultado. É através dele que pode-se chegar a um levantamento sobre as principais necessidades e problemas de uma determinada realidade. O diagnóstico é um instrumento de planejamento prévio ao prognóstico, onde, aí sim, são tomadas decisões com previsão futura. Ou seja, o Relatório do Diagnóstico Social Participativo do Morro da Providência deveria ter sido realizado antes do começo das intervenções no local e não o oposto. O mesmo jogo de indagações se colocam quanto ao Decreto nº 36388, documento que determina as diretrizes, métodos de ação e fins do Morar Carioca, que serve para pautar, regular e fazer-se cumprir as ações de determinada política pública, uma vez que esse só é finalmente instituído no fim 2012, momento em que a mesma política já havia produzido diversas alterações práticas e simbólicas nas vidas daqueles envolvidos. Esses registros são aqui indicados no intuito de sinalizar a complexidade de questões que se colocam para a compreensão do funcionamento da lógica da ação estatal, onde os instrumentos legalmente prescritos para antes da implementação de certos projetos, e que são politicamente relevantes para sua construção democrática, não são realizados no momento

necessário, mas sim em condição e temporalidade distinta.

O discurso da prefeitura, pautado sobre a exposição do volume de investimentos na obra, na quantidade de números e cifras orçamentárias, como se isso garantisse a efetividade e a transparência delas, contrasta bastante com relação ao modo como muitos moradores enxergam o processo. Não sendo isso suficiente, a discussão sobre o Morar Carioca na Providência se complexifica ainda mais, tendo em vista que o programa encontra-se dentro do chamado legado urbano e ambiental das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, o projeto Porto Maravilha, que veremos no seguinte tópico. Nesse mar de informações imprecisas e desconexas, ao acionar esse projeto, novas variáveis entram em pauta. Adentramos assim um território talvez um pouco mais enigmático, senão até mesmo nebuloso, resultado da ocultação de algumas informações por um lado, conjugada à proliferação de outras. Porém, se antes essas informações eram embaralhadas, agora as mesmas parecem ser cada vez mais blindadas. Se ergue aqui uma nova cortina de fumaça que se configura de modo muito mais denso e no qual, ousar dizer, ainda estamos tateando.

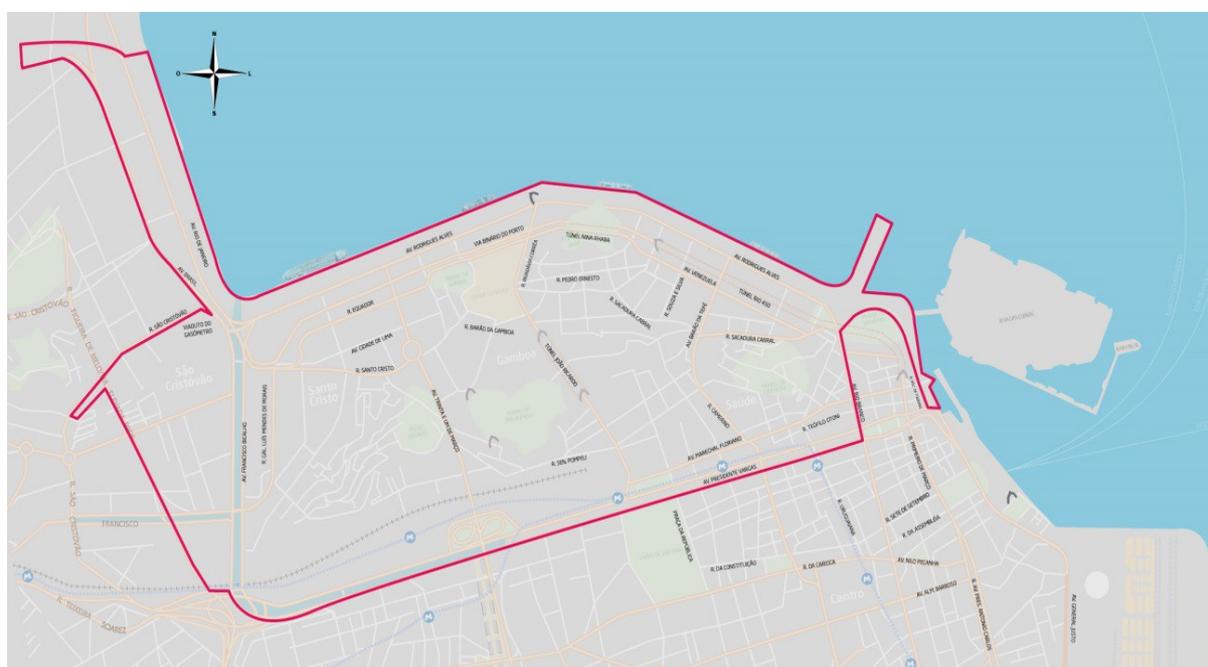
1.2.4 Porto Maravilha

Em outubro de 2009, o Comitê Olímpico Internacional – COI, anuncia oficialmente em Copenhague, na Dinamarca, a seleção da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de 2016. O Rio de Janeiro concorria como candidata a cidade-sede ao lado de Chicago, Tóquio e Madrid. Um mês após o anúncio, é assinado o termo de cooperação federativa entre as diferentes esferas do governo onde se cria o que atualmente é a maior Operação Urbana Consorciada do Brasil, conhecida através do nome fantasia Porto Maravilha. O projeto abrange uma área de cinco milhões de metros quadrados, que vai dos bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo, São Cristóvão, Caju e Cidade Nova à Região da Leopoldina (Figura 5), tendo como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho.

A criação dessa operação se apoiou em dispositivos legais instituídos pelo Estatuto da Cidade. Para tal, em novembro de 2009 duas Leis Complementares são decretadas pela Câmara Municipal e sancionadas pelo então prefeito Eduardo Paes. A Lei Complementar Municipal nº 101 modifica o Plano Diretor da Cidade, reestabelecendo normas e parâmetros específicos para a construção e o uso do solo da região do Porto através da criação e delimitação da Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU, autorizando deste modo o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada – OUC, que tem como foco uma ampla reabilitação da zona portuária da cidade. Fruto de um alinhamento federativo entre a ação da prefeitura do Rio de Janeiro em conjunto com os governos estadual e federal, a OUC tem como objetivo promover a reestruturação local através da

ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região. Por sua vez a Lei Complementar Municipal nº 10 permite que o poder executivo municipal se constitua como pessoa jurídica na modalidade de economia mista, o que ocorre com a criação da Parceria Público Privada – PPP, sob o nome de Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP, que tem como objetivo promover direta ou indiretamente, o desenvolvimento da AEIU da região portuária do Rio de Janeiro, implementando para tanto concessões ou outras formas de associação como parcerias, ações e regimes legais.

Figura 5: Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro



(Fonte: Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP, 2016)

A execução do Porto Maravilha foi dividida em duas fases. A primeira fase, iniciada em janeiro de 2010 e concluída em junho de 2012, foi financiada pela prefeitura através de recursos da Secretaria Municipal de Obras – SMO. A execução ficou a cargo do Consórcio Saúde-Gamboa, formado pelas Construtoras OAS, Odebrecht e EIT Engenharia. A primeira fase incluiu obras de infraestrutura como a construção de rede de água, esgoto e drenagem nas Avenidas Barão de Tefé e Venezuela, redes de telecomunicação e iluminação pública, a urbanização do Morro da Conceição, a restauração dos Jardins Suspensos do Valongo e dos Cais do Valongo e da Imperatriz. O custo da primeira fase do Porto Maravilha já se coloca como um ponto a ser levantado tendo em vista a dificuldade de se chegar a um valor preciso. Enquanto Cardoso (2013) aponta um investimento de

R\$ 350 milhões, Gutterres (2014) assinala o custo com o valor de R\$ 200 milhões e o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro³³ (2014) por sua vez indica R\$ 139 milhões necessário para a conclusão dessa etapa.

As empresas que compõem o Consórcio Saúde-Gamboá, são as mesmas empresas formadoras do Consórcio RioFaz, responsável pela execução das obras do Morar Carioca no Morro da Providência, sob supervisão da Secretaria Municipal de Habitação. Apesar de possuírem o mesmo endereço e quadro societário, os consórcios apresentam razão social e CNPJ distintos. As datas de abertura e a discriminação da principal atividade econômica também variam. O Consórcio Saúde-Gamboá, de CNPJ 11.655.168/0001-51, tem data de abertura em 09 de março de 2010 e apesar de ser o responsável pelas obras da primeira fase do Porto Maravilha, em sua descrição, a construção de obras de arte especiais consta como sua principal atividade econômica. Já o Consórcio RioFaz, de CNPJ 13.242.971/0001-90, possui data de abertura quase um ano mais tarde, em 03 de fevereiro de 2011, tendo como principal atividade econômica a execução de obras de urbanização, como ruas, praças e calçadas. No mundo corporativo esse tipo de ocorrência é frequente no sentido que muitas empresas utilizam tal tática para conseguirem contornar problemas de dívidas ativas, multas, descumprimento de contratos, irregularidades e outras questões.

A segunda fase do Porto Maravilha, iniciada em julho de 2012, foi realizada por meio da Operação Urbana Consorciada – OUC. Em si a CDURP é quem opera a OUC. É uma empresa de economia mista, fruto de uma Parceria Público Privada – PPP, assinada em novembro de 2010 (Guterres, 2014), entre a prefeitura do Rio de Janeiro, alinhada com as demais esferas federativas e o Consórcio Porto Novo S/A. Este, composto pelas construtoras OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia, é o responsável pela segunda fase do projeto Porto Maravilha e coordena, viabiliza e executa as obras. Vencedor da licitação pública para usufruto da AEIU, o Consórcio Porto Novo deve gerir os recursos financeiros referentes ao projeto, administrar os ativos patrimoniais que constam na AEIU, coordenar, colaborar, viabilizar e executar a implementação de concessões de obras e serviços públicos na região, visando o pleno desenvolvimento da área. A CDURP de certa forma é o “braço” da prefeitura agindo na região, é quem fiscaliza o trabalho do Consórcio Porto Novo, mas são as empresas que constituem o Consórcio que coordenam e controlam atualmente a área. Através de uma concessão, se tornaram responsáveis, pelo período de 15 anos, por toda a gestão e prestação de serviços essenciais de manutenção e conservação que antes eram de atribuições do município, como iluminação, saneamento, coleta de lixo, controle de tráfego e

³³ Os Comitês Populares Locais foram resultados de mobilizações nas cidades-sede da Copa, de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade refletia a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas de 2016.

pavimentação. A ação da CDURP vai se capilarizando e a PPP, para não falar o Consórcio especificamente, passa a gerir e controlar toda a política local, desde a infra à supraestrutura, do projeto urbanístico, à política social, cultural e econômica da região.

A inexatidão de valores investidos também é um ponto que surge na segunda etapa do Porto Maravilha, chamando bastante atenção especificamente a variação da ordem de grandeza dos recursos. Se por um lado Gutterres (2014) assinala o custo de R\$ 2 bilhões, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014), assim como Cardoso (2013) sinalizam que essa fase estaria orçada num valor de aproximadamente R\$ 7,6 bilhões, sendo que desses, R\$ 4,1 bilhões estariam destinados para a execução do conjunto de obras e serviços previstos nessa segunda etapa do programa. Vale ressaltar a ênfase dada de que a segunda etapa executada seria realizada com recursos privados através da venda dos CEPACs e de imóveis públicos

O financiamento da OUC, viria da negociação de terras públicas e de CEPACs. A Lei 101/09 estabeleceu um coeficiente básico de construção e criou os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), permitindo a elevação da área construída até um coeficiente máximo, mediante a compra de um título emitido pela prefeitura. (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014: 42)

Segundo a lei aprovada, a aposta era de que as empresas que tivessem interesse em construir na região portuária deveriam adquirir os certificados comercializados como títulos imobiliários negociados em leilões públicos. Devido à baixa procura por parte da iniciativa privada³⁴, a Caixa Econômica Federal, a atual controladora do Fundo de Investimentos Imobiliários Porto Maravilha, utilizou R\$ 3,5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, para adquirir os títulos CEPACs e viabilizar o andamento das intervenções da segunda fase do Porto Maravilha. A Caixa Econômica Federal hoje negocia os títulos dos CEPACs no mercado, porém, como assinalado pelo Comitê Popular da Copa e da Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014), o Poder Público passa a assumir para si os riscos de tal aposta, se é que indiretamente não estamos falando dos trabalhadores que passam a ter suas contribuições em xeque. Controladora do Fundo de Investimentos Imobiliários Porto Maravilha, a Caixa também passa a comercializar os imóveis públicos da região portuária, que são transferidos a CDURP para a realização das operações financeiras de pagamento de obras e serviços prestados pelo Consórcio Porto Novo. O que estamos de frente aqui é a privatização de espaços públicos associados ao projeto Porto Maravilha. Novas formas de “grilagem” vão se estabelecendo e o que vemos é uma mercantilização da cidade.

³⁴ Segundo dados do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014), no que se refere ao Porto Maravilha, até o final de 2013 somente 7,12% do total dos CEPACs foram consumidos

Numa transposição do modelo estratégico do mundo das empresas para o universo urbano, a cidade nesse sentido é pensada como uma empresa em constante disputa com as outras pelo Capital, sua atenção e seus investimentos. Para tal conta com “ampla projeção midiática e com crucial envolvimento do setor privado” (Mascarenhas, Bienenstein e Sánchez, 2011: 19), afirmando a competência empresarial da mesma. Esse *marketing da cidade* contribui para a construção de uma imagem considerada positiva, muito associada à ideia de cidade *disciplinada, saudável, vigorosa e empreendedora* (Mascarenhas, Bienenstein e Sánchez, 2011), características altamente valorizadas no competitivo circuito globalizado. Dentro do prisma onde é pensada, conduzida e administrada com o intuito de atrair grandes negócios, projetos e eventos, a nova economia do esporte, campo portador de tantos sentidos e significados, com toda a sua ênfase em entretenimento, se constitui como uma possibilidade para promover a cidade dentro de um modelo neoliberal de planejamento e gestão territorial, calcado na *lógica de mercado*.

Se constituir como um “bom” lugar para se investir e lucrar não equivale dizer que seja um “bom” lugar para se morar ou se viver, ou seja, não necessariamente se constitui como um local que responde as necessidades e demandas daqueles que ali vivem, que usufruem desse espaço e que o compõe. A cidade, no entanto, não se limita a questão de organização do espaço físico urbano, mas ganha contornos mais amplos, uma vez que é também uma construção simbólica, se pensarmos em termos mais abstratos, pois ordena os costumes, o modo de pensar, a moral, a divisão do trabalho, etc. A cidade é relacional, é também um local de produção de subjetividades, de construção de vínculos, que diz respeito às aproximações e distanciamentos que se dão nas relações sociais (Simmel, 2005). Se, por exemplo, Park (1968) enxerga a cidade como uma entidade viva, que extrapola os limites dos indivíduos e dos espaços que participam de sua constituição, Benjamin (1991), por sua vez, diz que a mesma não é somente um cenário, sua definição vai para além disso, ele a entende como um personagem próprio. Esse personagem parece estar em contínua disputa, se fazendo e refazendo com incrível e intensa rapidez. O que se tenta apontar aqui é que, apesar dos termos dessa disputa e negociação não serem igualitários, as variáveis em xeque e as condições das mesmas, dizem muito sobre a lógica de construção e produção da cidade.

Considerando os megaeventos esportivos momentos chaves para compreender a evolução, o planejamento e a modificação da paisagem das cidades, dada a possibilidade em potencial de renovação e reestruturação das mesmas (Mascarenhas, 2011), não é a toa que a organização de tais eventos parece ter se tornado uma meta explícita de políticas públicas no Brasil (Ibid., 2011) – Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016). Neste cenário, a primazia da

cidade como mercadoria, como um ativo financeiro e possível campo de investimento, torna-se um dos aspectos da ordem social, trazendo transformações que não se limitam somente ao nível econômico, mas que reconfiguram instituições e a lógica de interação dos indivíduos na cidade e para com a cidade.

A promessa de investimentos em meio ambiente, mobilidade e questões sociais das mais diversas ordens em troca do “negócio” acaba por contribuir muito pouco na melhoria da vida de seus habitantes, como visto em experiências como Atlanta, Atenas e Pequim, cidades que sediaram alguns dos últimos eventos olímpicos – 1996, 2000 e 2008 respectivamente. No que se refere à retórica de geração de um legado compensatório às cidades e países que optam por investir bilhões em tais eventos esportivos, Vainer (2011) aponta para a contínua prática de “socialização dos custos e privatização dos benefícios” (Ibid., p. 15) gerando cidades mais desiguais e injustas. Grandes investimentos de tempo, verbas e energias parecem ser realizados sem o mínimo de discussão e abertura de canais de diálogo com aqueles que ali vivem, nos fazendo questionar para quem a cidade é feita e produzida. Que legado é esse que mais parece aprofundar a falta de participação, encobrendo e invisibilizando ainda mais os processos que o constroem? Teresa Caldeira (2000), em seu livro *Cidades de muros*, mostra aos leitores de que modo “o desrespeito aos direitos da cidadania tem se combinado a transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação espacial nas últimas décadas” (Ibid., p. 9). As operações olímpicas com o imenso investimento de recursos públicos, geração de obras superfaturadas e enormes elefantes brancos, como vimos ocorrer nos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro em 2007, parecem mais enfatizar do que diminuir as desigualdades sociais, onde seus resultados se tornam inscrições gravadas em especial nas formas espaciais da cidade.

Objeto do mercado turístico e imobiliário, o megaprojeto de reestruturação urbana Porto Maravilha não fica de fora desse debate, uma vez que se configura como parte do legado urbano e ambiental das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. O mesmo se torna um dos principais projetos da Empresa Olímpica Municipal – EOM³⁵. Vinculada ao gabinete do prefeito, essa empresa pública de capital fechado, tem como atribuição coordenar a execução das atividades e projetos municipais vinculados à realização das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Funciona como ponto de contato e integração entre as esferas federativas e os diferentes agentes nacionais e internacionais envolvidos no processo de preparação da cidade para esses eventos esportivos como o Comitê Olímpico Brasileiro – COB, e o Comitê Olímpico Internacional – COI.

Localizado na área de abrangência e influência da segunda etapa do Porto Maravilha, o Morro da

³⁵ A empresa foi criada pela Lei nº 5.272, regulamentada pelo Decreto nº 34.045, em junho de 2011. Sua duração foi estabelecida até dezembro de 2016.

Providência também é afetado por esse projeto (Cardoso, 2013). Isso se dá de múltiplos modos. Após o investimento e a intervenção em infraestrutura nesta região, sem dúvida há uma maior valorização do local, uma vez que essa terra passa a ser atravessada por diversos tipos de serviços. Esses serviços básicos, agora prestados pelo Consórcio Porto Novo, também sobem a Providência, ainda que de modo dispare. Permeada pelo mercado, a favela também se configura enquanto campo de disputa e a especulação imobiliária pela qual a cidade³⁶ passa é refletida no Morro da Providência, tornando quase impossível a permanência de antigos moradores. Essa mudança de *status* dentro do mercado imobiliário, altera o perfil dos lugares, muitas vezes inviabilizando as condições de continuidade da comunidade de origem.

Além do projeto básico do Porto Maravilha contar com três etapas – projetos de infraestrutura, projeto urbano e projetos estruturais, ainda estavam previstos investimentos em projetos especiais, onde, numa tentativa de consolidar a ressignificação e o resgate da centralidade urbana da região, seria reforçado o apelo turístico através da implementação de grandes empreendimentos e equipamentos de cultura e mobilidade. Nesse sentido, entre tais ações e investimentos, estariam ainda incluídos no Porto Maravilha a construção do Museu de Arte do Rio, do Museu do Amanhã, assim como a implantação do Teleférico da Providência (ONUHABITAT, 2014) e do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, todos já inaugurados.

Sob o argumento das melhorias e do chamado legado urbano e ambiental das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, o Morar Carioca, junto ao Bairro Carioca, aos Ginásios Experimentais Olímpicos – GEO, e a Vila Olímpica, entra para a coluna de investimentos sociais da Cidade Olímpica (Gutterres, 2014). O que deixa-se de falar é que em 2012 com o redirecionamento da verba do Ministério das Cidades para o PAC Favelas (Gifalli, 2015), o Morar Carioca, que até então se apresentava como o principal responsável pelas intervenções no Morro da Providência, em especial pela implantação do Teleférico, é desmantelado e apropriado pela mesma EOM que tem o Porto Maravilha como principal empreendimento.

A ação estatal ali presente se mostra de modo pulverizado, desfazendo a ideia de Estado como um ente coerente, bem organizado e já estabelecido. A contínua alternância de atores e a falta de transparência nos procedimentos, no que diz respeito ao Teleférico do Morro da Providência, dificulta não somente a identificação e delimitação dos mesmos, sendo complexo dizer onde que começa um e termina o outro, como a sobreposição de projetos produz incertezas e de certa forma até uma alienação do processo que diz respeito a alteração do destino de vidas de muitos moradores

³⁶ No que se refere a especulação imobiliária que tem sido registrada no país, entre 2009 e 2013, houve 154% de aumento do preço do metro quadrado em São Paulo e 181% no Rio de Janeiro (Boulos, 2014, apud Pandolfi e Santos, 2014).

que ali se encontram e são afetados por tais transformações. A quem interessa dada alternância? Os projetos estatais e suas intervenções, assim como o capital, possuem também seus próprios fetichismos e parecem encobrir e até reatualizar, entre tantos outros processos, o velho dilema das remoções das favelas.

Sem dúvida tal processo não é pontual e diretamente vinculado aos megaeventos esportivos, porém a reconfiguração necessária da cidade para a adaptação, recepção e execução de tais eventos traz consigo um rastro de aprofundamento da crise urbana e agravamento de nossas próprias contradições e desigualdades.

Se a ampliação da abordagem de campo expande o universo da análise, em dada medida também faz vir à tona uma série de questões que aos poucos parecem ganhar espaço e destaque. Talvez a ênfase dada a algumas das pistas aqui levantadas não diga muito em termos de políticas públicas, mas talvez, dentro de um espectro específico, essa tentativa auxilie a entender a complexidade que é dar conta de um processo como esse e em como ele se desdobra.

Entre os projetos urbanísticos relevantes que atingiram o Morro da Providência nos últimos anos, o PAC, o Morar Carioca e o Porto Maravilha foram e continuam a ser essenciais para pensar não somente a transformação desse território, como a transformação da própria pesquisa. Segundo Jorge Bittar, secretário municipal de Habitação durante os anos de 2008 a 2012, o Porto Maravilha e o Morar Carioca são programas distintos que acabam se integrando. Apesar de alinhados, no fundo eles não parecem estar assim tão afinados.

No que se refere ao PAC e ao Morar Carioca, o ente estatal responsável pelos mesmos é a própria prefeitura do Rio de Janeiro através da SMH. Independente de onde advém o recurso, esta secretaria é quem os executa, é a indicada como órgão governamental mediador entre esses diferentes projetos e a população local ali presente, ainda que essa indicação não se dê de modo tão claro e óbvio. Já no caso do Porto Maravilha, o executor das obras em si é o consórcio. Numa primeira fase o Consórcio Saúde-Gamboa e numa segunda fase o Consórcio Porto Novo. Porém a essa operação consorciada é realizada através da CDURP, Parceria Público Privada, onde, em tese, o município do Rio de Janeiro, alinhado com as demais esferas federativas, se faria presente e agiria na região através de sua Secretaria Municipal de Obras, responsável pela fiscalização das ações e trabalhos dos consórcios.

Muitas vezes a impressão que tinha no retorno do campo e com a análise dos dados disponíveis era de que a intervenção estatal ali se organizava de modo caótico e confuso. A dificuldade de realizar a pesquisa, tantas vezes pessoalizada, talvez tenha se dado por falta de prática da investigadora, de *expertise* metodológica, de *know-how* sobre como formular melhor as perguntas ou o próprio

problema de pesquisa, ou talvez tenha se dado simplesmente pelo fato de que essa é a forma com a qual a realidade que aqui procuro retratar se apresenta, o que talvez se constitua como uma das principais contribuições dessa dissertação. Algumas questões foram possíveis acompanhar, outras no entanto, quanto mais a pesquisa e as perguntas iam avançando e se aprofundando, mais sentia adentrar uma zona de penumbra, onde todas essas informações se embaralhavam. Nessa densidade de projetos, de informações e de arranjos que vão se reposicionando e reconfigurando, a ideia do labirinto com recorrência era acionada.

O que se busca nesse sentido é organizar e apontar alguns elementos que surgiram ao longo do campo, tendo em vista que esse emaranhado de perspectivas é o modo como tais elementos apareceram não somente a mim e aos moradores com quem dialoguei durante a pesquisa, mas também é o modo como se apresentam para o próprio Estado e como este último, por sua vez, se faz presente naquele espaço. A problematização sobre o Estado aqui parece ser extremamente pertinente, uma vez que este não é monolítico. O Estado, se é que podemos falar no singular, não deve ser visto apenas como uma reificação ou mais um ator em jogo, no caso um macro ator, mas enxergá-lo como uma coleção de micro atores que operam entre si numa arena de disputas pode auxiliar na tentativa de dar conta de sua complexidade, ainda que deste modo abra portas para um outro universo que também requer uma análise cuidadosa. As dificuldades de se construir consensos interna e externamente deste aparato também devem ser levadas em consideração, uma vez que o conflito se configura inclusive politicamente entre os diferentes estratos e esferas do governo. Apesar da principal instituição estatal ali atuante ser a prefeitura, a mesma não se apresenta de modo homogêneo. Se por um lado há uma força que tende a nos empurrar a enxergar e tratar o “Estado” como algo coerente, bem organizado e já estabelecido, na prática esse não é o modo com o qual o mesmo se apresenta no local analisado. Seus órgãos e secretarias, compostas por uma infinidade de pessoas e projetos, nem sempre parecem dialogar muito entre si.

As ligações entre o PAC, o Morar Carioca e o Porto Maravilha nunca foram publicamente apresentadas aos habitantes desse local. Do mesmo modo, documentos primários com especificações das obras previstas, assim como os diferentes projetos em si, nunca eram liberados ou esclarecidos de modo integral, seguindo em desconhecimento de grande parte da população, ainda que implicassem na remoção de diversos domicílios. Nesse cenário a incerteza e o descrédito no poder público eram reações cotidianas a esse arranjo urbano, fazendo com que os boatos e rumores se tornassem dispositivos centrais na regulação da vida daqueles que ali vivem, mobilizando-os na busca por informações mais precisas, que eram de difícil acesso. A falta de transparência e os efeitos dessas operações, no entanto, desemboca em uma questão séria, uma vez

que impede com que as pessoas consigam exercer determinados direitos, como por exemplo o direito à informação e à participação.

Se por um lado toda essa sucessão e sobreposição de projetos tem como proposta fio condutora integrar o Morro da Providência à cidade por meio da urbanização e regularização fundiária, por outro a falta de informação funciona como um marco que perpetua a exclusão com a qual o Estado lida com tais territórios e populações. A busca por resolução de determinadas contradições do espaço, muitas vezes acabam por desembocar em novas formas de contradição (Abreu, 2013). A ausência de clareza sobre a integração dos projetos prejudica a real compreensão e a mobilização daqueles que por eles são afetados, ainda que deste modo viabilize a implementação dessas políticas públicas. Assim sendo, as intervenções de mobilidade previstas para o Morro da Providência, em especial as obras do Teleférico e do Plano Inclinado, constituem-se como o ponto nevrálgico desta pesquisa tendo em vista que conectam, ainda que de modo embaralhado, as diferentes políticas públicas que atuam sobre esse território, servindo como interessante e pedagógico instrumento para pensar a forma como as mesmas são implementadas, disputadas e o que isso tem a dizer sobre o modo com o qual produzimos nossas cidades.

[2º CAPÍTULO]

Descortinando processos

Esse capítulo tem como objetivo apresentar a pesquisa aqui realizada a partir da descrição de três processos distintos, todavia complementares. Parte-se, num primeiro momento, de expor o processo vivenciado pela pesquisadora, onde enfatiza-se a tentativa de realizar um contorno sobre o trajeto percorrido pela mesma até a chegada de seu objeto de pesquisa. O segundo momento baseia-se na investida de dar foco ao objeto de pesquisa de fato, organizando e integrando o conteúdo proveniente do trabalho de campo e a elaboração de tal material. Aqui trata-se de evidenciar alguns elementos que surgem junto a implementação das políticas públicas acima analisadas. Partindo de um olhar sobre o processo vivenciado por alguns moradores ameaçados de remoção, vão surgindo pistas sobre como se dá a ação estatal nesse território, revelando uma teia de desafios, contradições e ambivalências. Por fim, em função dos intrincados dilemas ali encontrados, busca-se assinalar como que a reação à tais problemáticas resulta num processo de judicialização do Morar Carioca, principal política pública ali atuante. O processo judicial traz à tona uma série de fragilidades do projeto e revela um *modus operandi* estatal recheado de irregularidades, culminado no embargo parcial das intervenções sobre a localidade estudada.

2.1 O embrião do problema de pesquisa

O mês de março de 2013 foi quando subi o Morro da Providência pela primeira vez. Havia me graduado há menos de um ano no bacharelado de Turismo pela Universidade Estácio de Sá – UNESA e paralelamente caminhava para o fim do curso de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, o qual concluí no final do ano de 2013. Ambas graduações, tanto Turismo, como Ciências Sociais foram cursadas em campi localizados na região do Centro do Rio de Janeiro. Repleto de contradições e diversidade, sempre enxerguei o centro, ou ao menos parte dele, como um espaço privilegiado de análise, como se, em um jogo de escalas, retratasse um microcosmos de um grande laboratório social.

Ao longo do curso de Turismo a ênfase dada quase que exclusivamente sobre o meio operacional fazia ressaltar muitas vezes uma falta de embasamento e aprofundamento nas questões abordadas. Uma observação que aqui precisa ser feita diz respeito à multidisciplinaridade da autoria de grande parte da produção acadêmica desse campo, uma vez que a maioria das publicações é realizada por pesquisadores e autores que não tem formação na área (Barreto, 2003). Nesse sentido, torna-se evidente que o Turismo seja um tema que instigue pesquisadores de diferentes campos do

conhecimento. Ao longo de minha formação acadêmica e nos grupos de estudo e pesquisa dos quais fiz parte³⁷, busquei trabalhar temas que estabelecessem, de algum modo, um diálogo entre o Turismo e as Ciências Sociais. O aporte teórico, as ferramentas e as discussões levantadas pelas Ciências Sociais sempre me pareceram uma boa oportunidade de aproximação entre as áreas, reforçando em especial a dimensão interdisciplinar das problemáticas que emergem. Essa complementaridade entre os cursos foi essencial para dar conta das questões que me atravessavam. Entre os múltiplos debates e interfaces estabelecidas por tais áreas de formação, um aspecto que me chamava a atenção se debruçava sobre a relevância de estudar a cidade como uma zona de disputas e possibilidades, onde as mesmas se refletem no território, na cultura e na cidadania.

Em outubro de 2012 eu havia acabado de finalizar uma pesquisa de Iniciação Científica, vinculada ao Núcleo Ciência, Natureza, Informações e Saberes, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CINAIS/CPDA/UFRRJ). Sob a orientação da professora e coordenadora, Maria José Teixeira Carneiro, elaborei o artigo *Turismo a caminho da roça*³⁸, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa *Turismo, Práticas Agrícolas e Biodiversidade nas Ciências Sociais Brasileiras*. Esse trabalho tinha como objetivo realizar um exercício de investigação do papel que o turismo desempenha no desenvolvimento de áreas rurais e como isso vinha sendo abordado pelas Ciências Sociais no Brasil, tendo como base os artigos publicados em periódicos brasileiros de Sociologia entre os anos de 2000 e 2012.

Com o término dessa etapa, percebi que meus interesses foram se aproximando e se alinhando cada vez mais das investigações que tinham a cidade como objeto mais central. Desse modo busquei realizar, progressivamente, uma transição das análises do meio rural para o meio urbano. Em especial, os estudos sobre favela sempre me despertaram curiosidade, no entanto, me incomodava o modo como a maioria esmagadora dos profissionais de Turismo lidavam com o tema apenas sob a ótica do mercado. Apesar da ênfase dada à variável econômica, vale lembrar que a atividade não se limita apenas a esse âmbito, uma vez que é acima de tudo um fenômeno que lida com pessoas e que produz em alguma medida, uma negociação com a alteridade (Barreto, 2003).

O turismo de favela, campo que suscita calorosas discussões a respeito da espetacularização da pobreza, muitas vezes era visto apenas como mais uma modalidade ou tipologia turística, carecendo

³⁷ Grupo de Pesquisa de Ressignificação Turística da Zona Oeste do Rio de Janeiro da UNESA, Núcleo de Pesquisa Ciências, Natureza, Informações e Saberes – CINAIS da UFRRJ (FAPERJ) e Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana – NECVU da UFRJ (FUJB).

³⁸ Os resultados parciais desse trabalho foram apresentados no IV Seminário de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá, em setembro de 2012, onde buscou-se elaborar um inventário dos conhecimentos disponíveis sobre a questão de pesquisa, de maneira a testar uma metodologia que, eventualmente, pudesse servir de ferramenta aos gestores de políticas públicas da área.

uma maior problematização sobre as implicações e efeitos que a atividade gera sobre o território e seus desdobramentos para a população habitante, como já apontados em alguns trabalhos como aqueles elaborados por Medeiros (2006) e Menezes (2008 e 2009)³⁹. Ainda que bastante material esteja sendo produzido sobre o tema, é gritante o descompasso entre a produção e absorção desse material. Esse *gap* não se coloca somente na prática de mercado e nas políticas públicas⁴⁰, mas tal defasagem também se estende à própria atividade acadêmica da área de Turismo. Apesar dos enormes esforços feitos no sentido de buscar avançar e ampliar o perfil de formação dos profissionais dessa área, majoritariamente a produção de tais materiais e conteúdos era realizada por pesquisadores de outros campos de formação, como historiadores, cientistas sociais, biólogos e geógrafos.

Me parecia haver uma lacuna nos estudos de favela, carecendo especialmente de pesquisas e maior participação dos profissionais da área de Turismo no debate acerca do tema. O Turismo sem dúvida é um campo relativamente contemporâneo quando comparado às Ciências Sociais. Ainda assim, e como em qualquer outra área, a consolidação dos temas elegíveis de examinação e investigação expressam não somente um padrão hegemônico do conhecimento como também uma questão política. Nesse sentido a seleção de determinados objetos em detrimento de outros, talvez se coloque como um próprio posicionamento. Esse hiato porém vem se transformando e pude perceber minha atenção se dirigindo cada vez mais no sentido de ocupar e também de tentar preencher esse espaço. Me despertava interesse percorrer esse caminho.

Durante esse mesmo ano o Morro da Providência e a região portuária como um todo já vinham sendo alvo de uma ampla e massiva reforma. Apesar do pouco domínio que tinha sobre o assunto, lembro-me vagamente de ouvir falar sobre projetos com viés turísticos direcionados a esse território, englobados em um contexto maior de reforma da região portuária. No que se refere ao potencial turístico, do alto da Providência é possível ter uma visão panorâmica de parte do Rio de Janeiro, passando pela Baía de Guanabara, pelos bairros da região central e portuária, Pão de Açúcar, Cristo Redentor, Maracanã entre tantos outros pontos de atração turística que esse segmento de mercado privilegia. Ainda assim a Providência apresenta um perfil distinto quando comparado às outras favelas que exploram tal atividade, onde a vista para as praias da zona sul da cidade se configura como um grande capital simbólico diferenciador. Outro ponto que contrasta a Providência quando comparada a outros casos de turismo de favelas do Rio de Janeiro, como a favela da Rocinha por exemplo, é que o agente promotor de tal atividade ali não é o capital privado mas o

³⁹ Para mais informações a respeito ver também os trabalhos de Fabian Frenzel, Ko Koens, Malte Steinbrink (eds). 2012. *Slum Tourism: Poverty, Power and Ethics* Londres e Nova Iorque: Routledge.

⁴⁰ Aqui esbarra-se no debate sobre a dificuldade de comunicação entre a ciência e a política (Carneiro; Danton, 2011), tema de extensão e pluralidade a qual essa dissertação não conseguiria abordar dado seus limites e propósitos.

Poder Público (Menezes, 2009).

No caso do Morro da Providência, outras categorias e elementos que circulam nesse universo parecem ser acionados e disputados, se refletindo na forma com a qual esse espaço foi se constituindo como destino turístico. Ali a dimensão histórica parece se constituir como o principal aspecto motor de tal atividade, onde a consideração da Providência como primeira favela do Brasil e exemplo fundamental desse tipo específico de assentamento habitacional, ganha bastante peso, ainda que não exista registros oficiais que garantam esse fato. No entanto, se para alguns moradores esse fator diferenciador se constituía como um elemento identitário importante e o qual deveria ser valorizado, outros não enxergavam desse modo. Ao longo da pesquisa percebi poucas vezes desconforto por parte dos meus interlocutores quando chegávamos a esse ponto, não obstante, para alguns, essa não era uma história que circulava no cotidiano da favela e nem na memória daqueles que ali moravam, mas tal narrativa integrava parte do resgate histórico promovido pelo Favela-Bairro, que buscou implementar o circuito turístico, idealizado pelo Projeto Célula Urbana.

No contexto do Favela-Bairro e da revitalização da área portuária, foram inauguradas também a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa. Conjugado a esse cenário surge a ideia da prefeitura do Rio de Janeiro de converter o Morro da Providência em um Museu, consolidando esse local como atração turística. Além de propor a recuperação e requalificação de espaços e edificações existentes, promovendo certo embelezamento de determinadas áreas, o processo de invenção do Museu do Morro da Providência também envolveu obras de infraestrutura turística. Ali foram implantadas placas de identificação em pontos elegidos como atrativos pelos tomadores de decisão e foi delimitado um roteiro turístico, onde placas de metal intercaladas aos blocos de granito do chão, iam marcando e desenhando um trajeto de visitação (Menezes, 2009).

O projeto denominado Célula Urbana, iniciado em 1999 e implementado no Morro da Providência em 2005, tinha como intuito articular e potencializar o “desenvolvimento endógeno” das favelas através da construção de espaços multiúso. Esse processo, no entanto, também promoveu a remoção de uma série de casas. Idealizado pela arquiteta e urbanista Maria Lucia Petersen, coordenadora de projetos da Assessoria Especial Célula Urbana do Gabinete do então Prefeito César Maia, em 2005 foi inaugurado o caminho turístico do Museu a Céu Aberto da Providência. Para Petersen a ideia não era construir um prédio convencional e intitulá-lo “museu de favela”, mas através de um roteiro de visitação, contar a história da favela, transformando a mesma em uma espécie de museu disperso pelo território. Um museu mais vivo, um museu a céu aberto, onde o visitante tivesse contato direto com as pessoas, com a memória e com a história dessas formas de urbanismos tão comuns à paisagem carioca (Freire-Medeiros, 2006 apud Menezes, 2009).

O assunto favela, o modo como é abordado e seus significados variou muito no que se refere a sua

relação com a cidade. As políticas que ali se debruçavam foram marcadas ao longo do tempo por diferentes ênfases, como por exemplo a lógica higienista, do progresso e da civilidade durante o período de Pereira Passos, a lógica do trabalho associada ao período Vargas marcado pela cidadania regulada, a discussão sobre a ordem e o desenvolvimento se direcionando para a favela como um local desordenado e que precisa ser eliminado, dentro de um viés de controle do crescimento durante o período da ditadura militar, seguido pela questão da violência e da segurança pública, muito marcada nas abordagens sociológicas e urbanísticas dos anos de 1980 e 1990.

O prisma da ausência e da escassez, sem dúvida é uma perspectiva que marca grande parte dessas fases, onde o termo favela reflete um território visto pela falta, de serviços públicos e de estrutura urbana das mais diversas ordens. A carência de estrutura urbana e o tipo de materialidade da casa e seu entorno, parecem não ser elementos suficientes para dar conta dessa forma de ocupação do espaço e se por um lado estamos falando sobre o território, é importante entender como se dá a caracterização social de seus habitantes. A representação comumente evocada é que a favela é o *locus* da pobreza, é o território urbano dos pobres (Valladares, 2005).

Na favela, os pobres estão em sua casa. Na medida em que formam uma cidade dentro da cidade, a cidade ilegal dentro da cidade legal, os residentes demarcam seu território, verdadeiro enclave onde a marca identitária é onipresente. Assim percebida, a favela teria uma economia própria, leis intramuros e códigos particulares, desenvolvidos nesses espaços entregues à própria sorte e abandonados pelos poderes públicos. Território da partição, a favela seria o próprio símbolo da segregação socioespacial das grandes metrópoles brasileiras, em especial do Rio de Janeiro. (Valladares, 2005: 151)

Sem dúvida a categoria favela não se restringe apenas ao universo econômico, mas aciona uma série de rituais e códigos muito próprios que não necessariamente correspondem as sanções legais da sociedade dominante. Tais concepções não fazem parte daquilo que é considerado aceito, aquilo que é a norma. É como se essas pessoas, seus comportamentos, práticas e formas de habitar o espaço urbano estivessem à margem ou em um hiato, não fizessem parte da cidade e não correspondessem aquilo que é entendido na perspectiva do “alto” dos planejadores urbanos, como o modo de se viver em sociedade, no coletivo (Mello e Vogel, 1981).

O que estamos de frente, camuflado nesse discurso, é a utilização da categoria desvio, tratada por Howard Becker (2008) em seu livro *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. A questão apontada por Becker, ainda que ele contextualize a trajetória do desviante para assim entender suas escolhas, é que o desvio só existe a partir da própria definição da norma, que estabelece um

processo de penalização da vida cotidiana. Aqueles que estabelecem a norma, os detentores da ordem e “guardiões do rito”, também estabelecem deste modo o desvio e agem querendo impor sua moral particular. Existe nesse sentido uma correlação de forças, uma construção social de relação de poder e dominação, o que por si só já pressupõe posições assimétricas.

As categorias norma e desvio, formalidade e informalidade, central e marginal, entre tantas outras, para além de dicotômicas e descritivas, são categorias que atuam não apenas no nível discursivo, elas também constroem o debate e o mundo enquanto prática social, uma vez que possuem toda uma dinâmica própria de funcionamento, autorização, tolerância, repressão, etc. Os debates, ainda que tenham seus limites, não são deslocados da história. Essas perspectivas vão mudando a medida que o mundo e o contexto também vão mudando. Isso tem como consequência uma delimitação não somente do campo analítico em si, mas também influi no campo de ação dos indivíduos. O mundo contemporâneo certamente é bastante regulado. A noção de legalidade aqui, para além de sua função operacional, define paralelamente como as coisas devem funcionar, que aspectos são incentivados e que aspectos são reprimidos, quais são as coisas permitidas e quais são as coisas proibidas e sancionadas.

O elemento perverso, voltando a citação acima de Licia Valladares (2005), é que a concepção de tal imagem é a de que há um grande abismo, uma ruptura entre aquilo que é a cidade e o que é favela, ou, tal como colocado pela autora, entre aquilo que é considerado a cidade legal e a cidade ilegal. Essa dicotomia se reflete em outras escalas através de paradigmas como o formal *vs.* informal, organizado *vs.* desorganizado, moderno *vs.* arcaico, permanente *vs.* provisório, entre muitos outros, e se estabelece a partir de uma ideia sobre o que são esses territórios e quem é a população que habita esses espaços. É necessário pontuar que tais dualismos pressupõem certa normatividade, onde as práticas estão sujeitas a regras e códigos, ou seja, a lei orienta as ações dos sujeitos, cria campos de disputa definindo de um modo muito específico e sintético, aquilo que está dentro e o que está fora dela. Ela restringe e também produz efeitos. Creio que isso reforce a noção de que a cidade e a favela são mundos radicalmente distintos, com padrões de interação próprios, que não dialogam e não se misturam (Zorbaugh, 1983). Faz-se necessário pontuar que por mais que existam determinadas marcações entre os campos em questão, as relações entre eles são fluidas, elásticas, sendo continuamente renegociadas. O ponto aqui não me parece se colocar sobre os limites que demarcam essas fronteiras, mas sim que a ideia das próprias fronteiras em si já é produto da consolidação de certos estereótipos que predicam a existência de universos diferenciais.

Este tipo de visão fortalece a distinção entre cidade e favela, contribuindo para uma maior estigmatização desses territórios, seus moradores e suas práticas. A definição de alguém como

estigmatizado, confirma em contrapartida a “normalidade” do outro indivíduo, ou seja, o atributo depreciativo, predominante na construção da identidade social dessa pessoa, é um elemento relacional, só fica evidente a partir da interação social e do contato com o “outro”.

Para Goffman (2008) os estigmas são sinais corporificados de modo depreciativo, onde “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (Ibid., p. 14). A palavra estigma, deste modo, tem sentido conotativo à degradação, aquele que é banido socialmente e o é exclusivamente por culpa sua, e ao ser definindo assim é penalizado e posto à margem da sociedade. “Há os membros da classe baixa que, de forma bastante perceptível, trazem a marca de seu status na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe” (Ibid., p. 157).

A proposta do Projeto Célula Urbana sinaliza uma transformação não só semântica e analítica, mas também prática, daquilo que antes era considerado e tratado como um problema para a cidade e passa a se pensar e lidar como um patrimônio, que deve ser preservado e visitado. O investimento no tema da memória em áreas faveladas, a alteração no modo como tal objeto é tratado, analisado na dissertação de Menezes (2008) nos leva ao debate se a tentativa ali é a promoção de uma “folclorização” da favela como elemento de marketing de venda da cidade, se é uma desconstrução e consequente “desmarginalização” da favela na representação social, ou se é um pouco de ambos os apontamentos ao mesmo tempo.

Apesar das obras terem terminado em 2005, o projeto Célula Urbana e o Museu a Céu Aberto da Providência, não parecem ter conseguido se manter. Menezes (2008) aponta as dificuldades surgidas em função dos constantes conflitos entre traficantes e policiais como um inviabilizador fundamental da atividade turística ali. Outro motivo levantado pela autora parece se desenvolver sobre o argumento dessa tendência da “nova museologia”, ao patrimonializar uma dada localidade, ter dificuldades de encontrar ressonância junto a população local. O morador Edson, zelador da igreja Nossa Senhora da Penha localizada no alto da escadaria da Ladeira do Barroso, considerada um patrimônio religioso e arquitetônico do local, justifica o fracasso do projeto em função da escolha do circuito de visitação. Segundo ele, foi um escolha vinda de fora e para fora. Vinda do Poder Público para atender e entreter os gringos, estabelecendo pouco diálogo com a comunidade. Para ele o Programa Favela-Bairro— “era longe de ser ideal, mas era melhor. Hoje, não há conversa”.

Em nossos percursos pela Providência, Edson me mostrava alguns vestígios do antigo programa na

região, que buscava trazer infraestrutura básica para a comunidade. Íamos caminhando e ele ia sinalizando a linha de alumínio no concreto do chão que assinalava o trajeto. Por entre as ruelas das casas, seguimos um dos caminhos do trajeto de visitação, passando pela construção do antigo reservatório de água, hoje desativado. Chegando a um dos três mirantes de madeira, construídos pelo Projeto Célula Urbana como se fossem decks, um grupo de meninos empinava pipas. A tarde estava clara e ensolarada. Segundo o morador, se a ideia era transformar a Providência em um Museu a Céu Aberto, onde os turistas interagissem com a população local, as escolhas do percurso e de alguns pontos atrativos foram opções infelizes tendo em vista que parte do trajeto selecionado não era aquele utilizado pelos que ali residiam, que não reconheciam determinados pontos como relevantes. Em nossas trocas Edson me chamava atenção da importância das pessoas que moram no local, para falar do local. Além de participar de alguns projetos dentro da Providência, como por exemplo a roda de capoeira onde dá aulas, Edson busca trabalhar com a cultura popular através da valorização da oralidade - “o que se perde, não são só as casas mas toda a história acumulada até aqui”.

Seja pelos moldes dessa modalidade de museu, em que nem todos a compreendem, seja pelo clima de instabilidade e insegurança em função da ocorrência de frequentes conflitos entre a polícia e o tráfico, seja pela falta de consulta prévia e de participação popular – aspecto observado com certa recorrência na implementação das políticas públicas nesse território, o fato é que muitos desses motivos de algum modo contribuíram para que esse projeto patrimonial não encontrasse ressonância nem junto aos moradores, aqueles que deveriam ser representados pelo patrimônio, nem junto àqueles que deveriam ser o alvo do projeto, no caso, o público (Menezes, 2009). O debate acima exposto não é irrelevante e secundário dentro da pesquisa que se construiu, especialmente tendo em vista que tanto o Morar Carioca, principal programa aqui analisado, assim como o PAC II, voltam a utilizar a ideia e o material elaborado pelo antigo Favela-Bairro, evocando a justificativa turística como um meio de reverter estigmas relacionados às favelas como territórios negativos, elevar a autoestima dos moradores e inserir a favela na formalidade de mercado através da geração de emprego e renda via tal atividade.

Como apontado acima, o domínio sobre os projetos direcionados a tal território era ainda muito superficial. O desvelamento das questões que atravessavam o Morro da Providência sem dúvida requeriam maior dedicação e refinamento. Nesse sentido a proximidade entre as áreas dos saberes era reforçada na dimensão multidisciplinar, tendo em vista que as discussões levantadas a respeito dos processos de estruturação socioespacial das cidades e suas políticas de planejamento e gestão, não parecem ser suficientemente desenvolvidas e esgotadas quando recorre-se a um único campo de conhecimento. A aproximação com as Ciências Sociais sem dúvida auxiliou na ampliação de

possibilidades de conhecer o tema. Essa amplitude não se restringiu apenas a um alargamento do universo acadêmico a ser explorado, mas se deu também em função de melhor aproveitar e aprofundar a rede de contatos que já possuía, uma vez que alguns companheiros vinculados a essa mesma graduação participavam de militâncias que atuavam na região, em especial no GEP – Grupo de Educação Popular, e no ELEPP – Espaço Livre de Educação Popular da Providência. Por meio desses grupos fui parar em uma reunião na parte lateral da Capela Nossa Senhora do Livramento, na Ladeira do Barroso.

As práticas de ambos movimentos eram atravessadas pelo foco em educação, suas diferenças porém não eram óbvias a um primeiro olhar de alguém de fora. O ELEPP é um coletivo inicialmente formado por alunos de Ciências Sociais da UFRJ, que atuam junto a Casa Amarela⁴¹ desde 2009. Ali, entre outras atividades, oferecem apoio pedagógico e aulas de reforço escolar para crianças do Ensino Fundamental moradoras do Morro da Providência. O GEP, por sua vez, como assinalado no capítulo anterior, é um grupo que opera num espectro mais expandido da região, atuando em frentes diversas e não circunscrevendo suas intervenções apenas ao Morro da Providência. Suas ações, apesar de mais centradas nessa comunidade, ampliam-se e desdobram-se sobre os bairros e populações vizinhas da área central da cidade.

Embora tanto o ELEPP quanto o GEP atuassem politicamente no Morro da Providência, o primeiro, apesar de seu foco mais assistencialista, com frequência vinha passando por interrupções em suas atividades. O segundo grupo, por sua vez, tinha uma posição político pedagógica fortemente marcada. Suas práticas extrapolavam o caráter assistencialista, se contrapondo ao aparato coercitivo do Estado de modo bastante enfático. Além do foco no âmbito do processo educativo escolar, onde aposta-se na educação popular como uma ferramenta de transformação da realidade e das relações sociais de produção da ordem capitalista, o GEP, enquanto grupo organizado, possui uma perspectiva extracurricular que ultrapassa a sala de aula, incentivando a mobilização política dos próprios moradores no que se refere à luta em defesa da moradia, à luta contra a violência policial no Morro da Providência e a ações mais diretas em contestação à excessiva regulação municipal do espaço urbano. Esses aspectos, associados à assiduidade nas atividades ali propostas, parecem ter se constituído como elementos que auxiliaram o processo de consolidação do trabalho do grupo sobre esse território, característica que se apresenta como um divisor de águas uma vez que marca campos

⁴¹ A Casa Amarela é um espaço cultural e de aprendizado localizado no alto da escadaria na Ladeira do Barroso. Na construção de dois andares funcionam atividades voltadas à educação complementar de crianças e adolescentes e atividades culturais dirigidas à comunidade, como o Sarau Providencial e exposições fotográficas. Ali funciona também um dos dois núcleos do instituto FAVELARTE, fundado por Maurício Hora, fotógrafo nascido e criado no Morro da Providência. Nesse espaço são desenvolvidas oficinas de contação de história, costura, artes visuais e fotografia na tentativa de profissionalizar a mão de obra local. Por vezes, ali também são promovidos intercâmbios com artistas internacionais.

de atuação entre os movimentos ali presentes. A diferenciação entre os grupos era notável e ela não se espelhava apenas nos campos de atuação, mas também em certo status expresso em maior ou menor receptividade e credibilidade junto aos moradores.

A convite de uma amiga de graduação, em março de 2013 fui a uma reunião do GEP, que tinha como foco buscar mobilizar pessoas e encontrar novos colaboradores. No encontro foi apresentado um pouco do trabalho desenvolvido desde 2008⁴², que apostava na educação libertária e popular como sua principal estratégia de luta. Na esfera educativa, as ações do movimento se estruturavam basicamente sobre dois eixos: o Pré-Vestibular Comunitário e a Alfabetização de Adultas e Adultos – ALFA. Apesar dos diversos marcadores e reflexões que me atravessavam, eu, que já vinha debruçando um olhar mais cuidadoso, senão curioso sobre a Providência, ainda não tinha me dado conta da relevância de se estudar a favela como elemento central para se pensar a cidade. Nesse sentido, o encontro com o GEP possibilitou uma real abertura e avanço na construção desse caminho.

Saí aquele dia me propondo a participar da reunião seguinte no intuito de conhecer um pouco mais as atividades desempenhadas pelo grupo. Nesse segundo encontro, realizado fora do Morro da Providência em um centro cultural próximo a Cinelândia, foram apresentados militantes que trabalhavam junto a causa. Lá havia educadores que também participavam de outros grupos de Pré-Vestibular oferecidos em ocupações localizadas no entorno da área portuária, como a Ocupação Machado de Assis e o Quilombo das Guerreiras⁴³. A discussão se construiu no sentido de solucionar questões de organização e de conteúdo programático vinculado aos projetos educacionais, mas também discutir questões práticas das atividades em geral.

Se por um lado o Pré-Vestibular já era uma atividade mais consolidada, com um acúmulo desde janeiro de 2009, por outro lado o ALFA era um projeto relativamente recente, na época com pouco

⁴² Segundo Santana (2015), o GEP surgiu da extinta Frente de Luta Popular – FLP, que no início dos anos 2000 reunia diversos movimentos sociais urbanos do Rio de Janeiro. Além de protagonizar lutas vinculadas a defesa da moradia, participando ativamente em ocupações sem-teto e favelas, a FLP também atuava junto a outros movimentos populares como o de camelôs e de trabalhadores desempregados.

⁴³ As Ocupações Machado de Assis (Gamboa) e Quilombo das Guerreiras (Avenida Francisco Bicalho), assim como as Ocupações na Rua do Livramento, Flor do Asfalto e Casarão Azul (ambas na Rua Rodrigues Alves) e Carlos Marighella (antigo prédio do INSS na Rua Riachuelo) são alguns dos vários imóveis localizados na região central e portuária, de origem tanto privada, quanto pública, da União, do Estado e do Município, ocupados ao longo dos anos por populações de trabalhadores sem-teto, uma vez que estavam vazios e não cumpriam sua função social. Tais ocupações botam em xeque a questão da moradia popular e funcionam como ferramenta de pressão por parte dos moradores em relação ao governo, para debater a destinação de terras e prédios públicos à habitação social, já prevista em leis federais e municipais. A grande maioria dessas ocupações passaram por processos de desapropriação nos últimos anos. Permanecendo vazios, tais imóveis desocupados acabam por contribuir não somente para a especulação do mercado imobiliário da região, mas também contribuem para a reprodução de mecanismos de não resolução dos dilemas urbanos, onde a questão da habitação ocupa lugar central. Com base no relato de uma professora de serviço social e integrante da equipe responsável pela realização do diagnóstico de desapropriação da região portuária, contratada pela CDURP, algumas dessas desapropriações foram realizadas de modo mais ostensivo, contando com auxílio da força policial para retirada de pessoas de suas casas, como foi o caso da desocupação do Quilombo das Guerreiras, realizada de modo difícil e violento.

mais de um ano de existência. Iniciado em 2011, o projeto vinha apresentando uma alta rotatividade não somente dos educadores como também do público. A proposta era conjuntamente explorar um pouco mais o perfil dessa atividade, na tentativa não somente de entender os motivos dessa ocorrência, como traçar soluções e metas mais palpáveis que dessem conta das demandas apresentadas. A procura por pessoas que pudessem apoiar o trabalho dos alfabetizadores, dando suporte a essa atividade foi um ponto colocado e foi aí que eu entrei como colaboradora do ALFA. Durante os meses envolvidos junto ao GEP, observei, acompanhei e auxiliiei o trabalho desenvolvido por Gabriela, historiadora militante que participava como alfabetizadora. As aulas eram oferecidas de segunda a sexta feira, na parte lateral da Capela Nossa Senhora do Livramento, na Ladeira do Barroso. Se as atividades do Pré-Vestibular aconteciam na parte da tarde, a Alfabetização de Adultas e Adultos do GEP ocorria no período da noite de modo que buscasse não coincidir com o horário de trabalho dos moradores que ali participavam.

Ao longo do período em que estive presente de modo mais ativo no grupo, havia cerca de três educandos integrando o ALFA, sendo que apenas um conseguia participar assiduamente. Na época, uma das sugestões propostas como meio de contornar essa situação foi pensar e ampliar a propaganda das aulas de Alfabetização. Diferente do grupo de Pré-Vestibular, a divulgação do ALFA tinha como foco atrair adultas e adultos que não fossem alfabetizados, logo a mera distribuição de cartazes e panfletos não era suficiente, uma vez que essas pessoas não sabiam ou tinham dificuldades de ler. Optamos assim por nos dividir em duplas e trios entre educadores, militantes, colaboradores e ex-alunos, para em um sábado a tarde percorrer diferentes regiões do Morro da Providência e seu entorno imediato, distribuindo, colando material, mas principalmente conversando diretamente com as pessoas. Ao longo do trajeto realizado junto a Gabriela e outra colaboradora que também estava ingressando no GEP, as informações e indicações a respeito do trabalho realizado eram divulgadas batendo nas portas, conversando com transeuntes no caminho e entrando nos comércios abertos, especialmente em pequenos bares e oficinas.

O percurso realizado foi essencial não somente porque me permitiu transitar e circular por lugares do Morro da Providência até então por mim desconhecidos, mas porque foi ali que me surpreendi com a enorme quantidade de casas marcadas com a sigla SMH. Ao que tudo indicava essas casas seriam removidas, mas pouco se sabia sobre o que de fato tal inscrição significava, para além Secretaria Municipal de Habitação. Essa marcação foi o elemento deflagrador do problema de pesquisa que tanto se desdobrou e se transformou ao longo da mesma. A participação no GEP não foi somente porta de entrada e de observação onde pudesse explorar possibilidades de estudo, mas se constituiu como espaço de vivência onde o cotidiano experimentado por um grupo específico de pessoas dessa comunidade, me colocou em contato e fez emergir questões que se apresentavam um

tanto quanto mais urgentes. Questões essas que não se circunscreviam apenas àquela realidade, mas que serviam como instrumento para pensar o que essa realidade dizia sobre cidade e apesar da contínua sensação experimentada de ali não pertencer, de certa forma essas questões se refletiam muito mais sobre os elementos que nos uniam do que sobre aqueles que nos separavam.

Paralelamente, no início de 2013 ingressei no Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana – NECVU da UFRJ, onde, como bolsista de Iniciação Científica, participei mais ativamente da pesquisa *Segurança Pública nos Municípios de Fronteira* e pude colaborar na pesquisa *Segurança Pública e megaeventos esportivos: uma análise dos processos sociais envolvidos nas mudanças em curso na área de segurança pública no Rio de Janeiro visando sediar os grandes eventos esportivos*. Fazer parte de tais projetos, especialmente o segundo, apesar de debruçar-se muito mais sobre a segurança pública, fez-me refletir acerca de como tais intervenções urbanas, em especial aquelas vinculadas aos megaeventos esportivos, produzem múltiplos efeitos sobre a cidade e afetam de modo muito particular e complexo a vida da população atingida. O enfoque me interessou de tal maneira que busquei aprofundar-me nas discussões acerca do estudo dos conflitos estabelecidos no Rio de Janeiro a partir de tais intervenções – das disputas entre diferentes práticas espaciais e modos de apropriação social do espaço.

O ingresso no GEP e no NECVU foram tornando mais claro aquilo que de fato me interessava, consolidando-se o Morro da Providência como um ponto de junção de diversas discussões que a mim pareciam relevantes, como, por exemplo, sobre cidade, favela, políticas públicas, turismo, pobreza urbana, desigualdade social e esferas participativas. Eu, que inicialmente, em uma ideia ainda muito embrionária, pensava em estudar turismo de favela, em meus percursos pelo Morro da Providência fui surpreendida por aspectos que se desdobraram e resultaram na reconfiguração e reorganização da proposta de pesquisa, a qual hei de expor no tópico a seguir.

2.2 O Trabalho de Campo – O caso do Teleférico e do Plano Inclinado

Se a construção da última seção se deu numa tentativa de desenhar a trajetória que me levou ao Morro da Providência, delimitando um pouco o lugar de onde estou falando, o esforço a seguir se coloca no sentido de mostrar como isso se deu na prática, onde tentarei organizar alguns elementos e discussões que surgiram através do trabalho de campo. Por muito tempo a centralidade dessa pesquisa se debruçou sobre as remoções. Para compreender a complexidade e os desdobramentos das mesmas, fez-se necessário buscar pistas e mergulhar com um maior empenho investigativo sobre as práticas estatais no território estudado, resultando em uma alteração do objeto de pesquisa, que aos poucos foi ganhando novas formas. No entanto, uma questão continuava a ser mobilizada,

atravessando por completo esse trabalho: Por que as remoções? O que elas nos diziam e o que se podia apreender sobre o Estado nesse contexto situado? Como que ao buscar entender o modo com o qual os conflitos ali se estabeleciam, foi abrindo uma janela de leitura sobre como se davam as práticas estatais inscritas naquele espaço, lançando luz sobre um intrincado jogo de agenciamentos políticos. Como que tais disputas nos dizia algo não somente sobre as relações de poder, mas também sobre os ordenamentos sociais e o lugar do Estado no jogo democrático (Telles, 2013).

2.2.1 As Marcações SMH

“Essa é a casa onde cresci”, disse-me certa vez Rogério, morador de uma das três casas remanescentes na escadaria do Barroso, foco das obras de mobilidade e uma das principais frentes de remoção no Morro da Providência. Construída por escravos no séc. XVII, a escadaria de granito de quase 200 degraus leva ao alto da comunidade, ligando a Ladeira do Barroso ao cume do morro e ao largo da igreja Nossa Senhora da Penha. Inicialmente, o projeto de mobilidade voltado para o Morro da Providência se estruturava na implantação do Teleférico, o desadensamento em função da abertura de vias e previa também a instalação do Plano Inclinado – rampa com trilhos para transportes em vagão. Olhando de baixo para cima, a casa de Rogério localiza-se na parte esquerda da escadaria e foi marcada como tantas outras ali no seu entorno imediato para ser derrubada e ceder espaço ao Plano Inclinado.

Rogério tem 46 anos, é moreno, magro e tem um problema motor na perna, o que não o intimida em absolutamente nada – “minha mãe nunca me tratou como um coitadinho”. A mãe faleceu há poucos anos e Rogério se comove ao falar dela. Ele cuida do pai, além de tomar conta de dois tios. O pai é um senhor que encontra-se acamado, necessitando de cuidados contínuos e diários. Quando precisa levar seu pai ao médico, recorre a outros moradores de sua rede de apoio local, que o auxiliam a descer a escadaria com o pai e arranjam um transporte, carro ou kombi, para o seu destino final. Rogério é o primeiro de quatro filhos, nascidos e criados na Providência, aonde seu avô alagoano chegou em 1942. A família está a quatro gerações no local. O barraco construído na década de 1940 pelo avô Bartholomeu foi ganhando alvenaria ao longo dos anos e hoje, entre filhos, netos e bisnetos de Bartholomeu, moram oito famílias. Contando as parceiras e parceiros, esposas e maridos, totaliza uma média de 17 pessoas que circulam cotidianamente pela casa de três andares que tem uma vaca e o nome da família Lourenço desenhados na fachada.

A frase do meu interlocutor anteriormente citada, os desenhos na fachada, a contínua transformação daquele espaço e suas pequenas obras não finalizadas, mais pareciam perdurar e seguir como que em um movimento contínuo, adequando-se à demanda e à circunstância familiar. Todos esses elementos me faziam pensar sobre como aquela casa ia contando aos poucos a história e a trajetória

da família. Quando pensamos em termos como moradia, habitação e residência, estamos falando de categorias que são distintas mas que frequentemente vêm sendo evocadas para designar domicílio, conceito muito utilizado pelas políticas públicas urbanísticas que de modo geral possui uma conotação econômica deste tipo de unidade. Para além de sua existência legal, a casa, pode ser vista como um fato social total, onde diversas dimensões da vida social estão entrelaçadas. Tais dimensões também são atravessadas por trocas mas essas não se limitam apenas a esfera econômica (Motta, 2014), mas refletem as relações com o local, as práticas familiares, a memória afetiva, a sociabilidade, a religiosidade, assim como as complexas configurações, circulações e arranjos de pessoas, objetos e documentos.

Por um lado a casa e sua transformação ao longo do tempo reflete valor afetivo, história, raízes, o que me faz pensar na importância do lugar enquanto categoria política de pertencimento e de construção identitária das pessoas que vivem naquela comunidade. Por outro lado, num espectro mais ampliado, a própria centralidade da propriedade privada no capitalismo, as condições habitacionais e os mercados imobiliários oferecem ricas possibilidades de leituras e análises da sociedade, fornecendo mapas concretos da desigualdade e da segregação urbana (Cavalcanti, 2009). Permeada por esse debate, a adoção de concepções e diretrizes neoliberais reconfiguram as relações estabelecidas entre capital, Estado e sociedade, trazendo profundas repercussões a respeito do lugar do papel da cidade no processo de acumulação primitiva (Vainer, 2013: 37), reverberando na lógica de planejamento e gestão do espaço urbano. Essas repercussões se imprimem não somente no que toca o acesso à propriedade privada e o que ela representa de fato mas acarretam implicações que se estendem ao próprio modo de produção da cidade. Os efeitos, por exemplo, que essa série de projetos implementados no Morro da Providência produzem, especialmente aqueles vinculados às intervenções de mobilidade acompanhados durante o campo, de certo modo evidenciam a lógica, a concepção de cidade que eles expressam e atualizam de forma intensa.

Para Harvey (2013) o direito à cidade não pode ser entendido simplesmente como um direito individual, mas algo que demanda um esforço coletivo e formação de direitos políticos coletivos ao redor de redes de solidariedades sociais. No entanto, a globalização associada à guinada em direção ao capitalismo, mais enfatiza do que diminui as desigualdades sociais.

O neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais (Harvey, 2013: 32).

O Estatuto das Cidades, promulgado em 2001, em pleno governo de Fernando Henrique Cardoso, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição brasileira de 1988, definindo diretrizes gerais a serem observadas pelas mais distintas esferas do governo para promover uma política urbana garantindo a função social da propriedade e a gestão democrática das cidades. Isso implica em certas obrigações estatais, como, por exemplo, a garantia de que os planos diretores contem com a participação da população e de associações representativas de vários segmentos econômicos no planejamento e na transformação das cidades e ainda obrigando a prefeitura a realizar “audiências e consultas públicas quando for tomar alguma decisão importante para a cidade. O estudo de Impacto de Vizinhança pode ser solicitado pelos moradores quando uma grande obra é projetada para determinada região” (Ferreira, 2014: 256). Entre outras obrigações implica também na destinação de certas áreas para a moradia popular, assim como o reconhecimento do instrumento legal adquirido por moradores de áreas irregulares através do direito de concessão, algo que nem sempre parece funcionar na prática.

Durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, na tentativa de criar modelos de gestão mais participativos, houve um alargamento das possibilidades atuação popular nos espaços institucionais com criação de conselhos e conferências. A aposta era que através da consolidação de mecanismos de interlocução entre sociedade civil e Estado, ampliaríamos direitos e democratizaríamos a gestão pública, resultando na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com o estímulo federal a atuação dos conselhos participativos se multiplicaram nos últimos anos, tanto a nível federal, estadual como municipal.

Nessa lógica é criado em 2004 o Conselho das Cidades – ConCidades, órgão que integra a estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação, implementação e acompanhamento da execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNUD. Essa investida pode ser vista, ainda que em partes, como uma busca de construir mecanismos e instrumentos de inversão na lógica de produção de cidades, já que sua formação inclui I – Representantes do Poder Público Federal; II – Representantes do Poder Público Estadual, do Distrito Federal ou entidades civis de representação do Poder Público Estadual e do Distrito Federal, observando o critério de rodízio entre os mesmos; III – Representantes do Poder Público Municipal ou entidades civis de representação do Poder Público Municipal; IV – representantes de entidades dos movimentos populares; V – representantes de entidades empresariais; VI – representantes de entidades de trabalhadores; VII – representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; e VIII – representantes de organizações não-governamentais.

Ainda que de modo deficiente, a constituição do ConCidades se apresenta como uma brecha, uma

possibilidade de atuação, mesmo que restrita, por parte dos segmentos da população envolvida na influência sobre as políticas urbanas. Os limites dessa agência porém se mostram como uma intensa disputa no cenário que se configura, tendo em vista o caráter muito mais consultivo do que deliberativo, no que diz respeito a tomada de decisões (Pandolfi; Santo, 2014).

É preciso refletir sobre a ideia de posse, de propriedade privada particular e como as disponibilidades de usos da mesma se vinculam também a uma construção histórica de segurança e identidade, que dá vida ao individualismo na tradição liberal. Nesse sentido, vale lembrar de pontuações básicas. Nós somos seres sociais. Nos relacionamos. A ideia de propriedade dentro desse contexto gera diferenciações que não só pressupõe limites internos e externos entre os grupos, como relaciona as pessoas de modo distinto, criando obrigações centrais. Problematizando a construção histórica de propriedade privada particular, ligada ao indivíduo, vemos que ao mesmo tempo que essa agrega e forma grupos identitários, concomitantemente cria a possibilidade de excluir e segregar. A propriedade privada particular, tão central nas sociedades capitalistas, gera ao mesmo tempo expropriação. Talvez a questão não se limite à propriedade particular, mas sim aquela de caráter individual, afinal existem outras formas de se pensar a mesma, como por exemplo as propriedades coletivas, os quilombos, entre outros exemplos, ainda que esses abram espaço para um outro universo de discussão.

O ponto relevante nessa reflexão é que se a ideia de posse está extremamente vinculada à noção de propriedade, torna-se necessário repensar nossa relação com a posse para poder reinventar nossa relação com a habitação. A questão da propriedade e da moradia atravessam por completo o debate sobre a cidade. No entanto, essa é uma discussão que não deve ser reduzida a tais categorias. O direito à cidade, por exemplo, não trata-se apenas do direito à moradia mas de todo um conjunto de equipamentos urbanos que garanta o pleno desenvolvimento humano dos cidadãos, como equipamentos de mobilidade urbana, de educação, saúde, saneamento básico, fornecimento de água e energia elétrica, equipamentos de lazer, esportivos, artísticos, etc (Harvey, 2008 apud Pandolfi; Santo, 2014). A questão do acesso à terra, ao solo urbano, em especial aquele dotado de infraestrutura, é essencial para pensar o modelo de cidade que estamos produzindo, onde, dito de modo muito simplista e talvez até vulgar, dentro dessa lógica neoliberalizante significa que quem tem propriedade, tem direitos e quem não tem, fica de fora. Deste modo, incorporadoras, construtoras, empreiteiras, o latifúndio urbano, a especulação imobiliária ou mesmo a indústria automobilística, possuem um poder de influência enorme sobre as decisões acerca das diretrizes do planejamento urbano, já que controlam grande parte do solo e da terra urbana. Pode-se dizer que dentro das estratégias regulares da globalização neoliberal, as propostas de renovações urbanas

tendem a incluir a intensificação de grandes obras e flexibilização da normativa urbanística para atender a interesses do grande capital urbano, que por vezes traz como resultado o endividamento e aquilo que Maricato aponta como um processo de assalto às economias nacionais (Maricato, 2008 apud Pandolfi; Santo, 2014). Ora se a inclusão na cidadania, na lógica formal e na concretização de direitos sociais mais básicos está se estabelecendo, entre outros aspectos, pela via do mercado, qual é a viabilidade plena que a população de baixa renda está alcançando, em especial aquela que é alvo das remoções, tendo em conta que não está em pé de igualdade com aqueles que detêm o capital. Como fazer com que essas pessoas que têm poucas alternativas consigam bancar os custos que a formalidade implica?

A marginalização deste modo se mostra como um processo promovido e mantido pelo próprio Estado na reprodução do sistema capitalista. Do ponto de vista analítico, a lógica dessa reprodução vai depender, intrinsecamente da unidade que a análise está partindo. O foco aqui é a cidade? É a periferia? É a favela? Creio que o que está no cerne desta questão é a discussão sobre a pobreza urbana e de como sua liminaridade não se circunscreve à favela, mas acaba por refletir os projetos de cidade em jogo, sua lógica de produção e os processos de urbanização como um todo. O que entra em xeque é o valor, a ocupação, a posse, as relações com o lugar e com as pessoas e o modo como as mesmas lidam com suas casas no mundo capitalista. A marginalidade não diz respeito à favela, mas aos arranjos que se configuram para entender a cidade.

Deste modo a apropriação da cidade como direito e acesso (Lefebvre, 2008) é central para refletirmos sobre os conflitos que não operam institucionalmente, por isso a margem, a favela e a periferia, elementos que simbolizam no imaginário coletivo os territórios da pobreza, são elementos cruciais para pensar as configurações das cidades brasileiras. A questão da favela a meu ver se coloca concomitantemente à questão urbana e ao modo como produzimos cidades. A relação entre favela e cidade é tensa, conflitiva, multifacetada, mas, ao mesmo tempo, é o centro da discussão sobre cidade, refletindo certo protagonismo e agência, mesmo que indireta, das classes populares, ainda que essas sejam continuamente afastadas das decisões políticas uma vez que a correlação de forças de classes também se espelha na territorialidade.

A questão da remoção me mobilizou em diversos sentidos. Talvez isso se dê porque a discussão não se resume às implicações materiais, objetivas e não menos importantes, impostas junto com a demolição de uma casa, a derrubada das camadas de concreto, o deslocamento, a mudança e reconfiguração de padrões, a adaptação a um novo sistema, mas diz respeito também à dimensão subjetiva e simbólica. Os escombros também são psíquicos. Além da desfiguração das redes de relações, junto ao concreto desmantela-se camadas de memórias, dispositivo tão caro da

discursabilidade, de afetos, de expectativas de vida, de investimentos conjuntos e familiares.

Se o território também é um local de produção de subjetividade, o espaço deste modo não se restringe apenas ao espaço físico, mas diz respeito também às aproximações e distanciamentos que se dão nas relações sociais na cidade. Os projetos de renovação na estrutura e na ambiência urbana, não transfiguram e afetam apenas as ruas e praças em termos físicos e técnicos, mas afetam os grupos humanos em âmbitos mais profundos, alterando também os quadros mentais e sociais que se constroem através do e no espaço. Essas mudanças concomitantemente descaracterizam as formas que assentam determinados sistemas de representações e cosmologias. Esses sistemas não são somente contextos na vida das pessoas, eles são constitutivos, interagem e integram suas ações, suas memórias, seus discursos. A remoção coloca o removido em uma condição transiente, onde esse precisa se reconectar a um novo sistema, se submeter a outros princípios morais, culturais, e por vezes introjetar novos rituais da vida ordinária que regem o sistema de relações local. Não estando integrado nem ao antigo e nem ao novo sistema, o removido, portador de inúmeras contradições e ambivalências, ocupa um limbo, uma posição que está no meio e que para muitos pode ser uma posição geradora de novas tensões. Para uns essa mudança pode ser um choque e a adaptação leva tempo, se constituindo como um desafio não somente em termos pessoais, objetivos e subjetivos, mas também em nível de políticas públicas.

Para Rogério, ter que sair da casa em que viveu grande parte da sua vida, seria algo muito difícil. No entanto, não se colocava contra as intervenções no Morro da Providência, acreditava que algumas propostas realmente poderiam trazer melhorias. O que o incomodava era o modo como as mesmas estavam sendo operacionalizadas. O discurso da inclusão social e da participação, na prática travestiam-se em falta de diálogo e informações desconexas, vulnerabilizando ainda mais os moradores diretamente atingidos. As marcações SMH servem como exemplo sobre a falta de clareza que tais intervenções expressam.

Circulando pelo Morro da Providência era nítido que uma grande quantidade de casas estava marcada, todavia não era claro o que estava por trás de tal sigla. As casas eram marcadas no horário de trabalho da prefeitura coincidindo em grande parte com o horário de trabalho dos moradores, que ao retornar ao lar após a jornada laboral, eram surpreendidos com tal dissabor. A marcação era realizada sem autorização prévia, carecendo de explicação por parte do município e de seus agentes. O modo autoritário com o qual agiu a prefeitura do Rio de Janeiro faz um paralelo com as desapropriações e despejos de mais de 200 anos atrás com a transferência da Família Real ao Brasil em 1808, quando 10 mil casas foram marcadas com as letras PR – Príncipe Regente, onde os membros da Corte escolhiam as melhores residências para morar, tendo em vista que chegaram ao

Brasil sem local para abrigar-se. Conhecida popularmente como “Ponha-se na Rua”, a abreviatura na prática significava que o morador tinha que sair da sua casa dando lugar à realza⁴⁴. Segundo o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2014), trazendo para os dias atuais, numa comparação não muito distante, a escritura SMH realizada pela prefeitura com tinta spray numerando as casas a serem demolidas era lida por parte dos moradores como “Saia do Morro Hoje”.

Para Gutterres (2014) ter a casa marcada com um número pichado, não era sinônimo de demolição imediata, uma vez que há uma série de procedimentos a serem cumpridos, esses porém não eram claros o suficiente. A marcação entretanto transformava aquilo que era tido primeiramente com um tom de boato ligado a obras de melhorias, ainda que com imprecisão de informações, se tornasse em uma ameaça materialmente visível e concreta, o que os moradores chamavam de *terror psicológico*, e que de algum modo expressava mais uma vez o autoritarismo com o qual o Estado ali atuava (Gutterres, 2014). Dito de outra maneira, a inscrição demarcava algumas fronteiras de modo objetivo. Ainda que não fosse claro o processo e a qual política pública especificamente se vinculava, a sigla SMH alterava por completo o status, não somente da casa, mas também da família que ali habitava, e aquilo que antes era tido como uma fofoca distante, que girava entorno de rumores e especulações sobre remoção, de repente se tornava próximo quando a sua casa era marcada, abrindo uma janela de incertezas sobre o destino de suas vidas.

Em 2010 marcaram, fotografaram e começaram a medir a casa da família de Rogério sem lhe oferecer qualquer informação a respeito. A contrapartida em relação à falta de esclarecimento foi que a medição acabou sendo realizada da porta para fora, pois ele não permitiu que entrassem na casa. A marcação frontal dos muros das moradias a serem removidas, a medição e fotografia das unidades habitacionais ameaçadas, foi realizada sem a abertura de canal de diálogo e esclarecimento, ou alguma forma de negociação prévia, coletiva ou individual, com os atingidos. A falta de clareza sobre os motivos de suas possíveis saídas, os responsáveis por elas, os procedimentos, os prazos e o futuro da comunidade, nitidamente mostra como há uma série de informações fragmentadas, contraditórias e desconectadas que alimentam as dúvidas e as incertezas dos moradores, dificultando suas ações.

O que estava por trás de tal inscrição? Ainda que isso diga respeito à prefeitura do Rio de Janeiro, já que integra uma de suas secretarias, qual política pública era responsável pela mesma? Pensar que o Estado era o real responsável, no fundo não trazia tantas respostas. Alguns moradores acreditavam que as remoções faziam parte de ações do PAC II, para outros, no entanto, identificavam o Morar

⁴⁴ “Ponha-se na Rua: há 200 anos é assim que o governo lida com as comunidades cariocas”, *Agência Pública*, 23 de abril de 2013. Disponível em: < <http://apublica.org/2013/04/ponha-se-na-rua-mais-de-200-anos-de-remocoes-compulsorias-rio-de-janeiro/> >. Acesso em novembro de 2015.

Carioca como o responsável por tais intervenções, outros ainda achavam que era o Porto Maravilha. Como visto no capítulo anterior, os projetos em grande medida se sobrepunham, o que tornava difícil o mapeamento e a identificação dos reais responsáveis pelo processo. Segundo Rogério muitos agentes chegavam sem nenhuma identificação, ou com o crachá escondido. A abordagem imprevista, o tom autoritário, senão agressivo, como os técnicos, ora da prefeitura, ora do consórcio, lidavam com a questão nas poucas vezes em que subiam a comunidade foi um aspecto apontado com frequência.

As marcações SMH, o modo como as mesmas ali chegaram e seus desdobramentos, acirrou uma série de disputas que não se restringiam somente aos moradores diretamente atingidos e à prefeitura, mas o conflito também se configurava internamente dada a pouca interlocução entre os moradores das diferentes áreas do Morro da Providência. Em setembro de 2011 a Associação de Moradores do Morro da Providência – AMMP, redigiu um documento se mostrando a favor das ações da prefeitura, onde pronunciava que não achava desrespeitoso o processo de marcação das moradias com os números referentes ao cadastro. Não associava esse procedimento a um processo autoritário, mas sim a uma questão protocolar de ordenação e controle. No entanto, para Almeida, dono de um pequeno comércio local, a forma como as marcações foram realizadas “pegou mal para a prefeitura”, gerando muitas reclamações. Almeida é morador e proprietário de um bar localizado no final da Ladeira do Barroso, em uma das esquinas em frente a antiga praça Américo Brum. O entorno do local, além de concentrar um pequeno comércio de bares e conseqüentemente de pessoas, foi essencial para pensar a pesquisa. Foi um ponto xeque pois convergia interações diversas, onde apareciam tensões e evidenciavam disputas que ali se construíam. Essas, se davam não somente por tal espaço se localizar em frente a antiga praça, hoje ocupada com a Estação Providência do teleférico, ou pela proximidade que teria da base de onde se pretendia instalar o Plano Inclinado, muitas dessas tensões e disputas se davam principalmente pelo fato de ali haver uma alta concentração de casas marcadas.

Retornando ao campo em abril de 2015, perambulo pelo novo mirante construído do lado da praça em oposição a rua, do qual se pode avistar parte do bairro da Gamboa (figura 6), buscando na memória as diferenças de minha última visita. Recordo-me que durante minhas incursões pela Providência junto aos movimentos sociais, antes mesmo de dar início a essa pesquisa, praticamente todas as casas localizadas nesse entorno imediato tinham a sigla SMH pintada em suas fachadas e a Praça Américo Brum ficava cercada. Apesar dos protestos dos moradores a antiga praça, local de história e onde também funcionava a única quadra de esportes da comunidade, foi demolida para a implantação do teleférico, que em abril de 2015 encontrava-se em funcionamento, ainda que com

restrições⁴⁵. Nesse mesmo período era possível perceber que muitas casas já haviam sido desapropriadas e demolidas, e apesar da saída de algumas pessoas, outras continuavam a resistir, mas as casas não estavam mais marcadas. Todavia isso não queria dizer que não fossem mais alvo das ações de determinada política pública, no caso o Morar Carioca.

Figura 6 e 7

Figura 6: Vista do Morro da Providência

Vista do alto de um dos mirantes do Morro da Providência, com parte da região portuária e do bairro da Gamboa abaixo.



(Fonte: autoria própria, 2015)

Figura 7: Casa Marcada

Casa no Morro da Providência com a fachada marcada com a sigla SMH – Secretaria Municipal de Habitação.



(Fonte: autoria própria, 2014)

Conversando brevemente com Almeida, o mesmo me diz que a prefeitura mandou tirar a sigla e as numerações, repintando a fachada de algumas casas e tentando apagar ou mascarar a inscrição inicial de outras com um simples “borrão” por cima. Porém, isso não deixou de significar que as mesmas não estavam mais ameaçadas de remoção. A mesma marcação era feita para o controle da própria SMH e não como forma de ciência aos moradores de que suas casas seriam demolidas, muito menos sobre o que tais procedimentos implicavam. Se ter a casa marcada de algum modo trazia algum nível de materialidade a essa ameaça (figura 7), por outro lado refletia a invisibilidade do processo como um todo.

Assegurando que o direito a informação e a participação foram garantidos, a prefeitura aponta que o

⁴⁵ O teleférico, inaugurado em junho de 2014, permaneceu por mais de um ano em fase de testes, funcionando em horário restrito e em condições especiais.

projeto foi revisto inúmeras vezes buscando atender as propostas dos moradores, sem que isso inviabilizasse o prosseguimento das obras. Para isso usa o exemplo da reação às reclamações em relação à marcação das casas, onde não só encarregou-se de repintar fachadas, ainda que isso tivesse ocorrido de modo seletivo, como também alterou os procedimentos, fazendo com que a marcação passasse a ser feita a partir de então via GPS – Sistema de Posicionamento Global, que consiste em tecnologia de localização por satélite.

Se as casas marcadas já mostravam autoritarismo e invisibilidade na aplicação dos procedimentos, a transição do meio físico, e antes perceptível, para uma nova forma de marcação, agora virtual, maximiza ainda mais tais condições. Tanto acentua o autoritarismo da prefeitura, como aliena e aprofunda o nível de afastamento dos moradores sobre o processo de produção de tais inscrições, que passam a ser realizadas por geoprocessamento. Do mesmo modo torna mais oculto o trajeto que a prefeitura percorre, a mobilização e o trabalho executado pelas diversas pessoas da própria SMH, por vezes articuladas a outras secretarias, como a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, Secretaria Municipal de Obras – SMO e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, envolvidas na elaboração de detalhados levantamentos, plantas, tabelas, gráficos e relatórios que culminam em tais inscrições. A pouca transparência e as dificuldades de acesso aos inúmeros materiais produzidos no sentido de embasar tal processo, seus reais significados e objetivos finais, geram efeitos que resultam em certo impedimento de participação por parte dos moradores e comprometem a apropriação dos mesmos sobre os elementos que implicam em negociações cotidianas de suas vidas e de suas possibilidades de futuro.

Talvez o terror psicológico apontado por Gutierrez (2014) se dê menos pela certeza de ser mandado embora, mas mais pelas implicações dúbias que tais marcações estavam vinculadas. Não sendo apresentados os projetos e tampouco os documentos produzidos que embasavam as inscrições, a população afetada por vezes seguia em desconhecimento dos motivos, argumentos e prazos que resultariam nas prováveis e consequentes remoções. Mesmo que com imprecisão, as fofocas sobre as marcações e seus possíveis desdobramentos pareciam regular muito mais a vida dos atingidos do que os marcos legais, não só porque esses não eram apresentados, mas porque à nível de discurso, os agentes estatais, não só ali atuavam de maneira esporádica e ocasional, mas quando se faziam presente, difundiam informações de modo tumultuado, anunciando várias versões de projeto, ora do PAC II, ora do Morar Carioca, aumentando deste modo a descrença no poder público por parte de alguns ali presentes.

Isso abre espaço para pensarmos no modo como o Estado opera em determinados territórios. Ora, se em defesa a sua autoridade, a prefeitura evocava a expertise dos agentes públicos e seus

conhecimentos sobre os aspectos técnicos do projeto na definição das demandas a serem atendidas, pouca visibilidade era dada aos documentos que resultavam de tais conhecimentos e que legitimavam as ações estatais. Em alguma medida cabe aqui apontar a discussão levantada por Bolt (2016) sobre o que há de fato de concreto e material na formalidade. O autor citado sinaliza a importância dos documentos e dos certificados materiais para infraestrutura na qual a formalidade se constitui, se mede e se regula. Ainda que haja formas plurais de formalidade, os documentos funcionam como fixadores e delimitadores das regras da formalização. Os mesmos atuam como artefatos gráficos, como emblemas e crachás que asseguram graus de formalidade, resultando na sua própria institucionalização, onde devido ao investimento das pessoas em defender sua eficácia, atestam algo através de um modo oficialmente reconhecível.

Ferramentas essenciais, os documentos tornam público o conhecimento, e por isso mesmo também se constituem como instrumentos de poder, tendo em vista que a estrutura formal se constrói sobre uma correlação de forças. O desconhecimento pode tornar-se algo extremamente rentável. Nesse sentido vale pensar o que determinados documentos representam, o que mobilizam, por onde circulam e quais são seus efeitos. Se o foco da prefeitura era dar prosseguimento as obras, a quem interessava trazer visibilidade ao processo de produção das inscrições SMH? Se isso de algum modo restringia a agência dos moradores atingidos, diminuindo a participação sobre o processo ao qual viviam, em um outro extremo parecia compor os meios com os quais a arena decisória da prefeitura operava e viabilizava, ainda que em partes, a implementação de tal política.

A gestão do espaço urbano se dá de forma complexa e diversificada, os planos e projetos vigentes, suas inter-relações e complementaridades, o modo como atuam, quem afetam, seus procedimentos e limites não são claros. O conhecimento é parcial e difícil de dar conta do todo. A lei, apesar de organizar a vida social, orientando ações e integrando a sociedade, também possui seus limites para atribuir funções. A imposição das regras e seus elementos coercitivos, é marcada por muita tensão e disputa, mas a vida social transita por espaços para além dos limites legais e de seus dualismos entre o que está fora e o que está dentro. O que não quer dizer que não haja regulação. As negociações e os arranjos entre aquilo que é autorizado, tolerado ou reprimido, parecem que se produzem primeiramente no nível dos discursos e das práticas sociais cotidianas para depois tentar se legitimar, e isso tanto por parte dos moradores, como por parte da Secretaria Municipal de Habitação. As políticas vão moldando, de certo modo, as formas como as pessoas agem, assim como as formas que pessoas agem também vão moldando as políticas. A cidade, deste modo, cria os indivíduos assim como os indivíduos criam a cidade, ela se constrói enquanto discurso, enquanto prática e também enquanto modelo político.

2.2.2 Justificativas e a institucionalidade das negociações

A remoção de favelas não é uma novidade na história do Rio de Janeiro. Apesar de recorrente em diversos momentos na política e na produção da cidade, pode-se dizer que o processo de cada fase possui particularidades históricas muito próprias que não devem ser ignoradas. Nesse sentido, ainda que não isento de analogias, o contexto atual possui também suas singularidades. Se em 1940, a aposta do poder público na construção dos parques proletários buscou responder a questão da favela a partir de uma ótica sanitarista, tratando as condições de insalubridade do centro da cidade, ao mesmo tempo que permitiu e até determinado ponto incentivou a conquista de novas áreas para a expansão urbana, essa abordagem se apresentou muito mais como uma tentativa de solucionar um incômodo que a mesma causava à urbanidade do que uma resposta à demanda de seus moradores (Burgos, 2012).

Por sua vez, o período de 1962 a 1974, durante o governo de Carlos Lacerda (1962-1965), continuado por Francisco Negrão da Lima (1966-1971) e seguido por Chagas Freitas (1971-1974) foi onde realizaram-se as maiores, e mais violentas, remoções de favela da história da cidade. Por mais que a princípio o governo estatal buscasse trabalhar simultaneamente a perspectiva entre a urbanização de algumas favelas de um lado e o investimento na construção dos conjuntos habitacionais e vilas operárias⁴⁶ do outro, esses anos foram marcados por tensões e conflitos resultados dos grandes programas de remoção. Os mesmos atingiram cerca de 80 favelas e são responsáveis pela destruição de mais de 25 mil barracos e pela remoção de mais de 130 mil pessoas de suas casas (Valladares, 2005). Apesar da roupagem geral, é preciso reconhecer que as condições da época integravam uma outra conjuntura, essa também muito específica. O Estado como um todo procedia de determinada maneira e isso não se espelhava somente no modo com o qual essas políticas funcionavam e eram promovidas, contando naquela circunstância com certo incentivo do governo federal, mas refletia também a forma como as favelas eram pensadas e tratadas dentro do contexto mais amplo de ditadura militar, vistas como locais desordenados e que deveriam ser erradicados.

Reproduzir determinadas lógicas não equivale repetir as mesmas. O contexto como um todo hoje está bastante alterado. Essa alteração não se dá apenas no Estado e na forma como o mesmo trata a questão, suas institucionalidades e modos de proceder, onde hoje a remoção se configura como uma das frentes de políticas públicas muito mais amplas direcionadas à favela, mas a mudança de abordagem, em certa medida, é fruto de pequenas vitórias acumuladas da luta dos favelados por

⁴⁶ Como exemplo podemos citar a Cidade de Deus, e as vilas Kennedy, Aliança e Esperança construídas com cofinanciamento norte-americano (Burgos, 2012).

reconhecimento e por direito em defesa de seu local e estilo de moradia, componentes centrais na composição da mitologia urbana. A abordagem estatal é, em alguma medida, desdobramento de certa modificação da representação social das favelas, ainda que as mesmas sejam continuamente atravessadas por batalhas de diversos gêneros e graus, sejam elas lícitas, ilícitas, práticas ou simbólicas.

Como acima assinalado, as políticas vão moldando as formas como as pessoas agem, assim como as formas que pessoas agem também vão moldando as políticas. Nesse sentido a perspectiva em relação a favela foi se transformando, onde a ênfase em urbanização foi ganhando cada vez mais espaço nas políticas públicas contemporâneas, mas por essa também se configurar enquanto campo de disputa, por vezes tais programas ali presentes são implementados de modos ambíguos. Os debates, contudo, não são deslocados da história. As perspectivas, sem dúvida, vão se alterando e se consolidando a medida que o mundo e o contexto vão se reconfigurando e vão sendo negociados. Aqui vale ter em mente a relevância da institucionalidade que foi sendo criada para lidar com os efeitos dessas obras de urbanização, que resultam, colateralmente ou não, na remoção de pessoas. Procedimentos de negociação foram se firmando e se burocratizando na operacionalização de tais intervenções, guiando modos de proceder. Penso que essa institucionalidade não é apenas fruto da capacidade de mobilização e das lutas travadas pelos moradores de favela, mas que a repercussão de tais lutas se espelha em embates que atravessam simultaneamente a estrutura estatal. O Estado, composto por uma infinidade de pessoas, também se configura como campo de batalhas e essas são travadas interna, externa e transversalmente. Apesar de não isento de falhas, os critérios de negociação vigentes possuem configurações distintas daqueles empregados décadas atrás. A institucionalidade que temos hoje em dia é reflexo do contexto singular em que vivemos, resultado de processos de enfrentamentos, entraves, interesses, condições e acúmulos históricos.

Se a remodelação e reconfiguração pela qual a cidade do Rio de Janeiro vinha passando, em parte pode ser explicada a partir de uma conjuntura mais ampla conjugada aos megaeventos esportivos, vale chamar atenção para o papel que o Morar Carioca ocupava e o que a aposta no mesmo representava nesse cenário. Dentro do panorama de construção da cidade olímpica, a promessa era do projeto municipal se constituir como o grande legado olímpico, já que tinha como proposta a ambiciosa missão de urbanizar total ou parcialmente 253 favelas ou aglomerados de favelas (Gonçalves, 2013) da cidade do Rio de Janeiro até o ano de 2020. A partir do acúmulo resultado das prévias experiências da prefeitura, o Morar Carioca contava com uma imensa estrutura, e uma grande quantidade de atores e agentes estavam envolvidos. A despeito das irregularidades observadas em sua operacionalização, como veremos mais a frente, o programa tinha como

proposta mudanças estruturais nas favelas cariocas, envolvendo um amplo processo de planejamento urbano. Apesar do desmantelamento no final de 2012, dois anos após o seu lançamento, o Morar Carioca promoveu uma série de intervenções no Morro da Providência, acarretando paralelamente em um processo de remoção e reassentamento que se deu de modo parcial e seletivo sobre essa comunidade.

Esse processo basicamente se desenrolou a partir de duas justificativas. A das obras de urbanização, que afetariam 291 moradias, se desdobrando sobre o argumento da implantação de estruturas e equipamentos de mobilidade, como a construção do Teleférico, do Plano Inclinado, a abertura e desadensamento de vias. O outro argumento se dava em função de área de risco, seja esse por razões geológicas, que somariam 312 moradias, ou em função de insalubridade, quantificando mais 68 edificações ameaçadas de remoção, como discriminado no gráfico 1. Desse montante geral, das 671 remoções previstas, a estimativa era de que 353 correspondessem ao Morro da Providência, 251 à região da Pedra Lisa e 67 ao entorno formal, como explanado no gráfico 2⁴⁷.

Aos moradores das edificações atingidas pelas obras de urbanização e/ou aqueles residentes de áreas consideradas em situação de risco geológico ou insalubridade, eram apresentadas pela SMH três alternativas de negociação.

Cada uma das alternativas possuem dinâmicas próprias de condições, procedimentos e atores em jogo. As configurações das etapas de negociação sofrem mudanças de acordo com as opções feitas pelo morador. Elas consistem em: 1. Indenização do imóvel pertencente à família, onde o município avalia o custo de reprodução da habitação e fornece ao proprietário dela o equivalente em dinheiro, para que ele possa buscar uma nova habitação. 2. Aquisição assistida de outra moradia para a família, onde o interessado indicaria uma moradia que se afigurasse como solução para o seu abrigo e o município efetuaria o pagamento ao vendedor, preferencialmente nos locais de origem e proximidades, a não ser que houvesse desejo da família de procurar uma casa em outra área. 3. Possibilidade de ocupar uma unidade habitacional a ser construída na comunidade ou nas proximidades, seja dos empreendimentos previstos no projeto de urbanização, seja através do encaminhamento a outros programas habitacionais como Minha Casa Minha Vida. Nessa

⁴⁷ A disparidade dos números acerca das remoções previstas para o contexto analisado é um ponto que varia muito e que merece investigação futura. Cardoso (2013) e Gonçalves (2013) apresentam números mais acentuados, partindo de um total de 832 realocações previstas para a região. Dessas, 481 estariam localizadas especificamente no Morro da Providência, sendo que 317 se dariam em razão de obras de urbanização e 164 por localização em área risco. As outras 351 estariam previstas para a região da Pedra Lisa única e exclusivamente em função do argumento da área de risco. O autor utiliza a estimativa decorrente do parecer técnico realizado por dois engenheiros que contestam os laudos emitidos pela prefeitura. No entanto, os dados aqui utilizados tomam como base o material anexado pela prefeitura do Rio de Janeiro na Ação Civil Pública que resultou no embargo das obras do Morar Carioca, tendo em vista que esse foi o material adotado como referência ao longo da construção analítica dessa dissertação.

configuração, as famílias ainda contariam com a alternativa do aluguel social – benefício de caráter temporário, onde eram fornecidos cheques assistenciais até a construção dos prédios residenciais estarem concluídas.

Gráfico 1: Quadro de Justificativas das Remoções da Região da Providência

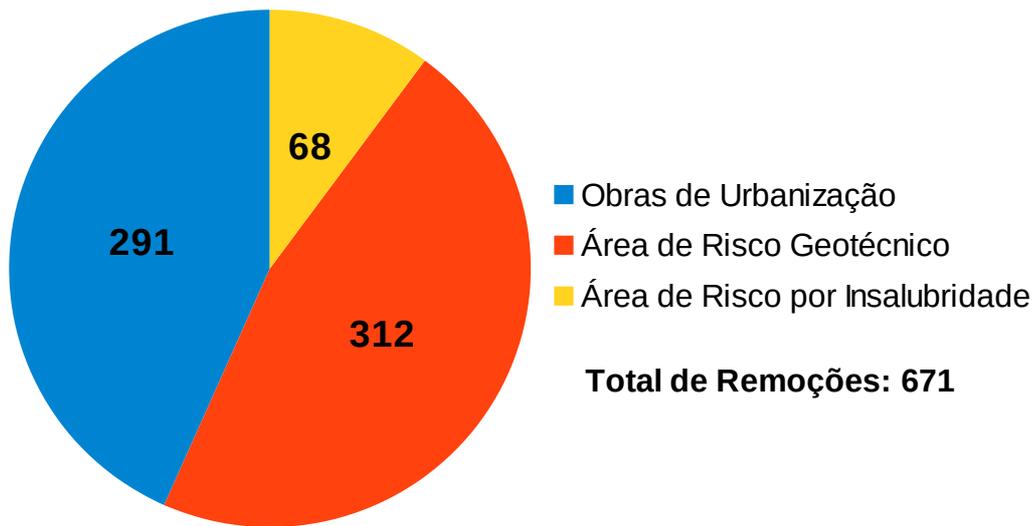
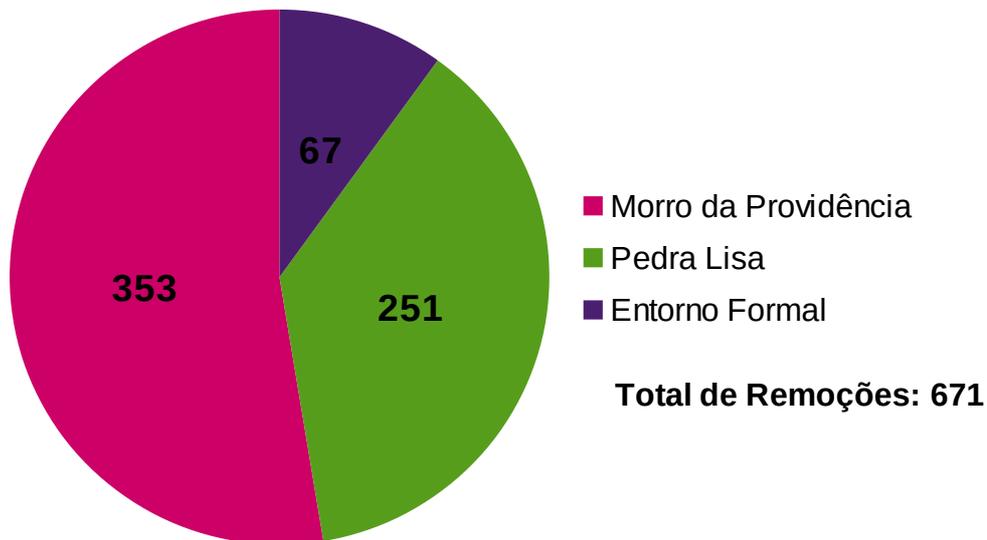


Gráfico 2: Panorama de Distribuição das Remoções



(Fonte: Elaboração própria, 2016)

Como assinalado no primeiro capítulo (1.2.3), a previsão era de que fossem construídas nas mediações do Morro da Providência cinco empreendimentos habitacionais para reassentamentos

vinculados ao Morar Carioca, e outros três empreendimentos vinculados ao programa federal Minha Casa, Minha Vida – MCMV (Tabela 3). Tendo em vista que o número estimado de moradias a serem removida dessa comunidade girava entorno de 671, somando a produção habitacional do projeto de urbanização municipal, mais as unidades ofertadas pelos outros programas existentes, teoricamente, as necessidades de realocação estariam atendidas, uma vez que resultariam num total de 749 unidades habitacionais, como indicado na tabela 3.

Tabela 3: Previsão de Empreendimentos Habitacionais para Reassentamento no entorno imediato do Morro da Providência

Programa	Localização	Unidades Habitacionais
Morar Carioca	Ladeira do Faria	49 Uhs
Morar Carioca	Centro Histórico	4 Uhs
Morar Carioca	Ladeira do Barroso	20 Uhs
Morar Carioca	Rua do Livramento	15 Uhs
Morar Carioca	Rua Nabuco de Freitas	118 Uhs
Subtotal Morar Carioca		206 Uhs
MCMV	Rua da Gamboa e Rua João Álvares	94 Uhs
MCMV	Rua Cardoso Marinho	100 Uhs
MCMV	Rua Audomaro Costa	349 Uhs
Subtotal MCMV		543 Uhs
TOTAL		749 Uhs

(Fonte: Elaboração própria, 2016)⁴⁸

A ideia do projeto baseava-se na participação e no envolvimento da população beneficiada em todas as etapas, buscando construir soluções de consenso e comprometimento de todos, visando o sucesso

⁴⁸ Cardoso (2013) mais uma vez utiliza dados díspares, onde, segundo a planta geral de urbanização do Morar Carioca-Providência estaria prevista a produção de 639 unidades habitacionais, sendo 131 dessas unidades ofertadas apenas no conjunto Nabuco de Freitas, único empreendimento habitacional desse programa que encontrava-se em andamento. Frisa-se mais uma vez que os dados aqui utilizados nessa dissertação tomam como referência os documentos oficiais disponibilizados pela prefeitura e que integram a Ação Civil Pública aberta pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em defesa dos moradores da Providência contra as violações do projeto Morar Carioca. Ao longo de todo o processo, no entanto, o município não apresenta o projeto o Morar Carioca de fato, mas sim o material elaborado pelo PAC II destinado a essa comunidade. Segue-se a questão sobre as dificuldades de se delimitar financeira e institucionalmente, até que ponto os programas se complementam ou mesmo se sobrepõem.

do projeto urbanístico e a real melhoria das condições de habitabilidade da população objeto da relocação. Sabendo que esse é um momento delicado, já que afeta diretamente as famílias, a previsão era que a remoção seria precedida de entendimento e aceitação, por parte das famílias a serem relocadas, acerca dos objetivos, condições e benefícios do projeto, onde também seriam considerados os investimentos realizados por essas famílias na produção de suas moradias e reconhecido o direito titular desta benfeitoria, independente de sua irregularidade do ponto de vista legal. A remoção de fato só ocorreria quando a frente de obra de um determinado local específico já estivesse aberta. Assim era necessário realocar as famílias e imediatamente promover a intervenção física nas áreas onde as casas estavam localizadas para que não houvesse reocupação dos terrenos já liberados. Na prática porém, a realidade é vivenciada de outras formas, ganhando outros contornos. Se pararmos para pensar no modo como os processos de remoção eram promovidos décadas atrás, vemos que o avanço na construção de tais modalidades e arranjos não são óbvios e nem devem ser considerados como algo dado. Fruto de décadas de embates entre populações removidas e Estado, tais procedimentos consolidam determinados percursos e gozam de certas institucionalidades. O que não significa dizer que por vezes alguns critérios dessas modalidades não sejam construídos de modo frágil e nem que não apresentem defeitos e contradições.

A arena política, enquanto complexo campo de combate também possui seus limites e as modalidades de negociação apresentadas pelo Estado não são isentas de falhas e muito menos de críticas. Rogério aponta algumas questões a respeito da abordagem estatal a partir da experiência vivida pela sua família e de casos próximos que acompanhou ao longo do processo de negociação. No que se refere a primeira alternativa que prevê a indenização em moeda corrente a partir de prévia avaliação do imóvel por parte do município, ele chamava atenção para dois pontos. O primeiro se estabelecia sobre o modo como tal avaliação era realizada, como já assinalado antes nessa dissertação, construindo poucos canais de diálogo e esclarecimento com o morador. O segundo ponto se colocava sobre aos valores ofertados. Na teoria, a prefeitura estava autorizada a pagar o teto de até 75 mil reais por casa, porém na prática essa opção não chegava nem a 25 mil reais. A oferta de ressarcimento feita à família Lourenço foi baixíssima, chegando a ser quase irrisória segundo meu interlocutor. Basicamente impossibilitava a compra de outro imóvel, não sendo suficiente nem para a aquisição de uma quitinete nas redondezas, uma vez que a especulação do preço do solo urbano se configurou como um aspecto agregado, senão um dos efeitos, das políticas de transformação urbana na região portuária.

A segunda opção de negociação, que diz respeito à compra assistida pela SMH, parece que foi uma alternativa que acarretou muitos transtornos e que teve que ser repensada por parte da prefeitura. O

caso de Vanessa serve como exemplo de alguns dos problemas acerca dessa modalidade de negociação que não parece ter conseguido solucionar aquilo que originalmente se propunha. Vanessa habitava um dos prédios localizados em frente a antiga praça Américo Brum e teve sua casa ameaçada por justificativa de área de risco. A moradora optou pela compra assistida junto a SMH. Ao longo do processo de negociação porém, não houve tramite do registro da propriedade, apenas a entrega de um documento assinado pela SMH mas que segundo a moradora não tinha valor algum. O documento entregue a Vanessa sem dúvida formaliza uma transação que dá em algum grau legitimidade a mesma e regula um acordo entre as partes. O fato porém da SMH não seguir todas as formalidades necessárias, não entregando exatamente o documento específico que as instâncias da justiça formal reconhecem, como por exemplo a escritura da casa, não assegura a regularização de sua situação.

No caso dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV, as pessoas têm acesso ao título de posse da propriedade após cinco anos de permanência. Já no caso dos conjuntos referentes ao projeto municipal Morar Carioca, falta clareza sobre como esse procedimento funciona e o tempo que leva até a situação do morador se regularizar. O caso de Vanessa, no entanto, dizia respeito à compra assistida e não ao encaminhamento à políticas habitacionais. Isso não quer dizer não exista um percurso estabelecido pela prefeitura que busque garantir a formalização e a regularização do morador em tal condição. O ponto aqui é que as temporalidades que levam esses processos são tratadas como informações triviais e o fato dos mesmos serem conduzidos em desconhecimento da população alvo, resulta na não resolução, senão no agravamento do problema, como no caso de Vanessa. Nessa circunstância, se sentindo mais vulnerável depois de tal acordo e com dificuldades de bancar o novo estilo e custo de vida, Vanessa, que havia saído e se mudado da comunidade, volta a morar na Providência, porém em local diferente daquele de origem. Segundo Rogério um outro impasse surgido foi quando foi realizada a compra de uma posse de um terceiro, que no caso não era o proprietário, mas o inquilino, e que até hoje segue sem resolução.

A terceira modalidade de negociação traz consigo uma série de fatores que me parecem pertinentes serem adicionados à equação que aqui se tenta desenhar, já que tais apontamentos não são aleatórios mas foram aspectos que marcaram com recorrência as falas dos meus interlocutores. A começar que muitos ameaçados de remoção se sentiram coagidos a fazerem o cadastro sem nem saber o que o mesmo significava, o modo como tais informações seriam processadas e no que desenrolariam. A falta de esclarecimento desorienta e o medo de ficar sem absolutamente nada, era algo real. Esse cadastro dizia respeito a possibilidade de acesso a uma casa em um dos conjuntos habitacionais

previstos pelo projeto Morar Carioca ou ao encaminhamento ao programa Minha Casa, Minha Vida construído nas imediações do Morro da Providência. As pessoas, no entanto, eram pressionadas a preencher o cadastro como garantia de recebimento de uma casa futura, porém em certas circunstâncias isso era realizado sem lhes serem oferecidas as outras possibilidades de negociação, dando a impressão que essas outras opções eram desestimuladas.

Enquanto as obras dos loteamentos não estivessem concluídas lhes restavam apenas a oferta do aluguel social, que Rogério alegava ser uma alternativa inviável em função seu baixo valor. Duas colocações aqui despertavam a incerteza, a insegurança, se não a desconfiança dos moradores que se encontravam em tal configuração, frente a ação estatal. A primeira era que o montante de 400 reais distribuídos mensalmente por família, em grande medida não era suficiente para que as mesmas conseguissem custear suas permanências até a finalização das obras das unidades habitacionais. Tendo em vista a acelerada valorização imobiliária na qual o a região portuária como um todo, e a Providência inclusive, vinham passando, os valores pagos eram bem inferiores aos valores dos aluguéis cobrados nos arredores e nos espaços que tradicionalmente foram o locus de reprodução social de suas vidas. A segunda colocação dizia respeito à condição temporal desse benefício, uma vez que era concebido como algo provisório. Inicialmente a sustentação da manutenção do pagamento do aluguel social se daria por quatro meses, podendo ser prorrogado até que a casa ficasse pronta. Porém, em dezembro de 2012, das 749 unidades habitacionais anunciadas, especificamente das 206 vinculadas ao projeto Morar Carioca, apenas 52 do conjunto Nabuco de Freitas foram entregues. Ou seja, até esse momento havia ali famílias que estavam há mais de um ano vivendo na condição do aluguel social, e em setembro de 2014, muitas outras seguiam aguardando a finalização das 66 unidades habitacionais restantes previstas para esse empreendimento.

Em um dado momento do trabalho de campo, caminhando pela parte mais alta da Providência junto a Edson e Rogério, chegamos a um dos mirantes construídos pelo Favela-Bairro. Dali de cima era possível avistar a região da Pedra Lisa, a qual Edson relatava casos de desmoronamento, dando ênfase a um específico ocorrido na década de 1970. Ali, não muito distante, localizado próximo as linhas férreas, avistávamos também o conjunto habitacional Nabuco de Freitas, que mesmo não estando com as obras finalizadas, já havia pessoas morando. As casas entregues tinham entorno de 48 metros quadrados distribuídos por dois quartos, sala, cozinha e banheiro. No entanto, Rogério contava os aborrecimentos que parte dos moradores se deparavam ao ocupar a nova habitação – “as casas nem estão prontas ainda e já tem gente morando. A construção e o acabamento lá são mal feitos, as pessoas têm problemas com as descargas que não funcionam. O vão entre a porta e o chão

é de mais de 20 centímetros. Não é só rato que passa ali não, é gente mesmo!”. Para ele a precariedade das instalações não fazia do conjunto habitacional uma ideia atraente, tendo em vista que por vezes as pessoas encontravam condições ainda piores do que aquelas que antes vivenciavam na comunidade.

Meu interlocutor chamava atenção também para os altos custos financeiros de se morar ali. A regularização pode implicar na inserção em uma dinâmica de gastos bem diferente daquela em que muitos antes se encontravam, dado “o início do pagamento de taxas das quais a ilegalidade em que viviam os isentava” (Machado, 2013: 16). A lógica da formalidade pode representar um salto muito grande em termos de despesas e tornar-se insustentável. Assim completava Rogério – “muitos não se adaptam, não conseguem pagar todas as contas, o IPTU e aí querem voltar”. A questão aqui me parece ser que a manutenção da lógica da formalidade nem sempre consegue dar solução para o modo como lidamos com a pobreza urbana.

Enquanto perdurasse a lista de inscritos pela secretaria, aguardando a conclusão dos loteamentos, as pessoas iam vivendo de aluguel social, porém muitas não conseguiam arcar com tais dinâmicas. A pressão moral por parte da SMH associada ao atraso das obras e a falta de perspectiva e resolução, fez com que muitas famílias aceitassem ofertas de moradias do programa MCMV, não sendo porém encaminhadas àquelas previstas nas adjacências do Morro da Providência, mas sim a empreendimentos localizados na zona oeste da cidade, em terrenos menos concorridos e mais baratos. Segundo o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014), a *periferização* é uma prática continuamente apontada no tratamento das políticas de habitação no que se refere às comunidades atingidas, onde muitos moradores são “expulsos” para locais longe de suas redes de apoio. Para Rogério esses apartamentos ficavam muito distantes da região central e de seu local de origem, em bairros como Brás Pina, Santa Cruz, Senador Camará e Bangu, e esse tipo de proposta não condizia com as necessidades e demandas de sua família. Aqui faz-se necessário colocar a questão sobre como as políticas habitacionais estão alterando a dimensão espacial da cidade e como isso não se restringe apenas a mudanças do perímetro urbano. O estímulo, senão incentivo, promovido pelas políticas públicas para que famílias de baixa renda deixem o centro, não só provoca novos vazios urbanos (Cardoso, 2013) como gera um deslocamento das necessidades dessas populações para regiões mais afastadas. Em alguma medida isso precariza e vulnerabiliza ainda mais certas áreas da zona oeste, intensificando as tensões decorrentes do aumento de demandas por serviços e equipamentos públicos nessa região.

Muitos dos elementos aqui assinalados, já foram apontados décadas atrás em trabalhos como o de Perlman (1977) e Valladares (1980). Ainda que em condições distintas, no livro *Passa-se uma casa*

(1980), Lícia Valladares analisa o programa de remoção das favelas cariocas nas décadas de 1960 à 1970 e mostra que por mais em conta que sejam as alternativas de habitação propostas pelo governo, muitas vezes ela ainda está acima das reais possibilidades das famílias de baixa renda. Por sua vez, na obra *O Mito da Marginalidade* (1977), Janice Perlman, a partir da análise da remoção da favela da Catacumba para os conjuntos habitacionais, mostra como que o deslocamento para áreas distantes dos locais de trabalho, a deficiência da oferta de transportes, a ruptura dos laços de sociabilidade desenvolvidos na favela de origem e a péssima qualidade das casas oferecidas, compunham parte do universo dos motivos que faziam com que muitos moradores reagissem ao processo de remoção. Esse conjunto de razões elencado pelas autoras, fazia com que muitos dos removidos retornassem às favelas após venderem suas casas nos conjuntos habitacionais, o que mostra em alguma medida a deficiência da resposta estatal ao adotar tal estratégia como solução.

Retornando a análise do caso estudado, das 671 remoções previstas, abrangendo toda a Área de Especial Interesse Social – AEIS do Morro da Providência, em dezembro de 2012, 198 famílias já haviam negociado com a SMH. Dessas, 16 famílias haviam optado pela indenização em dinheiro, 31 pela aquisição assistida, 109 se encontravam no aluguel social aguardando a entrega das unidades habitacionais e outras 42 seguiam em curso de negociação. Isso não significava que as famílias restantes fossem contrárias à desocupação e ao projeto, mas que processos de negociação ainda seriam iniciados junto a SMH. Segundo a prefeitura 13 famílias se colocavam opostas à desocupação, e elas encontravam-se distribuídas nas seguintes linhas de frente: três famílias na Ladeira do Barroso, onde haveria a implantação de um dos empreendimentos habitacionais do projeto municipal com 20 Uhs, uma família na Ladeira do Faria, onde estava prevista a construção do Centro Esportivo e nove famílias na escadaria onde seria instalado o Plano Inclinado. Ao final desse mesmo ano, no entanto, o Morar Carioca não só já havia sido embargado no Morro da Providência, como a essa altura sua estrutura como um todo já começava a se dismantelar. Não obstante, até o final de 2016, uma série de vestígios das intervenções do programa perduravam sobre esse território e nesse cenário, junto ao mar de efeitos e impactos ali provocados, a casa da família de Rogério seguia firme, parecendo um marco de resistência local.

Para promover a implantação do Plano Inclinado na Ladeira do Barroso era necessário realocar as famílias e demolir 27 moradias⁴⁹ localizadas no lado esquerdo da escadaria, para que assim esse equipamento de mobilidade pudesse ser instalado. Em dezembro de 2012, um terço dessas 27 famílias seguiam buscando melhores condições de negociação, já que as opções oferecidas pela

⁴⁹ Aqui há uma variação nos documentos apresentados pela prefeitura sobre a quantidade de domicílios a serem removidos. Alguns documentos indicam 27 domicílios enquanto outros indicam 25. Adotarei a maior quantidade como referência, tendo em vista que esse foi o número indicado com maior frequência nos documentos apresentados pela prefeitura ao longo do processo judicial que resultou no embargo desse projeto.

prefeitura não lhes satisfaziam. Anos depois, em abril de 2015, durante o trabalho de campo dessa pesquisa, ao olhar para a escadaria do Barroso de baixo para cima (Figura 8), pude reparar que quase todas as casas do lado esquerdo haviam sido demolidas. Das nove famílias que ali se mantinham e eram classificadas pela prefeitura como contrárias ao projeto, apenas três restaram. A casa onde mora a família de Rogério, uma casa um pouco menor acima da deles, que também pertence à família e que eles alugam, e a casa debaixo da deles, do senhor Adolfo foram as únicas que remaneceram no local.

Figura 8 e 9

Figura 8: Escadaria do Barroso

Aqui apenas três casas resistiram ao processo de remoção que visava implantar o Plano Inclinado, já nesse momento previsto para o lado esquerdo da escadaria. Todas as outras casas foram demolidas. Atualmente o projeto encontra-se embargado por inobservância de parâmetros legais por parte da prefeitura.



(Fonte: autoria própria, 2015)

Figura 9: Renderização do Plano Inclinado

Imagem é fruto de uma projeção digital gerada a partir daquilo que o projeto visava desenvolver. Chama-se atenção para o fato de que, em janeiro de 2011, de acordo com tal projeção, o Plano Inclinado estava previsto para ocupar o lado direito da escadaria do Barroso.



(Fonte: prefeitura do Rio de Janeiro)

Senhor Adolfo relata ter sofrido muito assédio por parte da prefeitura ao longo do processo, mas ele não queria sair de lá. A individualização das negociações era um aspecto que fazia parte do repertório de ações da equipe da SMH, tendo em vista as configurações particulares de cada

habitação, onde em uma avaliação se buscava levar em conta o número de pessoas que ali residiam e onde era realizado um cálculo, uma estimativa, talvez um tanto quanto reducionista, acerca dos investimentos familiares na construção material de suas moradias. No entanto, devido a falta de clareza na apresentação e discriminação dos motivos que resultavam nos valores finais ofertados a cada família, e isso oscilava bastante de acordo com as variáveis aqui apontadas, uma das consequências geradas com a individualização foi o início de uma série de conflitos e intrigas dentro do grupo de pessoas ameaçadas. Se em parte o fato dos moradores se posicionarem uns contra outros dificultava a ação coletiva daqueles que ali buscavam melhores condições de negociação ou até mesmo se colocavam opostos ao projeto e ali queriam permanecer, por outro lado, não sei dizer até que ponto a prefeitura se utilizava dessa fragilidade e exercia ainda mais pressão sobre essas pessoas, exacerbando a conduta de falta de diálogo, já que em alguma medida isso facilitava a viabilização do projeto. Não sabendo muito bem como resistir frente a pressão por parte da prefeitura, finalmente senhor Adolfo enfatizou que só sairia de lá tendo as mesmas condições oferecidas à família Lourenço, como e quando a mesma conseguisse uma oferta a altura.

Um outro quesito mencionado por Rogério não se colocava tanto sobre as formas de negociação, mas sim sobre a produção dos motivos indicados a cada caso de remoção. Como que para ele as justificativas atribuídas pareciam plásticas, maleáveis e por vezes, até mesmo, obscuras. Rogério explica que inicialmente todas as casas dos dois lados da escadaria do Barroso foram marcadas para dar lugar ao Plano Inclinado. Segundo informações internas do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, foi apresentado pelos defensores públicos um novo projeto alegando a falta de necessidade de um equipamento tão largo, tendo em vista que com a readaptação técnica diminuiria pela metade o número de removidos. Observando a imagem renderizada⁵⁰ divulgada pela SMH em janeiro de 2011 (Figura 9), a sugestão de mudança parece ter sido considerada. No entanto, olhando a escadaria de baixo para cima, apesar da modificação para um projeto um pouco mais estreito, tal imagem indica que sua instalação ainda estava prevista para o lado direito. O morador continua seu relato me informando que quando os técnicos vieram verificar a área, descobriram que embaixo das casas do lado direito passa uma tubulação da CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos – e que esta não poderia ser alterada. O projeto deste modo teve que

⁵⁰ Segundo Rabossi (2013) a renderização é uma técnica que toma como base projetos, imagens e fotografias e através de sofisticados programas de computação torna cada vez mais realista e apurada a projeção das imagens do que tal projeto pode vir a ser. Ainda que relativamente recente, a possibilidade de realizar tais projeções ganha cada vez mais espaço junto às políticas de intervenção urbana. Essas imagens divulgadas a respeito de uma realidade futura, baseiam-se em uma estética da ordem e ao criar projeções cada vez mais realistas, mesmo que virtuais, não somente guiam as ações dos projetos de urbanização, como produzem efeitos no imaginário das pessoas. A partir da imagem do que tal intervenção pode vir a ser, tais projeções vão alargando as possibilidades de realização de determinados projetos. Ainda que os mesmos não cheguem necessariamente a se concretizar ou que as coisas não saiam conforme o planejado, em alguma medida essas projeções vão consolidando caminhos, tornando suas implementações cada vez mais próximas.

ser novamente readaptado, centrando-se por fim sobre o lado esquerdo da escadaria. A maioria das famílias com que tive contato ao longo do campo teve sua casa marcada em função as obras de urbanização, sobretudo devido a instalação de equipamentos de mobilidade.

No quadro dos domicílios que ocupavam a escadaria do Barroso, a previsão inicial era que todos os 27 domicílios acima indicados seriam realocados especificamente para dar lugar ao Plano Inclinado. Digo aqui previsão inicial pois me pareceu que esse levantamento ainda contemplava o primeiro esboço, onde ambos os lados da escadaria se constituíam como foco de remoção. Uma vez alterado o delineamento do desenho do projeto, não foram divulgados dados apurados sobre a estimativa de casas a serem removidas nesse novo arranjo. No entanto, partindo ainda do montante inicial divulgado, poucos foram os casos das moradias que eram simultaneamente atribuídas o argumento da área de risco. Do total de 27, a apenas dois domicílios houve sobreposição de justificativas⁵¹, incluindo aí o motivo de realocação em razão da alegação da área de risco geotécnico e não por insalubridade, como ocorreu com frequência nos casos da Ladeira do Faria. Concomitantemente ao argumento das obras de urbanização, a casa onde mora a família Lourenço e a casa do senhor Adolfo foram classificadas como localizadas em área de risco.

Rogério via com ceticismo a justificativa do risco por achar que esse não era um argumento neutro, mas interessado e político. A partir de um discurso tecnicista baseado na expertise dos agentes da SMH, a prefeitura pressionava os moradores lançando mão do discurso da urgência nos casos de riscos geotécnicos, o que consequentemente limitava, se não desmontava o pouco de agência dos que ali resistiam. Não se discute que no Morro da Providência há realmente inúmeras moradias localizadas em áreas classificadas como de risco, a questão aqui se coloca sobre o modo como tais classificações são feitas, como se lida com tais locais e o que de fato essa noção representa.

Gonçalves (2013) analisa a relação entre as fortes chuvas que atingiram o Rio de Janeiro e sua região metropolitana em 5 abril de 2010 e a adoção do uso indiscriminado da noção de risco para justificar remoções na cidade. O caso mais emblemático deste incidente ocorreu em Niterói, onde o deslizamento do Morro do Bumba resultou em centenas de pessoas mortas e desabrigadas. As últimas medidas municipais em grande escala visando a urbanização de favelas haviam sido realizadas anos antes pelo Favela Bairro, porém poucos foram os investimentos da prefeitura na conservação e manutenção dessas obras. A enxurrada em abril de 2010 fez com que o poder público em suas diversas esferas se reposicionasse frente ao ocorrido, tomando uma série de decisões. Dois dias depois, em 07 de abril de 2010, a prefeitura do Rio de Janeiro declarou situação de emergência,

⁵¹ Mais uma vez o parecer técnico contesta os laudos da prefeitura indicando números díspares. Partindo de um universo de 33 realocações previstas para a instalação do Plano Inclinado, 25 seriam realocadas sob a justificativa de obras de urbanização, enquanto 8 se dariam por se localizarem em área de risco.

promulgando o decreto nº 32.081 que mesmo sem o consentimento dos moradores autoriza a entrada das autoridades administrativas e agentes da Defesa Civil nas residências afetadas pelas chuvas, com o intuito de prestar socorro ou determinar evacuações imediatas. Já em 13 de abril de 2010, o governo estadual promulga o decreto nº 42.406 que oferece subvenções, atingindo um bilhão de reais, aos municípios afetados pelas enchentes.

O Ministério das Cidades por sua vez, em função das chuvas torrenciais que atingiram o Rio de Janeiro em 2010, altera a ordem de acesso aos apartamentos dos conjuntos habitacionais do programa federal Minha Casa, Minha Vida, onde os critérios de prioridade de obtenção passam a ser: 1. Famílias chefiadas por mulheres; 2. Famílias com deficientes físicos; 3. Famílias que moram em área de risco. Desta forma o governo do Estado passa a comprar conjuntos habitacionais que estavam quase prontos e que estariam sendo colocados para sorteio para as pessoas que teriam acesso de modo convencional, via cadastro, e passa a alocar as famílias localizadas em áreas de risco, em especial aquelas impactadas pelas chuvas de 2010.

O Ministério Público do Rio de Janeiro e o próprio governo federal passam a pressionar tanto o estado, quanto o município a tomar todas as providências cabíveis visando minimizar o risco, com o objetivo último de evitar novas tragédias decorrentes de chuvas em áreas favelizadas, procedendo inclusive à remoção de edificações e reassentamento de moradores, desde que esgotadas as outras medidas possíveis e assegurado às famílias o seu direito à moradia. Assim, através de dispositivos legais, estabelece-se um emparelhamento, uma – “gambiarra” –, onde alarga-se o repertório e criam-se procedimentos que tornam mais fácil promover a remoção das pessoas ao denominar determinado lugar como área de risco. Telles (2013) nos chama atenção de como as leis e os códigos têm efeitos de poder e como condicionam o modo como as atividades e as práticas se estruturam. As mesmas circunscrevem deste modo relações de força e campos de tensão que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme as vigências das variadas formas de controle. Essas fronteiras, no entanto, são politicamente sensíveis, resultado da incansável disputa acerca dos critérios de legitimidade dos ordenamentos sociais.

Os agentes estatais colocam que o que está em jogo é a vida das pessoas. A emergência da noção do risco, passa a compor e integrar os elementos que norteiam as políticas urbanas, especialmente aquelas direcionadas as favelas. Para a prefeitura o argumento sobre o risco, diferente do que Rogério coloca, se construiria muito mais sobre aspectos técnicos, do que políticos de fato. No entanto, pode haver uma confluência perversa no modo como tal noção é utilizada. O laudo técnico que atesta o risco é um documento revestido de grande importância, dado o que representa e as consequências que evoca. No Rio de Janeiro ele é emitido somente pela GEO-Rio, órgão integrado

à Administração Municipal, que realiza avaliações e define as condições e as possibilidades de implementação de trabalhos visando à estabilização do terreno. Além das grandes dificuldades de acesso aos documentos e relatórios produzidos, Gonçalves (2013) aponta como que a ampla instrumentalização da noção de risco, de certa forma obscurece a dimensão política de produção dessa informação. Travestida em uma tecnicidade pretensamente impessoal, tal produção dificulta a contestação por parte dos moradores atingidos e dota os técnicos desse órgão de imenso poder já que não estabelecem o diálogo entre os diversos outros atores envolvidos.

Isso não se restringe a levar a discussão sobre o risco apenas aos moradores das áreas assim consideradas, as lideranças e instituições locais, algo que segundo meus interlocutores não ocorreu de fato no caso do Morro da Providência, mas diz respeito também a ampliar o espectro desse debate. Gonçalves traz a questão de que a noção de risco também é uma construção social e que para tanto não se esgota apenas sob o ponto de vista técnico e objetivo. Isso não é negligenciar ou desqualificar a importância dos estudos técnicos, mas reconhecer que há uma dose de subjetividade que entra em disputa na definição de seu significado. Não a toa faz-se necessário uma maior reflexão sobre o tema junto a outros atores que dessa disputa participam como conselhos, entidades e outros órgãos técnicos, como o CREA, CAU, CRESS, IAB, OAB⁵², Clube de Engenharia, órgãos da Defesa Civil, assim como outros órgãos da prefeitura (Gonçalves, 2013).

Nessa margem temporal entre um programa e outro, entre a implementação do Favela-Bairro e o Morar Carioca, não é somente a realidade da comunidade que muda, variando entre a expansão de determinados setores e regiões e a redução de outros, altera-se também o próprio modo como tais classificações são realizadas, incorporam-se tecnologias, atualizam-se procedimentos. O próprio sentido daquilo que é definido como risco varia. A GEO-Rio é o mesmo órgão que durante o Favela-Bairro, emitiu laudos sinalizando que obras de contenção solucionariam o problema de grande parte das áreas de risco do Morro da Providência. A atualização desses laudos, incorporados pelos relatórios do Morar Carioca só corrobora com a discussão sobre como há uma dimensão difícil de dar conta acerca da noção de risco. No Morar Carioca estavam previstos investimentos em obras de contenção, no entanto, ainda assim um alto número de moradias estavam ameaçadas de serem removidas em função do argumento do risco.

O Inventário de Riscos do Morro da Providência, Pedra Lisa e arredores, utilizado no Morar Carioca, foi produzido em dezembro de 2010 pela GEO-Rio via Concremat Engenharia. A empresa foi contratada pela prefeitura após as chuvas de abril de 2010 para realizar esse tipo de mapeamento

⁵² CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo; CRESS – Conselho Regional de Serviço Social; IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil; OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

em diversas favelas da cidade, onde indica o nível do risco através de escalas classificadas em zonas de alto, médio e baixo risco. No caso específico da área da Providência foram identificadas duas regiões distintas no que se refere ao risco geológico, classificadas como zonas de “alto risco” e de “baixo risco”. Na teoria, o município estaria autorizado a proceder de forma compulsória à retirada dos moradores que se encontravam em tal situação. No entanto, a medida da remoção em função do risco deveria ser utilizada em última instância, especialmente direcionadas às circunstâncias classificadas como de alto risco geológico e quando todas as outras alternativas de estabilização do terreno e minimização dos riscos já tivessem sido esgotadas. Na prática, porém, a prefeitura busca ampliar o alcance, alargar o espectro de aplicação em que tal procedimento se enquadra, tentando fazer uso da remoção compulsória inclusive para casos que não se justificavam em função do argumento do risco, mesmo que isso ocorresse sem respaldo jurídico.

A crítica aqui se constrói sobre o uso indiscriminado e indistinto desse procedimento, carecendo inclusive de precisão técnica na identificação dos fatores assim classificados como de risco. A dinâmica de confecção dos mapas de risco geralmente utiliza tecnologias de fotografias via satélite. Essa classificação, no entanto, não deve se limitar a uma leitura distanciada. Uma vez identificado o alto risco de uma área, Gonçalves (2013) salienta a necessidade de um novo balanço e investimento por parte do órgão responsável, no caso a GEO-Rio, partindo para avaliações em uma escala mais micro, que incluía exaustivas visitas a campo a fim de confirmar a especificidade do risco de fato, assim como os possíveis métodos que poderiam resultar na mitigação do quadro detectado.

O parecer técnico realizado em outubro de 2011 pelo engenheiro Maurício Campos dos Santos e pelo arquiteto Marcos de Faria Asevedo, ambos vinculados ao CREA/RJ, contestam os relatórios emitidos pela GEO-Rio/Concremat e questionam a forma generalista, senão arbitrária como foi realizada a identificação do risco na área da Providência. Os profissionais são responsáveis pela elaboração do documento também chamado de “contralaudo”, em referência ao laudo de risco que justifica as ações de remoção da SMH. O trabalho produzido nesse relatório foi essencial para os moradores ameaçados pelas obras do projeto urbanístico. Nas informações elencadas em tal documento, demanda-se uma avaliação mais criteriosa e cuidadosa por parte da prefeitura no mapeamento desenvolvido na região e se põe em xeque a seletividade e a precariedade técnica utilizada nos laudos de interdição que legitimam parte do processo de remoção ali promovido. Santos e Asevedo (2011) indicam ainda a utilização de uma classificação genérica acerca dos critérios de hierarquização dos riscos na área da Providência, não baseada em qualquer estudo técnico que comprovasse a alegada situação de fato.

Para Bolt (2016) a fronteira sobre a formalidade nem sempre se coloca de modo muito preciso.

Desse modo as discussões sobre disponibilização dos documentos oficiais, sobre acesso a informação e sobre transparência, são cruciais dentro do quadro que aqui se desenha. Essas discussões são de suma importância não somente porque em dada medida mostra como a utilização da noção de risco pode ser sim permeada por interesses políticos, mas para além disso, revela o poder que tais documentos exercem na governança das pessoas e dos espaços, assim como as consequências e efeitos de seus usos. Em dada medida, esses documentos representam a institucionalização da formalidade. Ali, tal relatório atesta o risco.

Segundo Santos e Asevedo (2011) as moradias que no Morro da Providência especificamente se encontravam classificadas como em situação de risco geológico, e aqui exclui-se a região da Pedra Lisa, coincidentemente situavam-se em áreas onde estavam previstas intervenções do projeto de urbanização, como a implantação de áreas de lazer e de equipamentos de mobilidade, como o foi o caso do Plano Inclinado e do Teleférico. O que se vê por parte da prefeitura via SMH é a tentativa de uso de tal mecanismo para criar gambiarras, sobrepondo justificativas e legitimando a demolição de casas e a remoção de pessoas, sem apresentar os estudos técnicos que comprovasse a existência do mesmo. Ora, se isso por um lado dá pouca margem de contestação, por outro ajuda a viabilizar a implantação do projeto nos termos propostos, ganhando inclusive força e respaldo social dado a comoção que provoca junto a sociedade em geral, onde a intervenção sobre tais áreas é apresentada como uma demanda urgente e necessária para as pessoas que ali moram e também para a cidade. Ao basear o argumento do risco, única e exclusivamente na tecnicidade e expertise dos agentes estatais, como se fosse uma “verdade absoluta”, pode-se esbarrar numa dimensão equivocada, já que o modo como o argumento é apresentado no caso da Providência parece ser permeado por outros elementos e interesses que seguem ocultos na construção e no uso de tal conceito. Extrapolando o argumento, essa discussão pode-se desdobrar inclusive para o debate sobre o que de fato há de formal na formalidade e como se constroem e se fundamentam essas práticas estatais.

Telles (2013) nos mostra como são justamente nessas passagens entre as fronteiras porosas do formal e informal, legal e ilegal, ou até mesmo o ilícito, que tornam-se claras as complexidades e contradições que se dão sobre os agenciamentos políticos. Como que os mesmos condicionam, permitem, bloqueiam, filtram e direcionam determinadas práticas e processos. Essas fronteiras estão longe de serem lineares e muito menos dicotômicas. Mas é justamente nesses espaços transitórios, nesses pontos de fricção que conseguimos entender de modo mais amplo como que as configurações estatais se dão de forma embaralhada e intrincada. Como que os acordos vão se construindo primeiro a um nível de discurso, das práticas sociais e de outras formas de regulação inscritas nesses espaços situados, para depois tentar se legitimar, deslocando e redefinindo essas

próprias fronteiras.

O Estado por sua vez se produz ao produzir suas próprias margens. O que se buscou realizar ao longo desse trabalho, mesmo que brevemente, foi costurar algumas das negociações em jogo entre os recentes projetos ali implementados para mostrar como a região da Providência se constituiu como foco de sucessivas políticas públicas, como essas tentativas de intervenção foram mobilizadas na prática e o que elas provocaram. O que podemos perceber não é a ausência do Estado nesses espaços transitórios, mas sim seu oposto. Cravado na vida cotidiana, o Estado apenas assume outros modos e configurações distintas de atuação (Das e Poole, 2004 apud Machado, 2013). No entanto, ao mesmo tempo que Estado e margem se coproduzem, geram também zonas de ambiguidades, o que Telles (2013) denomina como fronteiras incertas. O que se vê nessas zonas é certa flexibilização das disposições jurídicas, uma supressão circunstancial, senão pragmática, do caráter performático das normas estatais. Justamente as mesmas que ao codificar tudo aquilo o que regulam e mensuram, geram ao mesmo tempo o seu oposto, o que elas não cobrem ou o que lhes escapa. Porém é inegável que concomitantemente, ao se produzir a partir de suas margens, o Estado se produza também sobre as mesmas.

A discussão a partir da reprodução da lógica da dualidade entre aquilo que está dentro e o que está fora da norma não é irrelevante, mas em certo ponto se apresenta como uma perspectiva restrita já que parece oferecer menos material que dê conta da realidade social cotidiana. Como lidar, por exemplo, com o fato de que as atuações estatais em tais territórios, por vezes se configuram como práticas extrarregulares? Isso não implica dizer que ali não exista outras formas de regulação, mas sim que o modo como a mesma é realizada escapa inclusive as normas que o próprio Estado produz. A inadequação no uso de alguns procedimentos e a falta de apresentação de determinados documentos talvez mostre como a questão não se esgota ao detectar a irregularidade e o descumprimento da ordem, mas mostra como o que o Estado se faz de modo muito mais complexo e que extrapola também aquilo que os dispositivos jurídicos tentam dar conta. Isso não isenta o mesmo das normas legais aplicáveis, no entanto é curioso ver como na prática o Estado faz uso desses mesmos critérios como argumentos, que talvez não tenham nisso seu fim, mas que acabam hierarquizando, discriminando e marginalizando populações, territórios e atividades. O ponto talvez seja que o Estado não deve ser entendido como uma entidade unitária, portadora de uma racionalidade única, mas que faz parte de uma rede complexa de articulação entre o legal e o ilegal, onde as leis e as ordens criam todo um campo de práticas, de agenciamentos e de efeitos que se ramificam por diversos lados e âmbitos (Telles, 2013). Desta forma, são justamente essas zonas de ambiguidade, esses nexos que articulam o Estado e as práticas que escapam suas codificações que

podem fornecer chaves para um maior entendimento sobre seus modos de formação e suas mecânicas de funcionamento e operação.

2.2.3 Articulações de resistência e a judicialização do processo

O documento produzido por Santos e Asevedo (2011), também chamado de “contralaudo”, foi um importante passo na consolidação da denúncia acerca da forma de atuar da prefeitura, já que botou em questionamento, inclusive tecnicamente, os motivos que a mesma elegera para justificar as ações de remoção da SMH promovidas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa. O relatório que contesta os laudos da GEO-Rio foi emitido em outubro de 2011 e baseou-se em visitas técnicas realizadas em agosto e setembro desse mesmo ano. Esse documento é fruto do trabalho de assessoria técnica popular que os dois profissionais realizaram junto ao Fórum Comunitário do Porto – FCP, e à Comissão de defesa do direito à moradia dos moradores da Providência. O FCP e a Comissão foram criados no processo de resistência às violações de direitos promovidos pelos projetos Morar Carioca, Porto Maravilha e o assim chamado “legado social” vinculado às Olimpíadas de 2016. Tal relatório inclusive subsidia as ações de qualificação do processo de defesa dos moradores do Morro da Providência, na Ação Civil Pública aberta pela Defensoria Pública do Estado, contra o município no que se refere ao modo como as desapropriações eram embasadas e promovidas (Cardoso, 2013).

O Fórum Comunitário do Porto – FCP, é uma rede formada inicialmente por moradores da região para discussão de possibilidades de mobilização e resistência frente às intensas transformações decorrentes das intervenções da operação urbana conhecida como Porto Maravilha. Segundo suas próprias definições, o Fórum se constitui como um espaço público onde são vocalizadas denúncias de violações de direitos, articuladas a apoios institucionais necessários à ação política de defesa destes direitos. Suas ações são estruturadas em três eixos principais – projetos e concepções de desenvolvimento; questão fundiária; violações de direitos e conflitos urbanos⁵³. Organizados desde janeiro de 2011, essa rede foi ganhando mais volume e chegou a reunir também pessoas que participavam de associações culturais na região e militantes ali atuavam, como pessoas vinculadas a movimentos sociais, a academia, integrantes de ONGs, técnicos e assessores de parlamentares.

A Comissão de Defesa do Direito à Moradia dos Moradores da Providência, não é um conjunto qualquer de indivíduos que ali moram, mas um conjunto de indivíduos que tem alguns interesses e características em comum. Diferente da Associação de Moradores – AMMP, que se posicionou contra as paralisações das obras do projeto Morar Carioca e se omitiu do pronunciamento frente às

⁵³ Fórum Comunitário do Porto – “Quem somos nós?”.

Disponível em: < <https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/> >. Acesso em março de 2015.

denúncias de remoções indevidas e de outras violações de direitos por parte da prefeitura, a Comissão é formada especialmente por moradores que tiveram seus domicílios ameaçados de remoção. Muitos começaram a se articular quando tiveram suas casas marcadas com a sigla SMH, sem autorização prévia e sem qualquer explicação por parte da prefeitura e seus agentes, se mobilizando no sentido de reivindicar a participação nas decisões sobre a comunidade.

As mobilizações de resistência que se instauravam sobre esse território encontravam enormes dificuldades no que diz respeito ao acesso à informação dos diferentes projetos que ali eram implementados. Havia uma grande confusão no modo como tais informações eram divulgadas, dando a impressão de era tudo a mesma coisa. Houve uma assembleia marcada via Morar Carioca mas onde a lista de presença que circulava tinha como título *Início de Obras – PAC II*. Isso gerava ambiguidades e desorientação. Os moradores não sabiam qual política pública era responsável pela marcação de suas casas e muito menos até que ponto esses diferentes projetos se integravam. A postura do município acerca dos esclarecimentos, nas poucas vezes que as autoridades públicas subiam o Morro da Providência, se dava de maneira aleatória, precária e imprecisa, como se houvesse um investimento por parte da prefeitura em omitir informações. As pessoas queriam contestar as decisões estatais, mas se deparavam com intrincados labirintos para conseguir acesso a tais decisões de modo objetivo, documentado⁵⁴.

Os projetos eram de difícil acesso, necessitavam de uma longa peregrinação por escritórios e por responsáveis que indicavam outros responsáveis para alcance de informações. As informações obtidas sobre o projeto Morar Carioca na Providência, por exemplo, eram resultados de ações civis públicas (ACP) contra o município, justamente por que os projetos nunca tinham sido apresentados à população. (Gutterres, 2014: 259)

É importante frisar que as informações somente foram acessadas em agosto de 2012, via questionamento judicial, onde a juíza encarregada intimou o município a apresentar as informações disponíveis acerca da execução das obras, juntando ainda aos autos do processo o Cronograma

⁵⁴ A Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso à informações públicas, é decretada 18 de novembro de 2011, porém somente entrou em vigor em 16 de maio de 2012. A promulgação desse mecanismo é um grande avanço na tentativa de garantir transparência e permitir níveis de acompanhamento e participação popular, já que possibilita a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem a necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A operacionalização do uso desse dispositivo, no entanto, abre uma outra janela de desafios, envolvendo não somente problemas de burocracias e de prazos, mas mais importante de tudo, onde as pessoas que buscam acesso a determinada informação, precisam saber os nomes corretos e detalhados dos relatórios e dos projetos desenvolvidos. Se isso por um lado parece algo relativamente trivial na operação, onde para se achar algo, deve-se primeiramente saber o que se procura. Por outro lado, saber o nome exato com o qual tal documento foi emitido, pode refletir o privilégio de determinadas posições que as pessoas ocupam, já que se constitui como um capital político na qual nem todos possuem.

Físico, assim como uma cópia do Projeto Executivo. Aqui, elucida-se aquilo que Gutterres (2014) chama de longa peregrinação, já que num primeiro momento uma média de dez pessoas precisaram ser acionadas para se chegar a tais documentos. No que se refere ao Cronograma Físico, apenas três páginas foram liberadas. No entanto, o que chama atenção é a quantidade de pessoas acionadas para que tal informação pudesse ser disponibilizada. No caminho percorrido através da estrutura estatal, tal documento passa pela mão e aprovação de nove pessoas. Dez se contarmos o Promotor que representa o município. O pedido passou inicialmente pelo Assessor Especial da SMH, para o Subsecretário de Projetos e Obras da SMH, seguiu para o Coordenador de Obras, foi encaminhado para o Gerente de Engenharia do Consórcio RIOFAZ, retornando para a SMH através do Gerente de Execução I, passando pelo Subgerente de Execução III, voltando novamente para o Coordenador de Obras, seguido do Gerente de Projetos, do Coordenador de Planejamento e Projetos e por último chegando ao Secretário de Habitação, para então voltar às mãos do Promotor, que o incluiu nos autos do processo.

No caso do Projeto Executivo do Morar Carioca no Morro da Providência, o mesmo foi disponibilizado através de um DVD, que continha ainda a Planta de Urbanização. O DVD por sua vez circulou por um percurso diferente do Cronograma Físico, passando pelo crivo de quatro pessoas, o Gerente de Projetos da SMH, seguido do Coordenador de Planejamentos e Projetos, encaminhado para a Assessora I, passando ainda pelo próprio Secretário Municipal de Habitação da época, Jorge Bittar, para então retornar ao promotor responsável. No entanto, segundo constam os autos do processo, tal DVD entregue não foi passível de digitalização. Em outras palavras, não foi possível realizar a abertura do arquivo tendo em vista que fazia-se necessário a prévia instalação de programa próprio para sua leitura, no caso o AutoCAD, software tipicamente utilizado nas áreas de arquitetura e engenharia. O município alega que de fato cumpriu com a determinação judicial, já que em nenhum momento a juíza encarregada manifestou que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro não teria programa próprio para leitura desse tipo de arquivo. O município é então novamente intimado a apresentar a cópia do Projeto Executivo, porém em conversão para o formato PDF. Não há, no entanto, nenhum registro ou protocolo de entrega de que tais arquivos em PDF foram anexados aos autos do processo, o que levanta a questão se existia de fato um projeto do Morar Carioca para o Morro da Providência. Segundo o relato do coordenador da UPP Social na época, o único arquivo referente a tal DVD que conseguiu ser aberto para leitura, continha na verdade o projeto de outro teleférico, no caso o implantado na cidade de Medellín, na Colômbia.

A temporalidade do processo judicial e os caminhos que tais documentos percorrem, por onde os mesmos circulam, através de quais pessoas circulam e o tempo que se leva para mobilizá-los, me

faz pensar em como toda essa rede de informações que articula diversos documentos e inúmeros atores, se constrói de modo complexo e como isso se constitui também como uma barreira que se ergue frente aos moradores. Como que as dificuldades sobre as disponibilidades de acesso a documentos primários demonstram em dada medida, não somente uma assimetria de posições e de poderes no campo político das negociações, mas como isso espelha de modo muito claro uma correlação de força bastante desigual entre os atores ali envolvidos. Como que o domínio e a apropriação da *maquinária* estatal se constitui também como um obstáculo à participação.

Na busca por informações acerca das intervenções do projeto os moradores que participavam da Comissão, acabam adentrando em uma outra instância na batalha de negociação. Esse grupo de moradores organizou uma petição questionando alguns órgãos municipais envolvidos no projeto Morar Carioca. Tal petição não foi feita por questões complexas, mas consistia em perguntas simples e objetivas sobre o projeto ali implementado e seus reflexos imediatos na vida dos moradores, como se pode verificar abaixo:

1. Há de fato um projeto de urbanização na comunidade do Morro da Providência? O que será construído? Qual é esse projeto?
2. Havendo projeto, quais serão as áreas atingidas pelas intervenções urbanísticas? Será toda comunidade ou apenas algumas partes? Qual será o impacto do projeto na minha moradia?
3. Haverá desapropriações na comunidade? Quais serão as casas atingidas por essa intervenção? A minha casa será atingida?
4. Havendo desapropriações, qual é a solução habitacional prevista pela Municipalidade para os moradores? Haverá remoção para outra(s) localidade(s)? Onde? (ACP, 2012: 16)

A petição, escrita em dezembro de 2011, conseguiu coletar até a primeira semana de janeiro do ano seguinte, 35 assinaturas para integrar a petição a ser entregue a SMH, 37 assinaturas para a petição a ser entregue a SMO e outras 19 para a petição a ser entregue à Procuradoria-Geral do Município. Em 13 de janeiro de 2012, diversos moradores do Morro da Providência procuram a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através do Núcleo de Terras e Habitação – NUTH, tendo em vista a dificuldade de exercer seu direito de petição, uma vez que depararam-se com a recusa do protocolo por parte dos órgãos municipais em receber tais questionamentos.

Em 2011, no entanto, já havia em curso um processo aberto contra as ações do município no Morro da Providência, a Ação Cautelar, nº 0290882-36.2011.8.19.0001, movida na 5ª Vara da Fazenda Pública. Aqui, a Defensoria Pública do Estado já passa a representar um grupo de moradores

diretamente atingidos pelas obras do Morar Carioca, mediando institucionalmente a relação entre os mesmos e o Estado. Em tal Ação Cautelar, a Defensoria Pública do Estado exigia a exibição dos documentos oficiais que embasavam as intervenções municipais do projeto na localidade. Essa ação ainda salientava a prática de demolição parcial por parte da prefeitura e exigia a retirada dos entulhos provenientes das obras e das demolições das casas já removidas, tendo em vista a dificuldade de acesso às residências dos outros moradores que ali permaneciam e a criação de um ambiente pouco saudável à habitação.

A negação do recebimento da petição, em janeiro de 2012, foi o elemento catalisador deflagrante para a judicialização de um novo processo. Como intermediadora, a Defensoria Pública do Estado não só encaminhou as petições dos moradores aos devidos órgãos municipais responsáveis, para que tomassem as providências necessárias, como nesse mesmo mês de janeiro, os defensores do NUTH redigiram uma petição inicial dando entrada a uma Ação Civil Pública contra o município do Rio de Janeiro. A Ação Civil Pública, nº 0115786-70.2012.8.19.001, movida pela Defensoria na 2ª Vara da Fazenda Pública, tendo a Doutora Maria Tereza Pontes Gazineu como Juíza encarregada, resultou no embargo das obras do Morar Carioca no Morro da Providência.

A Ação Civil Pública põe em xeque uma série de inobservâncias dos parâmetros legais por parte da prefeitura na condução do projeto Morar Carioca implementado no Morro da Providência. Além de um maior aprofundamento na arguição de elementos já antes apontados na Ação Cautelar, como a falta de apresentação de documentos como o projeto, o cronograma das obras e das remoções, e a ausência de estudos prévios centrais, como o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, questiona-se ainda a falta das devidas licenças ambientais necessárias. A Ação Civil Pública ainda bota em questão o sigilo e a ilicitude das ações do município tendo em vista que não foram assegurados o direito à informação e direito de participação popular, tampouco foram realizadas audiências públicas para debater a implementação do projeto.

A batalha judicial se estrutura sobre os itens acima expostos, no entanto, ao longo do processo nota-se dificuldades de criação de consensos acerca dos dispositivos e normas jurídicas. Enquanto alguns pontos esbarram em questões estritamente técnicas, outros parecem se construir sobre aspectos morais. A começar a Promotoria, representante do município do Rio de Janeiro, contesta o uso inapropriado do instrumento da Ação Civil Pública por parte da Defensoria, desqualificando as ações da mesma a partir da alegação de que este mecanismo não se constitui como o meio ordinário e legal na qual a Defensoria pode exigir os documentos solicitados. Afirma-se que uma série de documentos foram disponibilizados, já que são públicos, porém, acusa-se a Defensoria de não ter

ficado satisfeita com o conteúdo dos mesmos. Alega-se ainda que a utilização de uma Ação Civil Pública, um instrumento de ação coletiva, não é adequado tendo em vista que a Defensoria não está agindo visando o interesse da coletividade, o interesse dos moradores do Morro da Providência e nem dos cidadãos do município do Rio de Janeiro em geral, tendo em vista que todos seriam beneficiados, mesmo que indiretamente, com o Programa Morar Carioca. Acusa-se a Defensoria de agir contrária ao interesse da coletividade, defendendo interesses particulares, já que representa poucos moradores que resistem a implementação das obras de um programa que veio para atender às necessidades de tal comunidade, há tempos esquecida pelo Poder Público.

No que se refere ao direito de informação e de participação, os mesmos não foram violados já que foram realizadas três assembleias contando com a presença dos moradores. As duas primeiras ocorreram no mês de março de 2011 em dois pontos distintos da comunidade. A primeira delas ocorreu na quadra da Escola Municipal Benjamim Galloti, no dia 01 de março de 2011 e a segunda na Vila Portuária, no dia 02 de março de 2011. A terceira assembleia ocorreu no alto da comunidade, na Praça Américo Brum em 04 de maio de 2011, tendo havido ainda uma outra reunião com os líderes comunitários, no dia 29 de maio do mesmo ano. A Promotoria alega que de fato houve diálogo com os moradores, já que o direito à informação e à participação podem ser garantidos de diversas formas e não exclusivamente através da realização de audiências públicas.

O ponto da Defensoria por sua vez se debruça sobre a unilateralidade promovida naquilo que a Promotoria aponta como diálogo, onde a postura do município limitou-se a entregar *folders* informativos, realizar reuniões e assembleias em cima da hora e comunicar a população sobre alguns aspectos do projeto Morar Carioca. Digo aqui comunicar, mas as impressões vindas a partir do trabalho de campo sugeririam com mais ênfase o verbo anunciar, no sentido de que algumas informações sobre as obras e sobre as remoções foram simplesmente divulgadas e ainda assim de maneira parcial e imprecisa. Não foi estabelecido com os envolvidos um espaço de troca para realizar os devidos esclarecimentos, discutir o projeto e deliberar possíveis alternativas. A nível ilustrativo, como já assinalado anteriormente, o título de uma das assembleias era *Início de Obras – PAC II*. Segundo o Fórum Comunitário do Porto:

Alguns moradores receberam cartas de convocação para se apresentarem à SMH, mas a grande maioria não possui qualquer informação sobre os destinos de sua moradia e de suas vidas. É importante frisar que tais ações não ocorreram a partir da apresentação e discussão conjunta de um plano de remoção e reassentamento, ocasionando, assim, várias situações de violação de direitos humanos à moradia digna. (FCP, 2011: 16)

A base do argumento da Defensoria foi que o direito à informação e à participação não foram garantidos de modo satisfatório. Isso a meu ver não quer dizer que não tenha existido o diálogo, mas mostra como não há um jeito único de se dialogar e de prover informação e participação. No entanto, o modo como essa informação é divulgada e como essa participação é feita, é o que se coloca como a grande questão aqui. Se isso por um lado mostra o quão complexo é implementar determinada política pública, os desafios que seus agentes encaram e os multifacetados efeitos que a mesma produz sobre a realidade social, por outro lado a forma como a mesma é pensada e operacionalizada não isenta que as decisões sejam permeadas por interesses por vezes pouco democráticos. Na prática, os acordos, assim como a política, possuem também seus próprios limites. Por isso as audiências públicas se configuram como uma ferramenta importante, já que prevê também a participação de outros atores, no caso, o Ministério Público. Não que isso impeça que a coisa seja deturpada, mas a independência de certos atores, levando em conta as devidas proporções, impede com que a deturpação avance de modo tão desenfreado, se assim for o caso.

A questão das audiências públicas, por sua vez, está atrelada a discussão sobre a necessidade de apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. De acordo com a Lei nº 6.938, decretada em 31 de agosto de 1981, que instaura a Política Nacional de Meio Ambiente, cabe ao Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, o estabelecimento das normas e critérios para o licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras. Na Resolução da CONAMA nº 001/86, em seu artigo 2º, explicita-se que elaboração de EIA/RIMA, e o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, dependerão de aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo. Em tal artigo elenca-se uma série de atividades que obrigatoriamente devem ser precedidas dos citados estudos, entre as quais, o inciso XV especifica projetos urbanísticos, acima de 100 hectares ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e dos órgãos municipais e estaduais competentes. Nesse sentido a Promotoria entende que não há necessidade de elaboração do EIA/RIMA já que a intervenção urbanística do Morar Carioca no Morro da Providência, contando ainda com a área da Pedra Lisa, também contemplada pelo projeto, tange um total de 11,6 hectares.

A Defensoria, no entanto, aponta que em decorrência de processo interpretativo da legislação estadual, é possível identificar um maior rigor que obriga a elaboração de tais estudos. A Lei Estadual nº 1.356/88 que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental, decreta em seu artigo 1º que a elaboração de EIA/RIMA e os devidos licenciamentos dependerão da aprovação da Comissão Estadual de

Controle Ambiental – CECA. Em tal artigo elenca-se uma série de instalações e/ou atividades que devem ser precedidas de tais estudos, entre as quais, o inciso XIV especifica projetos de desenvolvimento urbano e exploração econômica de madeira ou lenha em área acima de cinquenta hectares, ou menores quando confrontantes com unidades de conservação da natureza ou em áreas de interesse especial ou ambiental, conforme definidas pela legislação em vigor. Vale lembrar que em 11 de janeiro de 2000, o Morro da Providência foi instituído como uma Área de Especial Interesse Social – AEIS, através da Lei Municipal nº 2.976. Aqui esbarra-se num conceito jurídico que não é absoluto e por isso adentra uma zona de indeterminação que cabe interpretação. Partindo do pressuposto que o conceito de área de interesse especial indicado na legislação estadual é compatível com a definição de Área de Especial Interesse Social, entende a Defensoria ser aplicável a cobrança da elaboração do EIA/RIMA.

A disputa se constrói sobre como o projeto é enquadrado na legislação vigente. Enquanto a Promotoria enfatiza a inexigibilidade de EIA/RIMA, tendo em vista a questão da configuração do Morar Carioca no Morro da Providência, o porte das obras e a abrangência da área atingida pelo projeto urbanístico, a Defensoria por sua vez debruça seu argumento sobre a questão de enquadramento no conceito jurídico utilizado de área de interesse especial, já que o Morro da Providência é uma AEIS. Essa mesma Lei Estadual nº 1.356/88 decreta em seu artigo 6º que, objetivando esclarecer aspectos obscuros ou litigiosos relacionados aos impactos ambientais do projeto, serão realizadas audiências públicas antes da expedição da Licença Prévia, a critério da CECA, quando julgar conveniente para a proteção do interesse social e do patrimônio natural, ou sempre que solicitadas por: a) associações legalmente constituídas há mais de 1 ano e que tenham entre seus objetivos a proteção do meio ambiente ou de interesses comunitários, direta ou indiretamente, atingidos pelo projeto; b) curador do meio ambiente com atribuições na área do projeto.

No que se refere a discussão sobre a necessidade do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, num primeiro momento a Promotoria alega que tal estudo apenas seria exigido por lei no caso dos empreendimentos com impactos naturais ou antrópicos negativos, não se fazendo necessário para aqueles empreendimentos que trazem impactos positivos, como se trata no caso do Morar Carioca no Morro da Providência. A Defensoria, desse modo, recorre a Lei Federal nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182º e 183º da Constituição Federal e estabelece as diretrizes gerais da política urbana. O artigo 37º de tal lei, decreta que o EIV deve ser executado de forma a contemplar ambos os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

Lança-se mão ainda da Lei Complementar Municipal nº 111, de 1º de fevereiro de 2011, que institui o Plano Diretor do Rio de Janeiro e dispõe sobre a política urbana e ambiental do município. A XII seção dessa lei traça uma série de disposições sobre o Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV, onde seu 99º artigo define que o RIV, é o instrumento destinado à avaliação dos efeitos negativos e positivos decorrentes da implantação ou ampliação de um empreendimento ou de uma atividade econômica em um determinado local e à identificação de medidas para a redução, mitigação ou extinção dos efeitos negativos, tendo prazo de validade regulamentado em legislação específica. O inciso II de tal artigo ainda regulamente que aplica-se o RIV em empreendimentos que importem em substancial aumento na circulação de pessoas e tráfego de veículos, ou em utilização massiva da infraestrutura, ou ainda naqueles que causem incômodos ambientais à população, a exemplo de emissões líquidas, sólidas, sonoras ou condições que impliquem em baixa capacidade de circulação de ar, entre outras, de forma a avaliar a amplitude e importância dos impactos e adequar, se for o caso, o empreendimento à capacidade física e ambiental da região.

A Promotoria retorna a questão utilizando a mesma Lei Federal nº 10.257/01, onde, anteriormente, em seu artigo 36º especifica que será a lei municipal que definirá os empreendimentos e atividades públicas ou privadas em área urbana que dependerão da elaboração do EIV para obter as devidas licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento. No entanto, até o início do Morar Carioca, não havia regulamentação municipal sobre o EIV. Se a regulamentação se deu através da Lei Complementar Municipal nº 111, a mesma só foi instituída em 1º de Fevereiro de 2011, todavia as obras do Morar Carioca no Morro da Providência já haviam sido licitadas em agosto 2010, ainda que a publicação no Diário Oficial do memorando de início só tenha se realizado em 15 de março de 2011. Por fim a Promotoria entende que tal estudo pode até ser cobrado, porém não acha razoável a exigência do mesmo, tendo em vista que quando as obras foram licitadas não havia regulamentação municipal.

Ao longo de todo o processo a Promotoria afirma que o EIA/RIMA, assim como o EIV e as audiências públicas não foram realizadas tendo em vista que são demandas apenas para obras de grande porte ou para aquelas que trazem impactos negativos. A Defensoria por sua vez, não nega os benefícios advindos da atuação pública na localidade. Os moradores inclusive enfatizam que não são contra as obras e suas melhorias, e nem contra os funcionários da SMH e das empreiteiras que ali atuam. Porém, o fato de reconhecer os impactos positivos, não isenta o município de cumprir o ordenamento vigente. O ponto principal que conduz o processo judicial se coloca sobre os impactos negativos, sobre os abusos e as irregularidades do poder público e a inobservância dos parâmetros legais na implementação de tal projeto.

Aqui buscou-se apresentar de forma sucinta, alguns dos principais pontos que estruturaram parte da batalha jurídica estabelecida entre a Promotoria, representante do município do Rio de Janeiro, e a Defensoria Pública do Estado, que através do NUTH, representou um grupo de moradores ameaçados de remoção pela implementação do projeto Morar Carioca. Em outubro de 2012 a juíza encarregada decide pela concessão de liminar, determinando a suspensão das obras do projeto Morar Carioca no Morro da Providência em razão da conduta antijurídica do poder público na localidade. O município, amparando-se no fato de entender ser o projeto benéfico para a população local e para os futuros eventos que ocorreriam na cidade do Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, deixou de prover a devida atenção aos moradores locais. Levando em consideração o princípio da consensualidade que deve nortear a atuação pública, o município deveria ter possibilitado e promovido a prévia participação popular na elaboração do projeto, tendo em vista que a comunidade é diretamente atingida pelo mesmo. No que se refere o direito à participação o mesmo foi desatendido. Embora tenha o município realizado uma série de reuniões com os moradores, não entende-se como superada essa questão.

A decisão judicial sinaliza que a questão relativa à ausência dos licenciamentos e do EIA/RIMA se mostrou controversa, exigindo então a manifestação dos respectivos órgãos de fiscalização, para então poder analisar adequadamente este ponto. No entanto, a concessão da liminar se dá em grande medida pela notada vulneração do direito à informação, onde atesta-se a ausência de esclarecimento adequado e de prestação ineficiente do direito à informação à população local, tanto previamente, quanto durante a execução do projeto. Para tal a juíza determina que o município deve providenciar, com ampla divulgação, a realização de audiência pública nos moldes legais, realizando inclusive a readequação do projeto original, caso assim se faça necessário. Ademais determina que o município estabeleça um canal de diálogo adequado, criando mecanismos de amplo acesso a informação à comunidade acerca do andamento das obras. Este canal deverá servir para resolver de modo eficaz eventuais reclamações dos moradores atingidos, devendo ainda o município manter os mesmos informados sobre o cronograma de execução das intervenções e de desocupação dos imóveis.

Na decisão judicial restariam resguardadas as intervenções municipais destinadas À redução de riscos. Todas as outras obras do Morar Carioca, no entanto, deveriam permanecer paralisadas até que o município adotasse as medidas determinadas pela juíza, sanasse as omissões por ela apontadas, trazendo ainda aos autos do processo as devidas comprovações, sob pena de multa diária estipulada em R\$ 50.000,00, em caso de descumprimento.

Em vista disso, em 10 de dezembro de 2012, a Promotoria entra com pedido de reconsideração parcial da liminar. Solicita que seja feita uma ressalva da determinação de suspensão das obras para

além das execuções de intervenções em razão de riscos, mas que considere uma retificação para tudo o que tange o Sistema de Teleférico da Providência. Para tal, o novo Secretário Municipal de Habitação, Pierre Batista, se manifesta informando que todas as intervenções do Morar Carioca relativas à urbanização e infraestrutura, que impliquem em desapropriações, reassentamentos de moradores, desocupação e demolição de imóveis, encontram-se paralisadas. Todavia, chama atenção especificamente para a importância do prosseguimento dos serviços de montagem do teleférico. Se a implantação do Plano Inclinado na Escadaria do Barroso, não pode ser iniciada em virtude da resistência de alguns moradores, o Teleférico, por sua vez encontrava-se em etapa avançada, tendo 85% da fase de montagem já concluída e 75% do orçamento de seu custo já faturados. Em 13 de dezembro, ainda que reconhecendo a irregularidade na execução do projeto urbanístico municipal no Morro da Providência, a Juíza, entendendo o estado avançado da obra relativa ao teleférico, libera especificamente a continuidade de sua montagem, visando a conclusão dessa intervenção de acessibilidade, uma vez que o prejuízo de sua paralisação integral seria desproporcional ao benefício que se procura alcançar.

Paralelamente, ainda que a Juíza encarregada tenha reconsiderado parcialmente a decisão, autorizando o prosseguimento das obras do teleférico, a Promotoria leva o processo a uma outra instância, entrando com recurso de agravo junto a Desembargadora Relatora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Cláudia Pires dos Santos Ferreira. Nesse recurso, pede-se a suspensão completa da liminar concedida pela Juíza da 2ª Vara e a extinção da Ação Civil Pública. No entanto, em fevereiro de 2013, a decisão da Juíza é mantida tendo em vista a inobservância das normas legais aplicáveis por parte do município do Rio de Janeiro na condução do projeto Morar Carioca no Morro da Providência.

Em maio de 2013 as obras do teleférico são concluídas e inicia-se uma longa fase de teste. O teleférico é então inaugurado em julho de 2014, mantendo seu funcionamento em horários restritos e condições especiais, sob a justificativa da continuidade dos testes e de treinamento de pessoal. Num primeiro momento funcionou de segunda a sexta feira de 9 às 11 horas para em seguida iniciar sua operação em dois turnos, de 9 às 12 horas, retornando de 13 às 16 horas, ainda que apenas durante os dias de semana. O mesmo, assim se manteve durante os anos seguintes, nunca chegando ao seu pleno funcionamento. O sistema que conta com 16 gôndolas, com capacidade de dez pessoas cada, e que realiza, gratuitamente, o percurso em poucos minutos, ligando a Central do Brasil à Praça Américo Brum, no alto da Providência, e o quarteirão da Cidade do Samba, na Gamboa, em março de 2017 encontra-se parado. Sua operação foi interrompida em dezembro de 2016 em razão de manutenção periódica e do término do contrato da empresa que realizava seu funcionamento. A

prefeitura estuda a possibilidade de uma nova licitação, contudo, o teleférico do Morro da Providência, hoje, encontra-se inativo tendo em vista que não tem quem o opere.

[Considerações Finais]

A presente pesquisa teve como objetivo central dissertar sobre a ação estatal, tomando como ponto de partida da análise o conflito estabelecido em torno do processo de remoção vivenciado por um grupo de moradores do Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Esse processo está vinculado à implementação de uma série de políticas públicas direcionadas a esse território, onde a remoção se configura como uma das frentes de intervenção. Localizado na região central do Rio de Janeiro, o Morro da Providência se enquadra em um contexto mais amplo de transformações da zona portuária da cidade, fruto da aposta no projeto olímpico, que propunha uma ressignificação da área. Há ali um imbricamento de projetos que visam promover a inclusão social através de intervenções de urbanização, no entanto, o modo como tais projetos se complementam e se integram, se constitui como um grande desafio, já que essa articulação não é apresentada de forma clara, tanto em nível de orçamento, quanto institucional. Coloca-se em foco a complexidade para compreender os arranjos e as configurações necessárias para operacionalizá-los. Aqui, os dispositivos institucionalizados e os instrumentos legais prescritos para suas execuções e politicamente relevantes para uma construção democrática, realizam-se em condições e em temporalidades singulares. Nesse sentido, o modo como se deu na prática a ação estatal de remover e realocar pessoas, não só estruturou um campo acirrado de tensões envolvendo moradores que tiveram suas vidas afetadas em termos materiais e simbólicos, como evidenciou uma série de ambivalências e contradições estabelecidas dentro e fora da estrutural estatal.

No primeiro capítulo buscou-se realizar uma breve apresentação do Morro da Providência, mostrando de modo sucinto como que a história desse local não está deslocada da história da cidade, mas reflete, em dada medida, a própria cidade em si, seja através de elementos de sua formação, como através das alterações e das disputas que ali se estabeleceram. A favela não é um território à margem, mas sim parte integrante e constituinte da cidade, reflexo de sua lógica de produção e de seus processos de urbanização. Assim sendo, investigar algumas políticas de Estado implementadas nessa localidade e sua relação com projetos de remodelação urbana, pareceu pertinente dentro do panorama que se buscava desenhar. O investimento descritivo se debruçou sobre a UPP, o PAC II, o Morar Carioca e o Porto Maravilha. Esses dois últimos projetos foram analisados de forma um pouco mais enfatizada, tomando como base o relato de alguns moradores, que elencavam tais políticas como relevantes na transformação recente do Morro da Providência.

A sensação vinda a partir das primeiras incursões ao campo foi a de me deparar com um caos, um labirinto de informações desconexas, como se todos esses projetos, atores integrantes e espaços

envolvidos estivessem muito embaralhados. De fato, estão. O modo intrincado como os mesmos se apresentam não parece ser restringir somente à impressão da pesquisadora. Assim se apresentam para muitos moradores, especialmente para aqueles que foram direta ou indiretamente afetados por tais intervenções, mas também desta forma se apresenta para o próprio Estado. Se isso se constitui como uma barreira do ponto de vista analítico de organização do material e delimitação do objeto, por outro lado esse caos e essas confusões são também nexos onde se estruturam campos de força, pontos de fricção que nos permitem compreender como esses elementos estão conectados e como que esses arranjos se dão de modo conflituoso. Essas confusões são pontos privilegiados de investigação já que abrem uma janela, uma possibilidade de leitura acerca dos mecanismos de funcionamento da estrutura estatal, seus agenciamentos e seus modos de operação.

O segundo capítulo teve como objetivo revelar uma gama de processos. Num primeiro momento, partindo da experiência da pesquisadora, buscou-se explicar como se deu o processo de construção deste trabalho e de onde surgiu o projeto de pesquisa. Aqui, o objeto analisado começa a ganhar forma, sendo apresentado alguns espaços, identificado alguns atores e introduzidas algumas inquietações iniciais provenientes do trabalho de campo. Em seguida investiu-se na organização e problematização de elementos sinalizados ao longo do campo, articulando os mesmos às informações disponíveis na Ação Civil Pública, processo que resultou na paralisação parcial das obras em tal localidade. A experiência vivida por um grupo de moradores ameaçados pelo processo de remoção, vinculado à implementação das políticas públicas acima analisadas, traz à tona uma série de discussões acerca das ações estatais, como, por exemplo, o modo com o qual se operacionalizam tais projetos, as diferentes configurações com que os mesmos se articulam, os procedimentos que vão se criando e as institucionalidades que vão se firmando para guiar determinadas práticas. Em dada medida isso transparece os investimentos do poder público de tentar acompanhar as demandas de uma realidade complexa, heterogênea e que se transforma com uma intensa rapidez. No entanto, o uso inadequado que se faz de determinados instrumentos, geram efeitos muito expressivos que não se circunscrevem apenas à realidade situada do Morro da Providência, ainda que seus impactos repercutam na vida de algumas famílias trazendo alterações profundas. Tal desdobramento tampouco se limita à discussão sobre favela, mas parece traduzir mecanismos de construção e produção de nossas cidades. A condição como se dá o agenciamento de certos dispositivos políticos, suas ações, suas técnicas e seus modos de proceder (Telles, 2013) nos diz muito sobre a gestão estatal e sobre como sua governança acaba por imprimir marcas sobre populações, territórios e atividades.

A última parte dessa dissertação, por fim, se debruça sobre o processo de judicialização do projeto

Morar Carioca, adentrando uma outra instância da batalha de negociação. Se os intrincados dilemas ali encontrados, por um lado refletem questões vinculadas à capacidade regulatória do Estado e as disputas e desafios que se estruturam dentro deste aparato entre as diferentes instâncias federativas, por outro lado as dificuldades que se colocam na apropriação da *maquinária* pública nos faz encarar os próprios limites do modelo de participação democrática que temos. Isso por vezes pode despertar a ideia de uma modernidade incompleta que nunca chega, onde a vida não é aquilo que deveria ser e o ideal democrático nunca é alcançado. Na prática, o *modus operandi* estatal ao mesmo tempo que nos remete novamente a ideia do labirinto, nos revela também uma enorme estrutura que funciona de modo um tanto quanto caótico e improvisado, mas que ainda assim produz efeitos diretos sobre a realidade. Os desdobramentos de tais articulações repercutem, entre tantos outros aspectos, sobre os níveis participativos. Há de se questionar se isso não seria na verdade a forma de reprodução de uma lógica social marcada pela desigualdade e exclusão, até porque, quando nos deparamos com possibilidades mais amplas de participação, frequentemente esta se apresenta de maneira muito mais consultiva do que de fato deliberativa. Aqui faz-se necessário pontuar um aspecto, o que significa então essa palavra – participação. Este conceito diz respeito a uma ação, onde seu efeito pode ser entendido como se envolver, ser parte de, compartilhar, tomar parte, intervir, denunciar. É uma linguagem que parece refletir uma diversidade muito maior na realidade. Ou seja, se não há um jeito único de se participar, como participar então de outras formas? É preciso levar em consideração que o acesso à participação não se distribui de modo uniforme, ele não é algo dado, mas está posto à luta.

Apesar do cenário marcado pela rotinização perversa de determinados modos de proceder por parte do Estado, em especial da prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Habitação, a cidade, realidade onde a diferença e a pluralidade de interesses se destacam, ainda se configura como um espaço de criação e de luta, e talvez seja justamente nessas brechas, repletas de ambiguidades e contradições, que podemos achar de fato um modo e um espaço participativo. Nesse sentido, apesar da correlação de forças bastante desigual, a Ação Civil Pública, processo judicial resultado da entrada que um grupo específico de moradores fez junto à Defensoria Pública do Estado, demandando informações e denunciando irregularidades do Morar Carioca, evidencia não só um conjunto complexo de embates, mas também aponta outras possibilidades e caminhos.

A decorrência deste processo é refletida no embargo das intervenções do Morar Carioca no Morro da Providência. A reconsideração da decisão judicial, que ocasiona estritamente a liberação do Teleférico ali implantado, pode demonstrar o limite da capacidade de influência da própria juíza encarregada do processo. Apesar de estarmos falando de posições bastante diferentes dentro dos

arranjos da estrutura estatal, a política possui também seus limites de negociação. No entanto, é inegável a relevância da repercussão gerada pela Ação Civil Pública analisada. Sua dimensão não se restringe à paralisação das obras, mesmo que essa tenha se dado de modo parcial, mas é preciso reconhecer a importância do acúmulo gerado pelos moradores que de tal processo participaram.

A entrada dos mesmos junto à Defensoria Pública do Estado os insere em uma instância onde a linguagem da participação se dá de forma mais complexa, influenciando concomitante e consequentemente em ganhos simbólicos. Isso traz como consequência a evidência e o registro não somente do conflito ocorrido no Morro da Providência, mas expõe, mesmo que circunstancialmente, pontos acerca do funcionamento estatal, seus agenciamentos e modos de operar. O resultado da mobilização desses moradores, não se reverte somente em capital político para os mesmos, mas geram efeitos mais profundos, já que reorganizam as relações de poderes e reatualizam, entre tantos outros aspectos, as disputas estabelecidas na cidade.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício. 2013 [1987]. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 4º ed.
- AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Juízo de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital. Nº do Processo 0115786-70.2012.8.19.0001. Apelante: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – Núcleo de Terras e Habitação. Réu: Município do Rio de Janeiro. Relatora: Dra. Juíza Maria Teresa Pontes Gazineu. Instaurado em 31/01/2012.
- ANDRADE, Sandra. 2009. “Reflexões sobre políticas de urbanização de favelas: o caso do PAC-Favelas em Manguinhos, RJ”. In: *IV Jornada internacional de Políticas Públicas – Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão.
- BARRETTO, Margarita. 2003. “O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo”. *Horizontes Antropológicos*, 9 (20): 15-29.
- BECKER, Howard S. 2008. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENJAMIN, Walter. “Paris do Segundo Império”. In: *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, p. 9 – 101.
- BOLT, Maxim. 2016. “The Underside of Formality: Navigating Documents in a Migrant Labour Force”. *Real Economy: Ethnographic Inquiries into the Reality and the Realization of Economic Life*. Workshop promovido pelo Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia, Rio de Janeiro: UFRJ.
- BURGOS, Marcelo. 2006. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, A. ALVITO, M., (org.). *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, p. 25-60.
- CARDOSO, Isabel. 2013. “O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano”?”. *O Social em Questão*. XVI (29): 69-100.
- CARNEIRO, Maria José; DANTON, Thaís. 2012. “Agricultura e biodiversidade nas Ciências Sociais brasileiras: alimentando a comunicação entre ciência e políticas pública”. *Sociologias*, Porto Alegre, 14 (30): 252-289.
- CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA. 2014. *Transformações e resistências na região portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 1.

CAVALCANTI, Mariana. 2009. “Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. *RBCS*, 24 (69): 69-80.

CDURP – “Apresentação do projeto do Porto”. *Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro*. Disponível em: < <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx> >. Acesso em agosto de 2013.

_____. Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro. < <http://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha> >. Acesso em janeiro de 2016.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. 2014. “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”. *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.

DAMATTA, Roberto. 1974. “O ofício do etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues’”. In: *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DAS, Veena. y POOLE, Deborah. 2008. “El estado y sus márgenes”. *Cuadernos de Antropología Social*, 27: 19-52.

EVANS-PRITCHARD, E.E. 2005. *Bruxaria, Oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FERREIRA, Alvaro. 2011. “A produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: entre projetos de revitalização para a zona portuária e (i)mobilismos”. In: *A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, p.209 – 266.

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO. 2011. “Quem somos nós?”. *Fórum Comunitário do Porto*. Disponível em: < <https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/> >. Acesso em março de 2014.

_____. 2011. *Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações*. Disponível em: < <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/relatorios-do-fcp/> >. Acesso em abril de 2015.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. 2006. “Favela como Patrimônio da Cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 38.

GIFALLI, S. 2015. *A produção do Espaço entre os muros da Colônia Juliano Moreira: A construção de um bairro na Baixada de Jacarepaguá*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ. Rio de Janeiro, 138p.

GOFFMAN, Erving. 2008. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC.

- GONÇALVES, Rafael Soares. 2013. “Primeira parte – A construção do conceito jurídico *favela*”. In: GONÇALVES, Rafael S., *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, p. 35-140.
- GONÇALVES, Rafael Soares. 2013. “Porto Maravilha, renovação urbana e o uso da noção de risco: Uma confluência perversa no Morro da Providência”. *Libertas*, 13 (2): 175-207.
- GONÇALVES, Reginaldo. 2014. “Prefácio Autenticidade e transformações urbanas”. In: GUIMARÃES, R. S. 2014, *A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*, Rio de Janeiro: Editora FGV, p.35 – 140.
- GUTTERRES, Anelise dos Santos. 2014. *A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRS. Porto Alegre, 408 p.
- LEFEBVRE, H. 2008. “Ao redor do ponto crítico”; “Sobre a forma urbana”; “A análise espectral”; “O direito à Cidade”. In: *O direito à Cidade*, São Paulo: Centauro Editora, p. 77-118.
- LEITE, M. e FARIAS, J. 2009. “Rituais e política: manifestação contra a violência no espaço público”. In: CARNEIRO, S. e SANT'ANNA, M. J.. (org). *Cidades, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond.
- MACHADO, Luiz Antônio da Silva. 2008. *A vida sob o cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MACHADO, Luiz Antônio da Silva. *A vida sob o cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. MACHADO, Luiz Antônio da Silva. 2013. “Prefácio à edição brasileira”. In: GONÇALVES, R. S., *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, p.11 – 17.
- MARX, Karl. 2013 [1867]. “A assim chamada acumulação primitiva”. Em: *O capital: Crítica da economia política*, livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, p. 785 – 833.
- MASCARENHAS, G. 2011. “O olimpismo e a cidade”. In: MASCARENHAS, G. BIENENSTEIN, G e SÁNCHEZ, F., (org). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- MCIDADES. 2010. *Urbanização de Favelas: a experiência do PAC*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação.
- MELLO, Marco Antônio da Silva e VOGEL, Arno. 1981. *Quando a rua vira casa: a apropriação*

de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM/NUFEP.

MENEZES, Palloma. 2008. “Quando a favela se torna museu: reflexões sobre os processos de patrimonialização e construção de uma favela carioca como destino turístico”. In: *Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina*, V, 2008, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

MENEZES, P. 2009. “Interseções entre novos sentidos de patrimônio, turismo e políticas públicas: Um estudo de caso sobre o Museu a céu aberto do Morro da Providência”. In: *33º Encontro Anual da ANPOCS*. GT 29: Patrimônios, Museus e Ciências Sociais. Caxambu.

MOTTA, Eugênia. 2014. “Houses and economy in the favela”. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, 11 (1): 118-158.

ONUHABITAT. 2014. “Estudio de Caso: Teleférico do Morro da Providência – Sua integração com outros modais de transporte na Cidade do Rio de Janeiro, Brasil”. In: Foro Iberoamericano e Del Caribe Sobre Mejores Prácticas. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos.

PANDOLFI, Dulce; SANTO, Wecisley Ribeiro do Espírito. 2014. “Movimentos sociais urbanos e esfera pública: questões para o debate”. In LOPES, J. S. L. e HEREDIA, B. M. A., (org). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, p.158 – 187.

PARK, R.; BURGUESS, E. W.; McKENZIE, R. D. 1968. *The city*. Chicago: The University of Chicago Press.

PERLMAN, Janice. 1977. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RABOSSI, Fernando. 2013. “A estética da ordem e os mercados indisciplinados.” Conferência promovida pelo Laboratório de Pesquisa Social, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. Disponível em: < <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=26195> >. Acesso em dezembro de 2016.

RIO+SOCIAL. 2015. “UPP Providência”. *Panorama dos Territórios*. Instituto Pereira Passos, Prefeitura do Rio de Janeiro.

SAMPAIO, L. 2014. *Curicica: de “fim de mundo” a “Barra olímpica”*. Dissertação de Mestrado Profissional – CPDOC, FGV. Rio de Janeiro, 132p.

SANTANA, G. 2015. *Educação Popular, Educação Libertária e Movimentos Sociais: Um Estudo de Caso sobre o Grupo de Educação Popular (GEP)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-

Graduação em Educação, UFRJ. Rio de Janeiro, 104p.

SANTOS, Maurício; ASEVEDO, Marcos. 2011. *Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades*. Disponível em: < http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf >. Acesso em fevereiro de 2017.

SIMMEL, G. 2005. “As grandes cidades e a vida do espírito”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro 11 (2): 557-592.

TELLES, Vera. 2013. “Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa”. *Serv. Soc.*, São Paulo, 115: 443-461.

TRINDADE, C. 2012. “*Não se faz omelete sem quebrar os ovos*”: Política Pública e Participação Social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação de História Social, UFF. Niterói, 260p.

VAINER, C 2011. “Prefácio”. In: MASCARENHAS, G. BIENENSTEIN, G e SÁNCHEZ, F., (org). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj.

VALLADARES, Licia. 2005. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.

_____. 1980. *Passa-se uma casa – Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar..

VELHO, G. 1974. “Observando o Familiar”. In: *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ZORBAUGH, Harvey Harren. 1983. *The Gold Coast and the Slum. A Sociological Study of Chicago's Near North Side*. Chicago: The Chicago University Press.